

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Leonardo Andrade Goulart

**A GOVERNANÇA DO PLANEJAMENTO REGIONAL DA FRONTEIRA
OESTE A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO POPULAR: UM ESTUDO
SOBRE OS ATORES DO PLANO ESTRATÉGICO DE
DESENVOLVIMENTO 2015-2030**

São Borja, RS

2021

LEONARDO ANDRADE GOULART

**A GOVERNANÇA DO PLANEJAMENTO REGIONAL DA FRONTEIRA OESTE A
PARTIR DA PARTICIPAÇÃO POPULAR: UM ESTUDO SOBRE OS ATORES DO
PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO 2015-2030**

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr Muriel Pinto

São Borja, RS

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

A694g Andrade Goulart, Leonardo

A GOVERNANÇA DO PLANEJAMENTO REGIONAL DA FRONTEIRA OESTE A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO POPULAR: UM ESTUDO SOBRE OS ATORES DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO 2015-2030 / Leonardo Andrade Goulart.

171 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Pampa, MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 2021.

"Orientação: Muriel Pinto".

1. Planejamento Estratégico. 2. Corede. 3. Participação Popular. 4. Governança. 5. Desenvolvimento Regional. I. Título.

LEONARDO ANDRADE GOULART

A GOVERNANÇA DO PLANEJAMENTO REGIONAL DA FRONTEIRA OESTE A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO POPULAR: UM ESTUDO SOBRE OS ATORES DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO 2015-2030

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovado em: 25/02/2021

COMISSÃO EXAMINADORA:



Prof. Doutor. Muriel Pinto, Orientador - UNIPAMPA



Prof. Doutor. Alejandro Noboa - UDELAR URUGUAI



Edson Paniágua

Prof. Doutor. Edson Romário Monteiro Paniágua - UNIPAMPA



Prof. Mestre. Alex Sander Barcelos Retamoso - UNIPAMPA

Dedico este trabalho à minha família e amigos que fiz nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Nesta oportunidade, agradeço a Deus, aos meus pais, à minha irmã e meus amigos que sempre estiveram junto comigo neste processo. Agradeço ainda ao meu grande amigo João Luiz Marques Dornelles e sua família pela oportunidade que me foi dada de construir esse trabalho com tranquilidade. Nesta esteira, agradeço ao Professor Doutor Muriel Pinto pelo aprendizado, oportunidades e gentileza de ter me conduzido neste processo, pela disponibilidade do Professor Doutor Alejandro Noboa da UDELAR-URUGUAI pela estima nesta caminhada. Serei eternamente grato à Universidade pelas oportunidades que me foram dadas e a toda comunidade são-borjense pela acolhida de forma mais afetuosa possível.

“Consciente, vejo, que sou humano e comum”.

Marcel Scalco

LISTA DE ABREVIATURAS

COREDE - Conselho Regional de Desenvolvimento
COREDE FO - Conselho Regional de Desenvolvimento
da Fronteira Oeste
FEE - Fundação de Economia e Estatística
IBGE - Instituto Brasileiro de
Geografia e Estatística
IDESE - Índice de desenvolvimento
socioeconômico
IDHM -Índice de desenvolvimento
Humano
PED - Plano Estratégico de
Desenvolvimento
SGGE - Secretaria de Governança
e Gestão Estratégica
SEPLAN- Secretaria de
Planejamento
SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Governança

RESUMO

Este trabalho tem como escopo analisar a participação dentro da construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento realizado em 2015 e publicado em 2017, com apoio do Governo do Estado, dos COREDES, que além de promover desenvolvimento regional traz a participação popular para as arenas de decisões. O estudo abrange o PED 2015-2030 dentro da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul em seus treze municípios: São Gabriel, Alegrete, Uruguaiana, Santana do Livramento, Rosário do Sul, Barra do Quaraí, Itacurubi, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Santa Margarida do Sul e São Borja. Neste processo agregando a participação nas assembleias dos coredes, conjuntamente com os presidentes, atores participantes, neste intuito foi analisado as peculiaridades e reais necessidades das populações da Região, bem como as características da população participante. Avaliou-se a atuação destes processos com relação ao envolvimento dos participantes, das falhas no decorrer dos andamentos das demandas, analisando a real participação popular, o estímulo a formação de uma cultura política mais atuante e participativa, a análise se deu por meio das atas, reuniões, formulários com os integrantes, tem-se uma análise real das demandas, dos interesses e das necessidades desta Região, que dentro do Estado é a que tem um IDH (índice de desenvolvimento humano) bastante preocupante, com baixa industrialização, com a logística bastante peculiar e dificuldades de comunicação. Não obstante, devem-se considerar dentro deste trabalho que aborda que a Região detém as cidades fronteiriças, cidades-gêmeas com necessidades diferentes das demais. Os processos de construção dos conselhos regionais de desenvolvimento, desde 1994, são importantes instrumentos de atuação democrática popular, onde visam o equilíbrio das diferenças regionais, buscando o crescimento sustentável e sempre buscando ações que minimizem os problemas centrais das Regiões a partir de importantes instrumentos de governança e seu próprio planejamento governamental. O PED se tornou um norteador de ações em longo prazo, com importância impar na busca de um desenvolvimento regional real, medindo necessidades reais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, PED, Coredes, Políticas Públicas, Fronteira, Participação Popular

ABSTRACT

This work aims to analyze the participation in the construction of the Strategic Development Plan carried out in 2015 and published in 2017, with the support of the State Government, COREDES, which, in addition to promoting regional development, brings popular participation to decision-making arenas. The study covers the 2015-2030 PED within the West Border region of Rio Grande do Sul in its thirteen municipalities: São Gabriel, Alegrete, Uruguaiana, Santana do Livramento, Rosário do Sul, Barra do Quaraí, Itacurubi, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Santa Margarida do Sul and São Borja. In this process, aggregating the participation in the assemblies of coredes, together with the presidents, participating actors, for this purpose, the peculiarities and real needs of the populations of the Region were analyzed, as well as the characteristics of the participating population. The performance of these processes was evaluated in relation to the involvement of the participants, the failures in the course of the demands, analyzing the real popular participation, the stimulus to the formation of a more active and participative political culture, the analysis was carried out through the minutes, meetings, forms with the members, there is a real analysis of the demands, interests and needs of this Region, which within the State has a very worrying HDI (human development index), with low industrialization, with rather peculiar logistics and communication difficulties. Nevertheless, it should be considered within this work that addresses that the Region has border cities, twin cities with different needs from the others. The processes of construction of regional development councils, since 1994, have been important instruments of popular democratic action, which aim to balance regional differences, seeking sustainable growth and always seeking actions that minimize the core problems of the Regions through important instruments of governance and its own government planning. The PED has become a guide for long-term actions, with unique importance in the search for real regional development, measuring real needs.

Keywords: Regional Development, PED, Coredes, Public Policies, Border, Popular Participation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divisão política do Brasil	21
Figura 2 - Divisão das Regiões Brasileiras	22
Figura 3 - Divisão econômica do Brasil	23
Figura 4 - Divisão do Brasil de acordo com Milton Santos	23
Figura 5 - Faixa de Fronteira no Brasil e no Rio Grande do Sul	46
Figura 6 - Regiões pré-estabelecidas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul	50
Figura 7 - Regiões Funcionais dos COREDE's	52
Figura 8 – Princípios dos COREDE's	55
Figura 9 - Tipologia da PNDR I (2008-2011)	71
Figura 10 - Brasil e as sub-regiões	72
Figura 11 - Rendimento nas Regiões Brasileiras	73
Figura 12 - Brasil e o crescimento populacional	75
Figura 13 - Metas estabelecidas dentro do PNDR II	76
Figura 14 - Problemas, meios e Finalidade	81
Figura 15 - Ciclo completo estabelecido dentro do PED	82
Figura 16 - Região Denominada FO, Região Funcional 6	87
Figura 17 – Avaliação	88
Figura 18 – Demandas presentes nas Atas	91

LISTA DE FIGURAS

Quadro 01 - Diretrizes do sistema de participação	37
Quadro 2 - Construção do Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã na prática	38
Quadro 3 - Principais instrumentos em uso	38
Quadro 4 - COREDE FO	42
Quadro 5 - Municípios da Fronteira Oeste e suas Configurações	43
Quadro 6 - Cidades Gêmeas: Fronteira Oeste e Rio Grande do Sul	46
Quadro 7 - Cidades Gêmeas no Rio Grande do Sul	47
Quadro 8 – Etapas da pesquisa	85
Quadro 9 – As partes do planejamento	92
Quadro 10 - Regiões do Rio Grande do Sul e seus Respectivos COREDES .	93
Quadro 11 – Síntese das demandas da Ata n. 1	97
Quadro 12 – Síntese das demandas da Ata n. 2	97
Quadro 13 – Síntese das demandas da Ata n. 3	98
Quadro 14 – Síntese das demandas da Ata n. 4	99
Quadro 15 – Síntese das demandas da Ata n. 5	100
Quadro 16 – Síntese das demandas da Ata n. 6	101
Quadro 17 – Síntese das demandas da Ata n. 7	102
Quadro 18 – Síntese das demandas da Ata n. 8	103
Quadro 19 – Síntese das demandas da Ata n. 9	104
Quadro 20 – Síntese das demandas da Ata n. 10	105
Quadro 21 – Síntese das demandas da Ata n. 11	106
Quadro 22 – Síntese das demandas da Ata n. 12	107
Quadro 23 – Síntese das demandas da Ata n. 13	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Questão 1: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO	110
Tabela 2 – Questão 2: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO	111
Tabela 3 – Questão 3: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO	111
Tabela 4 – Questão 4: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO	111
Tabela 5 – Questão 5: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO	112
Tabela 6 – Questão 6: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO	112
Tabela 7 – Questão 7: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO	112
Tabela 8 – Questão 8: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO	113
Tabela 9 – Questão 9: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO	113
Tabela 10 – Questão 10: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO	114
Tabela 11 – Questão 11: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO	114
Tabela 12 – Questão 12: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO.....	115
Tabela 13 – Questão 13: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO.....	115
Tabela 14 – Questão 14: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO.....	115

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REGIONALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS	15
2.1 REGIÃO	18
2.2 REGIONALISMO BRASILEIRO	20
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	24
2.4 A CONSTITUCIONALIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL	26
2.5 GOVERNANÇA PARTICIPATIVA	28
2.6 CULTURA POLÍTICA	30
2.7 CAPITAL SOCIAL	33
PARTICIPAÇÃO POPULAR NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ..	34
2.8.1 As diretrizes do sistema de participação	37
2.8.2 O desenho do Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã	37
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E A NOVA GOVERNANÇA...	39
2.10 CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO	41
3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL	58
3.1 DIREITO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	61
O PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	64
POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PNDR ...	68
3.4 PACTO DE METAS DO PNDR II	75
4 CAMINHOS METODOLÓGICOS	77
4.1 UNIVERSO	84
4.2 INSTRUMENTOS DA PESQUISA	85
4.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	85
5 PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA FRONTEIRA OESTE: RESULTADOS E DISCUSSÕES	86
POLÍTICA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	92
5.2 ANÁLISE DAS ATAS DAS ASSEMBLEIAS	95
RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS: PREFEITURAS	110
ENTREVISTA – PRESIDENTE DO COREDE-FO (DURANTE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PED – 2017) HUGO XIMENES	118
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICES	137
APÊNDICE A	
QUESTIONÁRIO A PREFEITOS (as), VICE-PREFEITOS (as) E SECRETÁRIOS (as) – COREDE-FO.....	137
ANEXOS	
ATAS DAS REUNIÕES DO COREDE – FO	138

1 INTRODUÇÃO

O Mestrado Profissional em Políticas Públicas Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, campus São Borja, de acordo com a CAPES, é uma modalidade de Pós-Graduação *stricto sensu* voltada para a capacitação de profissionais nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho.

Seu objetivo consiste em contribuir com o setor produtivo nacional no sentido de agregar um nível maior de competitividade e produtividade a empresas e organizações, sejam elas públicas ou privadas. Conseqüentemente, as propostas de cursos novos na modalidade mestrado profissional deve apresentar uma estrutura curricular que enfatize a articulação entre conhecimento atualizado, domínio da metodologia pertinente e aplicação orientada para o campo de atuação profissional específico. Para isto, uma parcela do quadro docente deve ser constituída de profissionais reconhecidos em suas áreas de conhecimento por sua qualificação e atuação destacada em campo pertinente ao da proposta do curso. O trabalho final do curso deve ser sempre vinculado a problemas reais da área de atuação do profissional aluno e de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, podendo ser apresentado em diversos formatos.

Vive-se em sociedade em que a cultura da participação entre Estado e sociedade é uma real condição de sistemas de gestão. No Estado do Rio Grande do Sul existe um instrumento chamado de Consulta Popular, através do qual o Estado concede poder de livre escolha em relação à disposição de recursos deste à frente das prioridades a região que previamente se é estabelecido. Como ensina Santiago Nino (1997, p. 46) que enfrenta a temática propondo:

A democracia deliberativa como alternativa à descentralização das decisões, na qual, através da discussão coletiva, todos os membros da sociedade podem participar e decidir na gestão do espaço local e ou regional, saindo da condição de espectadores para serem protagonistas da sua própria história. Com o que foi descrito até aqui, percebe-se que a etapa de implementação de políticas públicas está em constante formação em relação à política de participação popular e deliberativa nos municípios da região de fronteira oeste de nosso Estado; não obstante, devemos observar a questão da participação da democracia participativa, que não é pura e simplesmente sinônimo de democracia colaborativa; ambas são sim parecidas em seus pressupostos, pois a “participação” se pode tomar conhecimento, comunicar, mas nem sempre opinar, diferentemente da “deliberação”, que precede uma decisão.

O COREDE-FO (Conselho de Desenvolvimento da Fronteira Oeste) foi instituído pela Lei nº 10.283 de 17/10/1994, criado com objetivos e funções claras, de disseminar o desenvolvimento da região de fronteira e, logo, desenvolver mecanismos de aproximação para que seja uma área de pleno desenvolvimento, haja vista que o órgão COREDE deve funcionar como potencializador de desenvolvimento regional.

Entretanto, este fato leva ao tema proposto da presente pesquisa: a efetividade da participação dos atores nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional nas áreas da fronteira oeste em relação às políticas públicas adotadas, com a pretensão de compreender os ciclos das políticas apresentadas e a real efetividade frente às suas influências diante das várias instâncias de formação do Estado, mais precisamente nos processos de construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Fronteira Oeste, plano este elaborado em 2017.

Avaliou-se a possibilidade de ingerência do COREDE como órgão potencializador do PED e, logo, a falta de assessoramento no processo de desenvolvimento e efetivação do plano, não obstante a falta de assessoria técnica para a evolução de políticas estabelecidas frente às demandas e possibilidades escolhidas e não obstante o perfil dos atores envolvidos nesse processo. A investigação procurou observar o desconhecimento e/ou falta de interesse dessas prefeituras em utilizar o processo já posto para o desenvolvimento de seus municípios, tão logo da região.

Neste contexto, estabeleceu-se o seguinte **problema de pesquisa**: partindo da premissa de que existe o plano estratégico indicando caminhos, neste contexto questiona-se: diante dos atores envolvidos, como vêm sendo efetivadas as ações indicadas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento 2015-2030?

No anseio por respostas para muitos questionamentos, se definiu o objetivo geral em avaliar as ações dos atores participantes no Plano Estratégico 2015-2030 na busca pela efetividade das políticas públicas. Logo, para viabilizar a questão foram estabelecidos como **objetivos específicos**:

- I) Conhecer o Plano Estratégico de desenvolvimento e a participação cidadã;
- II) Identificar os atores os atores envolvidos no processo de planejamento;
- III) Conhecer o perfil dos atores envolvidos;
- IV) Propor a criação de um espaço para orientação e qualificação dos atores envolvidos neste processo;

O presente estudo é de interesse acadêmico haja vista a forma científica do mesmo, de apresentar através deste estudo aspectos importantes de como se tem olhado para questões importantes de desenvolvimento regional, além de uma contribuição para a máxima construção de cidadania abrangendo um grande quantidade de pessoas, dado que o COREDE-FO possui 514.454 habitantes (2019), pois a identificação dos problemas que vem travando o desenvolvimento da região faz com que sejam traçadas novas estratégias de participação na busca de maior participação de agentes políticos da região na geração de políticas públicas que realmente atendam às necessidades e interesse da própria região, atuando no melhoramento consubstancial da vida dessas populações.

2 REGIONALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas são uma realidade para efetivação de direitos individuais desde a promulgação da nova Carta Constitucional, a Constituição de 1988, a qual traduz uma Constituição cidadã. A carta do povo é aquela que mais concede direitos individuais à população. Mesmo assim, é importante que o Estado olhe com atenção para a população que tanto contribuiu para construção da sociedade estabelecida.

Comparato (1989, p. 42) define políticas públicas como “o conjunto organizado de normas e atos tendentes à realização de um objetivo determinado”.

Cabe ao Poder Público atuar de forma efetiva para que essas dificuldades sejam reduzidas e todos da sociedade possam se estabelecer sob as mesmas condições, respeitando assim a ideia do princípio da igualdade.

Conforme diz Bobbio (1986, p. 34), “não existem estruturas perfeitas e a atitude do bom democrata é a de não se iludir sobre o melhor sistema político e a de não se conformar com o pior”.

Os planos gerenciais e operacionais terão sede em conjuntos normativos infraconstitucionais. Nestes, as ênfases e vias de implementação podem conhecer matizes de predominância de acordo com os compromissos que o grupo político eleito estabeleceu com seus eleitores ao assumir o poder estatal. Essas ênfases e vias podem variar, desde que não se desfaçam as políticas públicas estrategicamente traçadas pela Constituição ou, enquanto estas não forem por outras substituídas, por meio do regular processo de emendas à Constituição.

Não obstante, as políticas públicas vêm acontecendo em uma crescente participação popular. Nas questões de partícipes, as pessoas deliberam por meio de ferramentas governamentais, tais como os conselhos representativos, através dos quais a democracia está embasada na ideia de construção em conjunto entre população e poder público, tanto nos atos de escolhas de políticas apropriadas, mas não tão somente no processo de formação dessas e sim na aplicação destes recursos públicos.

A participação deve ser entendida como um processo continuado de democratização da vida municipal, cujos objetivos são:

Promover iniciativas a partir de programas e campanhas especiais, visando o desenvolvimento de objetivos de interesse coletivo; 2) reforçar o tecido associativo e ampliar a capacidade técnica e administrativa das associações

e 3) desenvolver a participação na definição de programas e projetos e na gestão dos serviços municipais (JACOBI, 1990, p. 43).

Já segundo Paoli (2002, p. 377):

O ideal de reforço das políticas públicas centradas na aplicação da cidadania ativa, via incentivo à inclusão e à emancipação social, foi substituído por uma tendência à desresponsabilização do Estado na área social, ao mesmo tempo em que a sociedade civil foi convocada para colaborar com formas de superação da exclusão social. Para tanto, se criou na sociedade uma demanda por responsabilidade social capturada [...] através do apelo ao ativismo social voluntário da população, e a palavra “solidariedade” tornou-se, no senso comum, a disposição altruísta voluntária do indivíduo, uma organização ou uma empresa, um quase sinônimo de cidadania.

Atualmente, os governos instituíram formas de participações populares na busca pela democracia colaborativa, muitas vezes pelos conselhos gestores de políticas públicas, pois com isso gera-se um impacto institucional refletido nas ações destes, os quais devem ter autonomia em suas representações. Na década de 90, confirmou-se a tendência de canais de participação popular, ou seja, estes passam a ter lugar garantido na agenda pública; prova disso foi à nova concepção entre Estado e sociedade, criando-se conselhos gestores, orçamentos participativos, fóruns, câmaras setoriais, etc. Cita-se com destaque as palavras de Tatagiba:

Está em curso uma profunda reforma nas estruturas da gestão pública no Brasil, em especial em nível local, que tem como núcleo central e dimensão mais evidente, a intensificação e a institucionalização do diálogo entre o público e instituições. De norte a sul do país, em cidades marcadas pelas características mais diversas, governos comprometidos com a realização de projetos políticos os mais distintos mobilizam as energias societárias no sentido de responder às crescentes demandas por inclusão social, de p arcela cada vez mais amplas da população. Na intenção dos governos e na resposta da mobilização cidadã, soluções inovadoras são propostas para driblar novos e antigos problemas. A participação como elemento de renovação da gestão local, tendo destacando-se como dimensão inusitada do processo de redemocratização no Brasil, impondo novas leituras e interpretações acerca da relação Estado e sociedade mostra-se como registro dos desafios e possibilidades dos processos atuais de consolidação da democracia entre nós (TATAGIBA, 2003, p. 11).

A participação popular se mostra em uma época de ideais democráticos, que busca, dentre várias questões, a melhoria de grupos sociais mais excluídos, redução do poder e, por consequência, da burocracia que os cercam. No Brasil, nos anos 70, o poder era totalmente concentrado; a partir dos anos 90, a participação popular tornou-se uma realidade e o fato de o poder público ser mais que espectador vem em

uma crescente onda para novos tempos, visando uma nova gestão pública, mais colaborativa e democrática.

Como afirma Veiga,

[...] os diversos tipos de arranjos institucionais de caráter inframunicipal, municipal ou intermunicipal; micro ou mesorregional; e até estadual ou interestadual, podem ser vistos como decorrências inevitáveis da óbvia incapacidade de uma simples estrutura do tipo União -Estado-Municípios democratizar a sociedade que objetivamente se organiza em uma dúzia de imensas cidades metropolitanas, rodeadas por 160 microrregiões polarizadas e denominadas por aglomerações urbanas ou cidades, e por uma imensa variedade de situações que ocorrem em 390 microrregiões rurais (VEIGA, 2006, p. 19-20).

Desta forma, é clara a declaração de diferentes processos políticos, mais precisamente da década de 90, aos conselhos regionais de desenvolvimento (COREDEs). O exemplo veio de Santa Catarina, com os fóruns de desenvolvimento (FDRs) e os conselhos de desenvolvimento sustentável (CDRS) no Estado do Ceará. Parece ser uma concepção ideal da ideia de participação e empoderamento dos poderes locais, trazendo, muitas vezes, nessa esteira, as fragilidades das gestões fiscais dos municípios, traduzindo a ineficácia e até mesmo irresponsabilidades fiscais.

Para Souza (2006), as políticas públicas são um ramo de ciência política que permite entender como e por que os governos optam por determinadas ações. A referida autora referenda Lynn (1980), Dye (1984), Peters (1986) e Mead (1995), cujas definições sobre políticas públicas se aproximam do ideal, já que não existe uma única ou melhor. Sinteticamente, as políticas públicas seriam como um campo dentro do estudo da política, de ações de governo à luz de grandes questões públicas, e um conjunto de ações de governo que produzirá efeitos específicos, além da soma das atividades dos governos que agem diretamente ou através de delegação e influenciam a vida dos cidadãos. Ou “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”, isto é, as definições enfatizam o papel das políticas públicas na solução de problemas.¹

¹ PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS: APONTAMENTOS SOBRE AS LIMITAÇÕES EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO. Andréia Fröhlich Justen. Mariângela Brum Frota. VIII Simpósio Iberoamericano em comércio internacional de desenvolvimento e integração regional. p. 3. Acesso em 27 de dez. 2020. Disponível em:file:///C:/Users/leonardogoulart/Downloads/PLANEJAMENTO%20E%20POL%C3%8DTICAS%20P%C3%9ABLI CAS%20APONTAMENTOS%20SOBRE%20AS%20LIMITA%C3%87%C3 %95ES%20EM%20PA%C3%8DSES%20E M%20DESENVOLVIMENTO.pdf

A política pública reflete na economia e nas sociedades e fundamenta as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. É o campo do conhecimento que busca “colocar o governo em ação” e analisar essa ação, além de sugerir mudanças no curso dessas ações. A elaboração de políticas públicas constitui -se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006).

REGIÃO

O contexto da geografia parte do preceito de regionalizar, o qual é sinônimo de agrupar-se por semelhanças, obviamente adotando critérios específicos os quais primam por normas ou metodologias para se organizar em regiões; não obstante a isso os critérios são muitos, podendo ser físicos, econômicos ou históricos.

Sobre a importância do conceito de “região”, de acordo com Moreira (1993, p. 7), o termo fundamenta-se no princípio de “reger, dirigir, governar, expressão de clara matiz militar e estatal”.

Moreira (1993) afirma que o conceito de região resulta de um processo complexo, na maioria das vezes sendo determinado pelas relações sociais e econômicas que as envolve, enfim, as relações de poder.

Para aprofundar os estudos de “região”, deve-se delinear pelos conceitos da geografia, conforme Gomes (2008, p. 52): “... percebemos que a geografia foi campo privilegiado destas discussões no abrigar a região como um dos seus conceitos-chave e ao tomar a si a tarefa de produzir uma reflexão sistemática sobre o tema.”

A ideia de região pode sim fazer parte da linguagem comum, sendo passível de mistificação social e manipulação política. Sobretudo, é possível empreender o conceito de região por outros meios, como o do capital, pois na contemporaneidade “é certo que o conceito de região decola de territorialidade física” (LENCIONI, 1999, p. 42); entretanto, é de grande relevância o “conceito implícito da relação de acumulação de poderes, mesmo que por meio do socioeconômico” (LENCIONI, 1999, p. 42).

Ademais, Thomas Khun (1970) refere que toda ciência se funda a partir de um modo de conceituação capaz de criar unanimidade, ou seja, um paradigma. Entretanto, trata-se de uma maneira comum de ver as coisas, de apresentá-las, o que permite explicar a maior parte dos resultados das experiências ou das investigações.

É necessário também paralelamente religar estas significações aos diversos contextos no qual esta noção serve como elemento chave de um sistema explicativo: contexto políticos, político-institucionais, econômicos e culturais (GOMES, 2008, p. 50).

Estabelecendo-se que o conceito de geografia é amplo, que comporta várias atividades correlatas, tais como política diversidade regional, estado e cultura, a partir daí se conectam os pontos-chaves quando se fala de “região” que dá conta de localização e extensão, unidade administrativa e localização de um certo domínio.

Logo, o conceito de Região na geografia é um pouco mais complexo, pois tem-se vários conceitos e esses se inserem em significados próprios. A aplicação do conceito leva em conta técnicas da geografia, divisão do espaço e conceitos nada definitivos.

A região teria, com isso, em termos gerais, a sua configuração determinada pelos processos e relações sociais de produção, perpetuados ao longo da história, assumindo assim estas partes características do movimento geral das formas de produção e reprodução da sociedade, ou seja, da totalidade social reproduzida espacialmente (GONÇALVES; RIBEIRO, 2001, p. 91).

Não obstante, conforme Ribeiro e Gonçalves (2001), a geografia tem de fato se preocupado com as diferentes dimensões que podem ser tratadas quando se fala de região, não se limitando aos aspectos físicos e adentrando as diversas possibilidades de análise do tema, considerando ainda a escala como elemento importante, como se vê em Ribeiro e Gonçalves (2001, p. 92):

Referimo-nos, à maior inter-relação atualmente existente, propiciada pela interconexão e interdependência dantes nunca vista, a partir do aparato técnico-científico-informacional, entre as dimensões do lugar e da região, com o ingrediente “novo” da rede.

O conceito de região para Pierre Bourdieu (2012) torna os pesquisadores da geografia um tanto quanto cativos da dificuldade de diagnosticar ou tratá-lo como um termo homogeneizado, pois carrega várias análises que confundem uma representação significativa do termo. Bourdieu (2012) considera que a palavra região

assume, por vezes, uma nota ideológica, de maneira que acaba por servir frequentemente para a construção de mistificações geográficas tornando-se, por isso, um instrumento de manipulação política. Dessa forma, contribui no sentido de sustentar que região está ligada, por vezes, a interesses políticos, a uma fração de fatores objetivados por um grupo local. Por sua vez, Eduardo Soja discute região geográfica como geografia regional pós-moderna “para exemplificar o advento de um novo regime de acumulação capitalista “flexível”, tensamente baseado em um arranjo espacial restaurador e “instavelmente” ligado ao tecido cultural pós-moderno.” A geografia regional pós-moderna é possível em países centrais, dada a relação que se estabelece entre o momento de reestruturação capitalista que, sobretudo os países, têm conhecido no desenvolvimento de uma forma de produção denominada flexível. A geografia pós-moderna pode contemplar os estudos regionais à medida que procura dar ênfase ao heterogêneo.

REGIONALISMO BRASILEIRO

O Brasil é chamado de país continental, dado à extensa área do território, sendo o quinto maior país do planeta, com 8,5 milhões km² e uma população de 211,4 milhões. Diante da extensão e de uma numerosa população, é um país com uma grande diversidade natural, seja no arranjo climático seja no relevo que se configura nas mais diversas formas de vegetação, seja também na questão cultural, pois sua origem é diversificada, advinda do período na colonização com povos indígenas e mais para frente com diferentes etnias que vieram formar o país, para isso se vê nas regiões diversificadas, cultural e socioeconômica diferenciadas.

À medida que o país tem suas dimensões, configura-se como uma república federativa, formada por vinte e seis estados mais o Distrito Federal.

Figura 1 - Divisão política do Brasil



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2019)

Segundo o IBGE, o Brasil divide-se em cinco regiões político-administrativas: região norte, região nordeste, região centro-oeste, região sudeste e região sul. Essa divisão surgiu em 1988 com uma finalidade mais didática, para facilitar a administração política do país, respeitando os limites dos Estados, levando em conta as similaridades dos aspectos sociais e naturais e constitui a divisão atual do Brasil.

Figura 2 - Divisão das Regiões Brasileiras



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2019)

Seguindo a linha das divisões em se tratando de regionalização brasileira, outra proposta é a divisão geoeconômica, que não respeita os limites políticos dos Estados e divide o Brasil em três grandes áreas;

- 1) Região Amazônica
- 2) Região Centro-Sul
- 3) Região Nordeste

Essa divisão leva em consideração os aspectos sociais e econômicos de cada região.

Figura 3 - Divisão econômica do Brasil



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2019)

No que tange à divisão dos estados do Centro-Sul: vem somando os estados da região sudeste mais os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul e grande parte do Mato Grosso, região que tem maior taxa de urbanização. É uma região de polo econômico industrial, com destaque para as tecnologias, para as vias de acesso e uma densidade demográfica muito maior.

Também existe a divisão dos domínios naturais, criada por Amir Abi Saber na década de 60, a qual separou o Brasil em seis domínios, na qual os domínios políticos dos estados são apagados e se leva em consideração realmente o arranjo natural dos domínios, ou seja, o clima, relevo e também a vegetação e suas bacias hidrográficas: 1) Amazônia, 2) Cerrado, 3) Mares de Morros, 4) Caatinga, 5) Araucárias, 6) Pradarias.

Ainda considerando os conceitos de Milton Santos, grande expoente da geografia do Brasil e do mundo, ter-se-ia ainda uma divisão que foi chamada de “quatro brasis”. Essa teoria leva em consideração ao acesso dos indivíduos tecnologia, à informação e à questão da densidade tecnológica informacional. Dessa maneira, se criou o chamado “quatro brasis” configurando Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Concentrada. Para Santos, o meio técnico-científico-informacional explicaria o impacto do processo de globalização no território, revelando a nova

composição técnica e orgânica do espaço, constituído como o conjunto técnico inerente ao novo ciclo da civilização mundial, com conteúdo crescente de ciência, tecnologia e informação.

Figura 4 - Divisão do Brasil de acordo com Milton Santos



Fonte: IBGE –SERPRO (2018).

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Para Grau, (2007. p. 43) “a expressão política pública designa todas as atuações do Estado, cobrindo todas as formas de intervenção do poder público na vida social”. Já Bucci ensina que a política se distingue das categorias das normas e atos jurídicos, embora esses elementos sejam parte integrante dela. A noção operacional da política estaria mais próxima do conceito de atividade, como “programas de ação do governo para a realização de objetivos determinados, num espaço de tempo certo”.

Barcellos sintetiza que:

A expressão política pública pode designar, de forma geral, a coordenação dos meios à disposição do Estado, harmonizando as atividades estatais e privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.

Nesse sentido, trata-se de conceito bastante abrangente, que envolve não apenas a prestação de serviços ou o desenvolvimento de atividades executivas diretamente pelo Estado, como também sua atuação normativa, reguladora e de fomento, nas mais diversas áreas.

Segundo André-Jean Arnaud e María José Fariñas Dulce (tradução em português coordenado por Eduardo Pellew Wilso, p. 45) as políticas públicas formam

O conjunto de atos e de não atos que uma autoridade pública resolve iniciar, a fim de intervir (ou não) numa esfera específica. Interessa aqui, portanto, o processo de produção de todas as políticas envolvidas não apenas pelos diversos setores da atividade governamental, mas também por muitos outros atores ligados a essa atividade.

As definições convergem para a compreensão de que as políticas públicas envolvem ações e programas que almejam dar efetividade aos princípios, normas, valores e escolhas conformadores do sistema jus político modelado pela ordem constitucional de determinado Estado nacional. Em outras palavras, são as ações empreendidas pelos poderes públicos com o fim de implementar o sistema que lhes cabe operar, com o fim de tornar realidade a Constituição no cotidiano dos cidadãos.

Três são os planos em que se desdobram as políticas públicas: o estratégico, o gerencial e o operacional, cada qual correspondendo à competência e legitimações que se devem integrar, porém sem superposições nem usurpações.

Bucci (2006, p. 42) faz ver que:

Ao direito cabe conferir expressão formal e vinculativa a propósito, transformando-o em lei, normal de execução, dispositivos fiscais; enfim, conformando o conjunto institucional por meio do qual opera a política e se realiza seu plano de ação. Até porque, nos termos do clássico princípio da legalidade, ao Estado só é facultado agir com base na habilitação legal. A realização das políticas deve dar-se dentro dos parâmetros da legalidade e da constitucionalidade, o que implica que passem a ser reconhecidos pelo direito (e gerar os efeitos jurídicos) os atos e também as omissões que constituem da política pública.

A política pública é fenômeno próprio do Estado que tem relação respeitosa de mútuas influências com a sociedade. O Estado sempre expressou a relação de dominação, espelhando-se em suas decisões, visando os interesses daqueles que detinham o poder. A ideia de se impor limites do exercício de liberdade fazia respeitar o proveito dos interesses dominantes; assim foi desde a antiguidade clássica.

Ademais, continua a ser nos recantos do mundo onde ainda o Estado e dominação são sinônimos quase que perfeitos. A gestão de resultados, por oposição à gestão patrimonialista do Estado, desenvolve métodos e formas de atuação, articulação e intervenção dos poderes, que podem ser traduzidos através de alguns

paradigmas essenciais para a operação dos sistemas constitucionais e jurídicos, denotando efetividade dos princípios, a supremacia da Constituição, que foi o caráter impositivo das políticas públicas nele traçadas.

A CONSTITUCIONALIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL

A Constituição da República de 1988, a Carta Magna e considerada constituição cidadã, traça a essência das políticas públicas tendo como relevante a atuação estatal, denotando a estrutura do direito constitucional brasileiro, criada no início do processo de redemocratização do Brasil após a Ditadura Militar. O texto constitucional traz uma preocupação muito grande com as questões ligadas a direitos individuais.

A carta do povo é aquela que mais concede direitos à população. Mesmo assim, é importante que o Estado olhe com atenção para essa camada da população que tanto contribuiu para construção da sociedade que se tem atualmente. Cabe ao Poder Público atuar de forma efetiva para que essas dificuldades sejam reduzidas e todos da sociedade possam se estabelecer sob as mesmas condições, respeitando assim a ideia do Princípio da Igualdade.

Os instrumentos orçamentários (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual) são expressões jurídicas de políticas públicas, cuja vocação já se destacava no artigo 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que dispõe acerca da política econômico-financeira e do programa de trabalho do Governo. São diretrizes situadas acima do natural alternância de poder porque conciliam o princípio republicano e democrático com as demandas da estabilidade e da governabilidade.

Lê-se o artigo Art. 2º, da Lei nº 4.320/64:

A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1º Integrarão a Lei de Orçamento:

I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº 1;

III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos nºs 6 a 9;
 III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços (BRASIL, 1964).

São de fácil conotação na definição de políticas públicas os Títulos VII, Da Ordem Econômica e Financeira (Capítulo I – Princípios gerais da atividade econômica; Capítulo II – Política urbana; Capítulo III - Política agrícola e fundiária e da reforma agrária; e Capítulo IV - Sistema financeiro nacional) e VIII – Da Ordem Social (seguridade social; educação, cultura e desporto; ciência e tecnologia; comunicação social; meio ambiente). Também referem diretrizes e objetivas para a política de desenvolvimento a ser executada pelo poder público municipal em seu artigo 182 da CF/1988.

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (Regulamento) (Vide Lei nº 13.311, de 11 de julho de 2016)

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais (BRASIL, 1988, s/p).

Becho (1999, p. 438) classifica os princípios “distinguindo-os em princípios constitucionais e os infraconstitucionais (encontrados em normas de hierarquia inferior à Constituição),” além da distinção entre princípios explícitos (observados de forma direta e clara, só com a simples leitura do texto normativo) e princípios implícitos (que necessitam de mecanismos de interpretação para serem detectados na legislação).²

² Administração Pública eficiente na prestação dos serviços públicos. André Ricardo Fonseca da Silva. Publicado em 04/2014. Acesso em 8 de dezembro de 2020. Disponível em <https://festimusicat.blogspot.com/2014/05/administracao-publica-eficiente-na.html>

Já Grau (2002, p. 125) “considera princípios explícitos aqueles elencados na Constituição ou na lei. Acrescenta que há também os princípios implícitos, que são os inferidos como resultado da análise de um ou mais preceitos constitucionais ou de uma lei ou conjunto de textos normativos da legislação infraconstitucional.”¹

Não obstante, como princípio da supremacia da Constituição, valor máximo do direito público e pós-moderno, todas as políticas são estratégicas e compulsórias, isto é, ditam os elementos norteadores e vinculantes da gestão administrativa pública, que a constituição quer comprometida com a obtenção de resultados compatíveis com as políticas traçadas.

GOVERNANÇA PARTICIPATIVA

A questão da governança nos processos gerenciais modernos vem da premissa do fortalecimento dos processos de decisão com a promoção dos instrumentos de democracia participativa, não tão somente discutir a burocracia do sistema, mas sim assegurar as visões e as necessidades dos diversos grupos sociais que possam aflorar dentro de uma realidade, criando espaços de participação democrática, deliberativos e audiências públicas, tendo como base a publicização de todos os atos, mantendo todos sempre atualizados e disponíveis para todos.

O conceito de governança, que por muito tempo esteve muito ligado ao mundo corporativo empresarial, como diz Dallarida e Becker (p. 45, 2003), tem sido bastante discutido ao longo dos últimos anos no âmbito da gestão pública. Para Bevir (2011), a adoção da governança na administração pública coloca em relevo a noção de redes como arranjo de governança, haja vista que esse modelo de redes tem sido visto como forma de desburocratizar ações.

Os modelos apresentados de governança participativa inferem que a atuação do governo seja baseada no interesse público, fortalecendo assim a cidadania. O que se espera com a democratização dos espaços de poder é a melhoria decisória por meio da incorporação ao processo de conhecimento local, como explicita Speer (2012). Os governos mais abertos são compreendidos como meios para promover valores democráticos, alimentando a ideia de tornar o sujeito em cidadão (OFFE, 2001).

A governança participativa visa fortalecer o próprio governo, afim de que esse esteja fortalecido e que seus objetivos sejam alcançados, logo tornando-se eficiente

do mesmo modo que se constitua como um mecanismo que gera confiança, pois recupera a vitalidade democráticas partir da garantia de legitimidade política, tendo por si só a tão aclamada governabilidade.

Speer (2012), a partir de uma revisão de literatura, avalia o potencial de governança participativa. Além de expor diversos ganhos administrativos, considera que a escassez de dados desse processo todo pode gerar impactos sobre a capacidade de resposta do governo e, por consequência, no aprofundamento da democracia. Seguindo esta esteira, quando se discute os benefícios da governança participativa, reitera-se a democratização dos processos políticos e administrativos, a responsabilização e a eficiência dos governos e a necessidade de restabelecer a confiança no setor público, que sempre estiveram e continuam em pauta (PETERS, 2005).

O decreto 9.203 de 22 de novembro de 2017³ fala de seis princípios, sejam eles capacidade de resposta, melhoria regulatória, integridade, transparência, prestação de contas e confiabilidade.

Peters (2005, p. 586) defende que, baseando-se tanto nos princípios democráticos quando nas noções administrativas e de eficiência, a lógica presente na governança é “que a maior participação cidadã trará consigo maior qualidade na tarefa de governar” e ainda aumentará a confiança dos cidadãos, à qual já é impulsionada pela Constituição Cidadã de 1988.

O decreto explicita que governança é um conjunto de mecanismos, liderança, estratégia e controle que, postos em prática, irão ajudar a todos a executar a política pública e responder à prestação de serviços ao cidadão. Ou seja, quando se consegue comunicar qual é o valor que vai ser entregue com aquele serviço está se fazendo governança pública; quando se age de forma ética, se identifica os problemas e os conflitos de interesse que porventura possam afetar a meta a ser alcançada ou que possam colocar em risco o fim do que se busca efetivamente. Não obstante, as políticas públicas devem ser adotadas pelo governo para que não haja processos endógenos de trabalhos e menos coerência nas políticas públicas em si, criando desconfiâncias e a capacidade de respostas do próprio Estado, também podendo ser

³Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017: Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea “a”, da Constituição, Brasília, 22 de novembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

diminuída; no entanto, o próprio decreto trouxe um mecanismo quando cria um comitê interministerial de governança que Estados, Municípios e até mesmo o Poder Judiciário, objetivando que os ministérios centrais, que detêm agendas estratégicas de Governo, posam comunicar melhor e auxiliar a governança interna dos demais ministérios setoriais.

Ao criar novos caminhos de desenvolvimento, o formato político Institucional integra Municípios e Estados, como terceiro nível de governo, haja vista que com o desenvolvimento e a descentralização, governança e problematização democrática, geram por si só novos atores políticos institucionais, criando-se as heterogeneidades territoriais, com impactos em diferentes resultados de gestão, como explicita a análise de Borja (1987, p. 28) em que sustenta que “ladescentralización y eldesarrollo de poderes locales significa multiplicar los poderes políticos, por lo tanto facilita el equilibrio de unos poderes com otros”.

Com modelos de governança participativa, o que se espera é que a autoridade do Governo seja movida pelo interesse público, como demanda do fortalecimento da cidadania. O que se espera com a democratização dos espaços de poder é a melhoria decisória, por meio da incorporação ao processo político do conhecimento local e regional, ou seja, conhecimento/experiência de atores locais, suas demandas e conflitos. Assim, os governos mais abertos são compreendidos como meios de promover valores democráticos (SPEER, 2012).

No que se refere à realidade brasileira, a falta de vontade política, muitas vezes em função da motivação política partidária, fragiliza o processo construtivo, trazendo administrações fechadas e explicitando, muitas vezes, uma cidadania aquietada, haja vista que muitos governos não pensam em governança pública como possibilidade de enfrentamento de desafios e resoluções de problemas e conflitos, deixando assim de estabelecer regimes de cooperação.

CULTURA POLÍTICA

Deve-se revisar a ideia de que o Estado deva gerenciar a cultura, embora faça parte de uma boa retórica brasileira, haja vista que, quando se fala em cultura política, deve-se iniciar pelo indivíduo, dado que cada indivíduo conta com determinadas

atitudes ou predisposições e normalmente esse sistema pode ser repartido por outros sujeitos.

A cultura política constitui um atributo de um conjunto de cidadãos que compartilham das mesmas pautas ou atitudes, por meio social, ético, etc. Quando se fala em cultura política, não se fala em acúmulo de conhecimentos, mas que cada grupo possui sua cultura própria; logo, não se tem cultura política quando se tem uma maneira de pensamento estática, composta por indivíduos de maneira unilateral. A cultura política é sempre um atributo coletivo que corresponde a grupos e não a indivíduos.

Neste sentido, cultura política é a variável importante para compreender a estabilidade e as mudanças dos sistemas políticos, conforme assinalam Gabriel Almond e Sidney Verba (1965). Estes autores afirmam que as crenças, normas, valores e atitudes são explicativos do comportamento político. Nessa perspectiva, insere-se o debate do capital social como uma categoria interpretativa para o desempenho institucional, a consolidação democrática e o desenvolvimento; logo, esse conceito ganha importância a partir do trabalho de Robert Putnam “Comunidade e Democracia” (2000), cuja preocupação consiste em compreender como os governos democráticos podem funcionar de maneira satisfatória. Uma das questões centrais que o autor investiga é por que alguns governos democráticos tem um bom desempenho institucional e outros não? O que determina o bom desempenho das instituições políticas? As instituições podem mudar a prática dos governos? O desempenho dos governos depende da cultura dos cidadãos? ⁴

As tradições cívicas produzem cultura e capital social que estão ligados ao bem comunitário (PUTNAM, 2000), ou seja, constituem práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos numa determinada sociedade, incluindo sistemas de participação e associação que estimulam a cooperação. Nessa esteira, quando maior for a capacidade dos cidadãos confiarem uns nos outros, para além de seus familiares, superando o “familismo amoral”, maior será o capital social. ⁵

⁴ DESENVOLVIMENTO E CULTURA POLÍTICA, Hemerson Luiz Pase. Anais do círculo de debates acadêmicos. IPEA. Code. 2011.

⁵ DESENVOLVIMENTO E CULTURA POLÍTICA, Hemerson Luiz Pase. Anais do círculo de debates acadêmicos. p. 5. IPEA. Code. 2011.

No entanto, Banfield (1958) entende que, assim como maior e mais rico for o número de possibilidades associativas maior será o volume de capital social, pois a confiança é a expectativa que nasce no meio de uma comunidade de comportamento estável e cooperativo, baseado em normas compartilhadas por estes mesmos membros (FUKUYAMA, 1996).

A questão central de Putnam (2000) é que a confiança, a cooperação e os espaços de participação social entre o Estado e a Sociedade são elementos positivos e essenciais de participação social entre instituições políticas, ou seja, ele toma da cultura política a variável civismo como uma variável independente e o desenvolvimento econômico e o desempenho institucional como variáveis dependentes. Ademais, afirma Almonde Verba (1989) que o Brasil se constituiu baseado em relações de dependência verticalizadas; então, isso faz diferença para a constituição da cultura política e do Estado, além de suas inter-relações.⁶

A cultura política influencia decisivamente o desenvolvimento social, econômico e político. A confiança, reciprocidade e solidariedade, embasadas em normas claras e na livre e vigorosa circulação de informações definem o capital social, gerando a potencialidade de obter direitos, recursos e/ou bens tangíveis embora, muitas vezes, insuficiente (PUTNAM, 2000, p. 98).

Almond e Verba (1989), o processo de formação do padrão de atitudes e comportamentos de adultos em relação aos objetos políticos envolve um complexo de fatores.⁷

A cultura política trás consigo, os conceitos de indivíduo, logo, cada um destes pressupõe possibilidades e atitudes, sendo provedores de ações que podem refletir nos demais, ainda que, deve-se considerar os campos de atitudes-ações, faixa etária, núcleo social, etc. Ademais, cultura política é o conjunto de ações e realidades que quando compartilhado anseios próprios, quando esses grupos, por exemplo, étnicos, sociais, religioso compartilham, está no que é a própria cultura política, conforme compartilha autores como Almond y Verba.

⁶ DESENVOLVIMENTO E CULTURA POLÍTICA, Hemerson Luiz Pase. Anais do círculo de debates acadêmicos. p. 5. IPEA. Code. 2011.

⁷ CULTURA POLÍTICA, INSTITUIÇÕES E EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA NO BRASIL, Ednaldo Aparecido Ribeiro. Revista de sociologia e política nº 28: 205-2019. Jun. 2017

CAPITAL SOCIAL

O capital social corrobora da máxima de que se construiu este quando se tem participação, criando-se um aglomerado de ações cívicas e coletivas. Pode-se dizer que capital social constitui um conjunto de regras, redes de contatos e relações de confiança que ajuda os cidadãos a superarem problemas e dilemas sociais.⁸

Já James Coleman, um dos fundadores do conceito de capital social, entende que este é a possibilidade de facilitar ação de diferentes tipos de atores sociais.

Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existe [...] Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança[...] Numa comunidade rural [...] onde um agricultor ajuda o outro a enfardar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamento (COLEMAN, 1990, p. 302, 304 e 307 apud PUTNAM, 2000, p. 177).

9

Coleman trabalha com a teoria da escolha racional na qual insere o conceito de capital social, cuja formulação permite-o articular comportamentos individuais, organizacionais e sociais na explicação da ação social. A desconfiança pode ser abrandada quando ocorrem várias rodadas de jogos com regras claras e respeitadas; no entanto, nada garante a superação pela confiança (PUTNAM, 2000, “dilema do prisioneiro”).¹⁰

⁸ FATORES EXPLICATIVOS DO CAPITAL SOCIAL EM UMA CIDADE DA SERRA GAÚCHA: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO. João Alberto Rubim Sarate, Janaina Macke. Acesso em 22 Dez, 2020. Disponível em http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/33/APS - C633.pdf.

⁹ A SITUAÇÃO DAS AMÉRICAS: DEMOCRACIA, CAPITAL SOCIAL E EMPODERAMENTO. CAPITAL SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA. Hemerson Luiz Pase. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.6, n.1, p. 35-59, jan.-abr. 2012. Acesso em 27 Dez, 2020. Disponível em file:///C:/Users/leonardo - goulart/Downloads/25918-109715-1-PB.pdf.

¹⁰ A SITUAÇÃO DAS AMÉRICAS: DEMOCRACIA, CAPITAL SOCIAL E EMPODERAMENTO REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.6, n.1, p. 35-59, jan.-abr. 2012. 35 CAPITAL SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA Hemerson Luiz Pase Disponível em file:///C:/Users/leonardo-goulart/Downloads/25918-109 71 5-1-PB.pdf acesso em 11/01/2020

Não obstante Putnam, conjuntamente com Coleman, procuram demonstrar as condições sob as quais as instituições públicas conseguem mobilizar os recursos sociais para alcançar um grau de bem estar coletivo.

Ao longo da história [...] as normas e os sistemas de participação cívica promovem o crescimento econômico, em vez de inibi-lo. Tal efeito continua até hoje. Nas duas décadas transcorridas desde a criação dos governos regionais, as regiões cívicas cresceram mais rápido do que as regiões onde há menos associações e mais hierarquia[...]o capital social, corporificado em sistema horizontais de participação cívica, favorece o desempenho do governo e da economia, e não o oposto: sociedade forte, economia forte; sociedade forte, Estado forte (PUTNAM, 2000, p. 186).

Logo, a partir de uma organização intrínseca, no que se refere padrões de democratização e desenvolvimento da sociedade, partindo de pressuposto que em organização e participação política e social é o grau máximo na sustentação de uma democracia, ainda que se vê a diminuição do estímulo participativo no século XX em diante, criando uma espécie de “des-empoderamento” pela inconfiabilidade na política e alguns outros fatores, entretanto, o capital social vem das condições políticas e sociais na construção da cidadania.

PARTICIPAÇÃO POPULAR NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A construção do Estado Democrático de Direito no Rio Grande do Sul, com forte presença dos processos democráticos participativos, já acumula nas duas últimas duas décadas um gama de investimentos nestes processos, os quais são reconhecidos nacional e internacionalmente, dado a observância do que prega a Carta Magna brasileira. Nesta esteira, diversos processos foram principiados no Estado, tais como o Orçamento Participativo, a Consulta Popular, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) e os correspondentes municipais, os Comudes, os Conselhos de Direito e Políticas Públicas e as Conferências Temáticas, os quais servem para a convergência de ideias com especialistas em Políticas Públicas, governo e sociedade civil, no que diz respeito a novas possibilidades, projetos e objetivos.

No Estado do Rio Grande do Sul, sobre as experiências de governança no desenvolvimento regional nas últimas décadas, afirma Veiga (2006, p. 21):

[...] são raros (e certamente pouco lidos) os estudos que se propuseram a reconstruir a trajetória histórica dessas visões públicas de desenvolvimento territorial. (Por outro lado, há um rico conhecimento tácito disperso entre protagonistas e observadores dessa experiência, mas não se pode dizer que ele esteja sistematizado) e, menos ainda, que tenha sido assimilado por significativo número de quadros governamentais, políticos, acadêmicos, sindicais, etc., que hoje estão envolvidos em ações de desenvolvimento).

Não obstante à Lei de número 13.601¹¹ de 2011, que atribui à Secretaria do Planejamento e Gestão a tarefa da Participação Cidadã, conjuntamente criou -se o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e a formação dos CDES do RS. A existência e o funcionamento dos COREDES - Conselhos Regionais de Desenvolvimento, em funcionamento há mais de 25 anos, criados por Lei Estadual e enraizados em 28 regiões no Estado, há a Lei 10.283, de 1994, que dispõe sobre a criação, construção e funcionamento dos COREDES.

Nesta seara, há diversas experiências de participação popular existentes, a experiência do orçamento participativo também desenvolvida há mais de 25 anos em diversos municípios e já experimentada em diversas administrações estaduais, como se vê na Lei 11.179, de 1998, que dispõe sobre a consulta direta à população quanto à destinação de parcela do orçamento do Governo voltada a investimentos regionais, consulta popular e a Lei 11.920 de 2003 que alterou a Lei 12.376 de 2005 e logo alterou a Lei 11.179 de 1998, transformando-se em Projeto de Lei PL 312 de 2006, o qual dispõe sobre a participação da população na elaboração, definição e acompanhamento da execução do Plano Plurianual - PPA¹², Lei de Diretrizes

¹¹Lei n.º 13.601, de 01 de janeiro de 2011:dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências (publicada no DOE nº 001, de 01 de janeiro de 2011).

¹²Plano Plurianual (PPA) - O Plano Plurianual (PPA) é um planejamento de médio prazo, que deve ser realizado por meio de lei. Nele, são identificadas as prioridades para o período de quatro anos e os investimentos de maior porte. O projeto do PPA é encaminhado pelo Executivo ao Congresso até 31 de agosto do primeiro ano de cada governo, mas ele só começa a valer no ano seguinte. Sua vigência vai até o final do primeiro ano do governo seguinte. Essa passagem do PPA de um governo para outro visa promover a continuidade administrativa, de forma que os novos gestores possam avaliar e até aproveitar partes do plano que está sendo encerrado. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ppa>. Acesso em: 07 ago. 2019.

Orçamentárias - LDO¹³ e Lei Orçamentária Anual - LOA¹⁴. Também deve-se destacar a nota diretriz de número 17, que visou a sistematizar o processo de participação popular nas suas estruturas básicas, unificando a nomenclatura e propondo a definição das instâncias participativas regulares do Governo.

¹³O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte; orienta a elaboração do Orçamento; dispõe sobre alteração na legislação tributária; estabelece a política de aplicação das agências financeiras de fomento. Com base na LDO aprovada pelo Legislativo, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) elaborou a proposta orçamentária para o ano seguinte, em conjunto com os Ministérios e as unidades orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário. Por determinação constitucional, o governo é obrigado a encaminhar o Projeto de Lei do Orçamento ao Congresso Nacional até 31 de agosto de cada ano. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/leis-e-principios- orcamentarios/o-que-e-lei-de-diretrizes-orcamentarias-ldo>. Acesso em: 07 ago. 2019.

¹⁴É no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) que o governo define as prioridades contidas no PPA e as metas que deverão ser atingidas naquele ano. A LOA disciplina todas as ações do Governo Federal. Nenhuma despesa pública pode ser executada fora do Orçamento, mas nem tudo é feito pelo Governo Federal. As ações dos governos estaduais e municipais devem estar registradas nas leis orçamentárias dos Estados e Municípios. No Congresso, deputados e senadores discutem, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), a proposta enviada pelo Executivo faz as modificações que julgam necessárias por meio das emendas e votam o projeto. Depois de aprovado, o projeto é sancionado pelo Presidente da República e se transforma em Lei. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/leis-e-principios- orcamentarios/o-que-e-lei-orcamentaria-anual-loa>. Acesso em: 07 ago. 2020.

As diretrizes do sistema de participação

Quadro 1 - Diretrizes do sistema de participação

Participação direta do Cidadão, de forma presencial ou digital, na elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas desenvolvidas no Estado do Rio Grande do Sul.
Transversalidade na execução das políticas públicas desenvolvidas no Estado.
Articulação entre a democracia participativa e a democracia representativa.
A realização de reuniões, plenárias públicas de participação aberta à população.
A manifestação da vontade (popular) pelo voto direto e universal.
Presença estruturada do governo nas regiões do Estado.
A busca de maior eficiência e eficácia na execução das políticas públicas desenvolvidas no Estado.

Fonte: Sistema estadual de participação popular e cidadã – Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2007.

O desenho do Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã



Fonte: Sistema estadual de participação popular e cidadã – Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2015.

Quadro 2 - Construção do Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã na prática

a) O PPA Participativo
b) O CDES
c) A Participação Popular Cidadã no Orçamento
d) Gabinete Digital
e) As Interiorizações e os Encontros para o Desenvolvimento
f) O Lançamento e o Desenvolvimento do Programa de Combate às Desigualdades Regionais
g) O Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas
h) As Conferências Setoriais e de Direitos

Fonte: SEPLAN (2015).

Uma visão sistêmica dos processos participativos convida a levar em conta e a compreender o todo e as partes das políticas públicas e das responsabilidades do Estado, de modo a permitir boas análises, interferências mais qualificadas, a diminuição de sobreposições, o registro organizado das manifestações da cidadania e o pensamento sistêmicos são a capacidade de identificar as ligações entre os diferentes fatos, supondo a interdisciplinaridade e a complementaridade e assim encontrar as soluções mais apropriadas para as necessidades da cidadania.

Quadro 3 - Principais instrumentos em uso

Conselhos Setoriais e de Direitos e respectivas conferências nas áreas de: educação, saúde, cultura, juventude, turismo, idosos, assistência social, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, políticas para as mulheres, segurança alimentar e nutricional, transparência e controle social e meio ambiente.
Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social – espaço público institucional de democratização da gestão e concertação social. O processo decisório não ocorre pelo voto, mas pela busca de definições coletivas.
Elaboração participativa do Orçamento - o PPA participativo e o Orçamento Anual.
PPA PARTICIPATIVO. Acordar com a sociedade gaúcha um plano para quatro anos, considerando nesta construção: – Diálogo com a sociedade gaúcha – Plano de governo – Conselhos Setoriais – Conselhos Regionais de Desenvolvimento – Estudos do Planejamento e da FEE.

Fonte: SEPLAG (2019)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E A NOVA GOVERNANÇA

A Administração Pública tem como objetivo maior atender as necessidades públicas, estabelecendo a governança no que diz respeito aos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, seguindo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 2015, p. 47).

Com a EC 19/98¹⁵, através da reforma administrativa, almejou-se uma administração pública eficiente, com a consequente prestação no serviço público com qualidade. Ou seja, uma Administração Pública que possa atuar de forma eficiente, que utilize os meios mais adequados, num menor lapso de tempo e sem nunca deixar a preocupação com uma boa prestação do serviço público. Há Administração Pública deve exercer a fiscalização da gestão dos recursos públicos através de órgãos de controle interno que irão verificar a adequação das ações praticadas pelos gestores públicos.

Na análise dos princípios norteadores da atividade administrativa constata-se a seguir:

a) princípio da legalidade: adota-se o critério de subordinação à lei. A legalidade significa que a Administração Pública não tem liberdade e nem vontade pessoal, só podendo fazer o disposto em lei;

b) princípio da impessoalidade: trata-se da ausência de subjetividade. A atividade administrativa deve ser dirigida com finalidade pública, aos cidadãos em geral, sem favoritismos, discriminações benéficas ou detrimetosas. A norma administrativa deve ser interpretada e aplicada de forma que melhor garanta a realização do fim público a que se dirige;

c) princípio da moralidade: impõe à administração não apenas uma atuação legal, mas também moral, pautada na ética, honestidade, lealdade e boa-fé. No entanto, a moralidade a ser obedecida é a administrativa e não a moralidade comum que trata da distinção entre o bem e o mal;

¹⁵Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998: modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.

d) princípio da publicidade: visa garantir o controle através da sociedade da gestão administrativa a fim de conferir à mesma validade e eficácia. Em alguns casos, quando o interesse público ou a segurança o justificarem, como no disposto dos artigos 5º, incisos X, XXXIII, LX poderá a publicidade ser vetada, concluindo -se a relatividade do princípio da publicidade.

Para Meirelles (2004), estes princípios se constituem mutuamente e não se excluem no conjunto de interpretação do ordenamento jurídico. Para este autor, possuem função programática, fornecendo diretrizes situadas no ápice do sistema a serem seguidas por todos os aplicadores do direito.

Espera-se que os processos administrativos internos passem por um processo de simplificação, racionalização e padronização das normas e rotinas, com o objetivo de viabilizar a criação de mecanismos de monitoramento de metas que permitam incorporar práticas de revisão e melhoria contínua dos processos de trabalho. Destes processos, há a expectativa de que venha atrelada a economicidade sem perder a devida fase burocrática, ainda tão necessária, mas que pode ser agilizada, sempre que possível, através de recursos tecnológicos e organização de seus processos.

A capacidade do Estado para organizar processos consistentes de desenvolvimento também depende de sua capacidade política de definir uma visão de futuro (uma estratégia de desenvolvimento) e construir uma base social de apoio às políticas públicas que podem dar concretude a esta visão (GOMIDE; PIRES, 2014).

Também devem ser levadas em consideração as alianças políticas que delimitam e dão forma ao alcance dos projetos definidos como políticas públicas e que sempre estão em concorrência com novos aparatos ideológicos, jurídicos e legais do Estado, nas organizações de elaboração e/ou difusão dos valores, cultura e ideologias. De acordo com Meirelles (1994, p. 55)

O estudo da Administração Pública em geral, compreendendo a sua estrutura e as suas atividades, deve partir do conceito de Estado, sobre o qual repousa toda a concepção moderna de organização e funcionamento dos serviços públicos a serem prestados aos administrados.

Portanto, é importante compreender a relação entre as concepções políticas, sociais e econômicas da reforma do Estado e o papel do Estado no estabelecimento

e implementação das políticas públicas, visto que esta é a apresentação da demanda alocada diante dos recursos financeiros existentes.

Assim considera-se a atuação da Administração Pública como fonte dos processos necessários às atividades geradoras de serviços e atuação da burocracia nas linhas de frente do Estado, devendo ser observada, com grande atenção, por terem um posicionamento expressivo de decisão em última instância na implementação de políticas públicas, por possuírem relativo poder discricionário dentro das agências públicas e tomada de medidas em nível prático de ação.

CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO

Em meados dos anos 90 houve a criação e o processo de consolidação dos conselhos de desenvolvimento, ainda que faltasse uma lei específica que os criasse. Mostrou-se a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, implementado via MP 103, de janeiro de 2003, que logo se transformou na Lei 10.683, de 2003.

Logo veio a Medida Provisória 259, de julho de 2005, logo transformada na Lei 11.204 de 2005, que encaminhou as CDES para Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

Conforme a Lei 10.683 de 2003, que preconiza a atribuição das CDES:

Lei nº 11.451, de 28 de março de 2000: acresce dispositivos à Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, e cria os Conselhos Municipais de Desenvolvimento – COMUDEs (publicada no DOE nº 060, de 29 de março de 2000).

Segundo Gonzáles (2008), estes foram os primeiros passos que justificam a criação mais adiante dos conselhos regionais de desenvolvimento (COREDEs). Este autor ressalta que a composição do Conselho é alterada, ficando em sua nova composição somente representantes do Governo, destacando-se que outros segmentos da sociedade civil poderiam ser convidados, porém sem direito a voto.

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento¹⁶ COREDEs, criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, são um fórum de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional.

Seus principais objetivos são a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos e nas ações dos governos para a melhoria da qualidade de vida da população e a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo à permanência do homem na sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente.

A divisão regional, inicialmente composta por 21 regiões, foi alterada em 1998 com a criação do 22º COREDE – Metropolitano Delta do Jacuí e, em 2003, com a criação dos COREDEs Alto da Serra do Botucará e Jacuí Centro. Em 2006, foram criados os COREDEs Campos de Cima da Serra e Rio da Várzea. E, finalmente, em 2008, através do Decreto 45.436, foram criados os COREDEs Vale do Jaguari e Celeiro. O Estado conta, atualmente, com 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

Quadro 4 -COREDE FO

População Total (2017) - 514.454 habitantes
Área (2015) - 46.237,1 km ²
Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) - 5,83 %
Expectativa de Vida ao Nascer (2000) - 71,57 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2016) - 13,22 por mil nascidos vivos
Exportações Totais (2014) - U\$ FOB 93.234.514

Fonte: FEE (2019).

O Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Fronteira Oeste foi criado em 1991 e integra a Região Funcional 6¹⁷. É composto por treze municípios: Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubi, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São

¹⁶Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>.

¹⁷As Regiões Funcionais de Planejamento foram propostas pelo Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS – Rumos 2015, contratado em 2003 pela então Secretaria da Coordenação e Planejamento, a partir do agrupamento de COREDEs, como uma escala mais agregada que possibilita o tratamento de temas de interesse regional. A regionalização, juntamente com a dos COREDEs, passou a ser utilizada para o planejamento das ações governamentais, no Orçamento do Estado e no Plano Plurianual.

Gabriel e Uruguaiana. Uruguaiana é maior pólo urbano regional e é onde se localiza o porto seco rodoviário de escoamento de exportações e importações da Argentina.

Quadro 5 - Municípios da Fronteira Oeste e suas Configurações

Município	Área atual (Km ²)	População estimada (2016)	Distância da capital (Km)	IDHM (2010)
Alegrete	7.803,954	78.244	497	0,740
Barra do Quaraí	1.056,143	4212	709	0,662
Itacurubi	1.120,874	3.552	513	0,657
Itaqui	3.404,037	39.049	680	0,713
Maçambará	1.682,820	4.814	590	0,684
Manoel Viana	1.390,696	7.372	468	0,655
Quaraí	3.147,632	23.555	595	0,704
Rosário do Sul	4.369,649	40.750	384	0,699
Santa Margarida do Sul	955,299	2.507	301	0,663
Santana do Livramento	6.950,354	82.261	489	0,727
São Borja	3.616,019	62.897	594	0,736
São Gabriel	5.023,821	62.874	321	0,699
Uruguaiana	5.715,763	129.720	649	0,744

Fonte: SEPLAG (2017)

No entanto, a baixa densidade regional e grandes distâncias entre as cidades fazem com que outros centros regionais também exerçam algumas funções polarizadoras de municípios menores adjacentes. São os casos de Santana do Livramento, na fronteira com o Uruguai, também porto seco rodoviário; de São Borja, mais ao norte, na fronteira com a Argentina; e Alegrete, interior e central à Região.

A Região integra a chamada Faixa de Fronteira¹⁸, que compreende uma área contínua de 150 quilômetros, do lado brasileiro, a partir da linha de fronteira. Ao mesmo tempo em que a legislação brasileira apresenta uma série de restrições em relação a investimentos, principalmente estrangeiros. Nessa faixa, a condição

¹⁸A Faixa de Fronteira, de acordo com § 2º do art. 20 da Constituição Federal, corresponde a uma área de até 150km de largura, situada ao longo dos 15.719km de fronteira do território brasileiro. No Rio Grande do Sul, abrange áreas que fazem divisa com a Argentina e o Uruguai que, juntamente com Santa Catarina e Paraná, integram o chamado Arco Sul da fronteira do Brasil. A definição é dada pela Lei Federal no 6.634/79, regulamentada pelo Decreto no 85.064, de 26 de agosto de 1980.

fronteiriça deste COREDE apresenta uma série de oportunidades de integração econômica e de infraestrutura com os atores do país vizinho.

A integração de fronteiras demanda visão estratégica dos instrumentos legais disponíveis e empreende comprometimento entre países para arquitetar o desenvolvimento, a partir de critérios soberanos cooperativos. Por conseguinte, “a base normativa deve acompanhar a evolução dos acordos internacionais, de forma que a internalização dos compromissos firmados entre os Chefes de Estado consolide as bases do Mercosul” (FURTADO, 2011, p. 9).

Um dos fatores de maior importância reside na presença de cidades-gêmeas¹⁹ que caracterizam a fronteira do Rio Grande do Sul. As cidades-gêmeas da fronteira com o Uruguai apresentam maior integração local em relação à da fronteira com a Argentina, separadas pelo rio Uruguai. Identificam-se, neste COREDE, seis núcleos na fronteira do Brasil com os países do Uruguai e da Argentina: Santana do Livramento-Rivera, Quaraí-Artigas, Barra do Quaraí-Bella Unión, Uruguiana-Paso de los Libres, Itaqui-Alvear e São Borja-Santo Tomé. Tem-se, em Santana do Livramento- Rivera, um exemplo bastante típico desse fenômeno, principalmente por se tratar de uma fronteira seca, com uma população de 146.725 habitantes em 2014²⁰.

O Ministério da Integração Nacional, através da Portaria nº. 125/ 2014, estabeleceu o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e a lista de todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. De acordo com esta Portaria:

Art. 1º Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania” (BRASIL, 2014, s/p).

Com a criação do Ministério de Integração Nacional, com seu corpo técnico e administrativo, não obstante a secretaria de políticas de desenvolvimento regional, vem nessa máxima de minimizar os aspectos negativos no que tange às desigualdades regionais, buscando o desenvolvimento de diversas regiões brasileiras

¹⁹Conforme definição dada pela Portaria nº 125, de 21 de março de 2014, Diário Oficial da União.

²⁰Mirando a fronteira: as cidades gêmeas gaúchas. Carta de Conjuntura FEE, ano 22, n.2. 2013.

com desenvolvimento prejudicado.

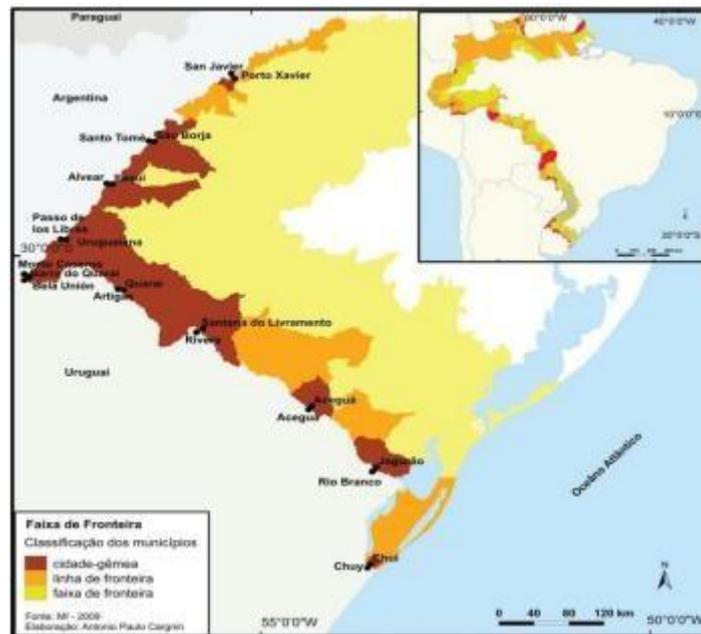
Segundo Cagnin (2014), no Rio Grande do Sul as intervenções do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) se restringiram aos instrumentos denominados de planos e programas nas escalas macrorregional e regional na região de Fronteira, pelo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), que tem viabilizado projetos nas chamadas cidades gêmeas, destinados à melhoria de infraestrutura, saneamento, urbanização, saúde e educação. As principais repercussões do Programa foram a criação do Fórum da Mesorregião da Metade Sul e da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, este último envolvendo o oeste de Santa Catarina e do Paraná. Surgiu, como decorrência, a criação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), cujo debate foi alimentado pelos fóruns regionais.

A Constituição Federal Brasileira, no segundo parágrafo do artigo 20, esclarece que a faixa de fronteira corresponde a uma área de até 150 km de largura, ao longo das fronteiras terrestres. O Brasil ocupa um território de 8,5 milhões de km², sendo o quinto país do mundo em extensão territorial. No Estado do Rio Grande do Sul, as faixas de fronteira correspondem a áreas que fazem divisa com a Argentina e o Uruguai, as quais, juntamente aos Estados de Santa Catarina e Paraná, formam o Arco Sul Brasil, conforme se vê na figura a seguir.

Art. 20. São bens da União:

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Figura 5 - Faixa de Fronteira no Brasil e no Rio Grande do Sul



Fonte: Ministério da Integração Nacional (2015).

No mapa, observa-se a classificação dos municípios da faixa de fronteira, a qual é entendida da seguinte forma: municípios que fazem divisa com os países vizinhos são classificados como de "linha de fronteira" e os que se unem diretamente com um ou mais vizinhos são chamados de "cidades gêmeas". O Estado do Rio Grande do Sul, devido a sua ocupação e características, apresenta dez cidades gêmeas, o maior número entre todos os estados brasileiros.

Quadro 6 - Cidades Gêmeas: Fronteira Oeste e Rio Grande do Sul

Cidades Gêmeas COREDE FO:	Cidades Gêmeas outros COREDE:
Barra do Quaraí.	Aceguá / COREDE Campanha.
Itaqui.	Chuí / COREDE Sul.
Quaraí.	Jaguarão / COREDE Sul.
Santana do Livramento	Porto Xavier / COREDE Missões.
São Borja	Porto Mauá / COREDE Fronteira Noroeste.
Uruguaiana	

Fonte: Autoria (2019).

Quadro 7 - Cidades Gêmeas no Rio Grande do Sul

CIDADE	FRONTEIRAS	COREDE	REFERÊNCIA
ACEGUÁ	ACEGUÁ/URUGUAI	CAMPANHA	RF 6
BARRA DO QUARAÍ	BELLAUNIÓN/URUGUAI MONTE CASEROS/ARGENTINA	FRONTEIRA OESTE	RF 6
CHUI	CHUY/URUGUAI	SUL	RF 5
ITAQUI	ALVEAR/ARGENTINA	FRONTEIRA OESTE	RF 6
JAGUARÃO	RIO BRANCO/URUGUAI	SUL	RF 5
PORTO XAVIER	SAN JAVIER/ARGENTINA	MISSÕES	RF 7
QUARAÍ	ARTIGAS/ARGENTINA	FRONTEIRA OESTE	RF 6
SANTANA DO LIVRAMENTO	RIVERA/URUGUAI	FRONTEIRA OESTE	RF 6
SÃO BORJA	SANTO TOMÉ/ARGENTINA	FRONTEIRA OESTE	RF6
URUGUAIANA	PASO DE LOS LIBRES/ARGENTINA	FRONTEIRA OESTE	RF6

Fonte: Aatoria (2020).

O COREDE-FO apresentou diminuição de sua população, dos anos 2010 a 2019, principalmente no que se refere ao meio urbano. Esse processo decorre das dificuldades econômicas enfrentadas pelos municípios da Região. Embora o COREDE tenha a maior parte de sua população vivendo em áreas urbanas, o setor da agropecuária predomina na economia da região, que possui pouca participação da Indústria de Transformação. Os indicadores sociais do COREDE se encontram entre os de pior desempenho no Estado, principalmente no que se refere à saúde. Já os indicadores de saneamento também se encontram abaixo das médias estaduais.

O COREDE-FO possuía uma população de 530.150 habitantes. O COREDE Fronteira Oeste é o maior em extensão e tem a terceira menor densidade demográfica do Estado, com apenas 11 habitantes/km². Em 2010, o município de Uruguaiana era o mais populoso, com 125.435 habitantes; em segundo lugar, apareciam São Gabriel,

São Borja, Alegrete e Santana do Livramento, com populações entre 50 e 100 mil habitantes; em terceiro, Quaraí, Itaqui e Rosário do Sul, com populações entre 20 e 50 mil; e, por fim, Maçambará, Itacurubi e Santa Margarida do Sul possuíam populações abaixo de 10 mil habitantes. É um COREDE bastante urbanizado, pois 88,9% dos moradores vivem em áreas urbanas e apenas 11,1% em áreas rurais.

Segundo estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²¹, a Região possui um Centro Sub-Regional – Uruguiana –, cinco Centros de Zona – São Borja, São Gabriel, Alegrete, Itaqui e Santana do Livramento – e sete Centros Locais.

As relações entre as cidades são muito baixas, com Uruguiana e os cinco Centros de Zona detendo ligação direta com Porto Alegre²² e, em alguns casos,

²¹Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Regiões de Influência das Cidades. Rio de Janeiro. 2007. O estudo estabeleceu uma classificação dos centros de gestão. Segundo o estudo, “centro de gestão do território [...] é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas” (CORRÊA, 1995, p. 83). Foram avaliadas variáveis identificando níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica, através de estudos complementares (com dados secundários) enfocando diferentes equipamentos e serviços – atividades de comércio e serviços, atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, internet, redes de televisão aberta e transporte aéreo. Após a identificação e hierarquização dos núcleos, foram pesquisadas as ligações entre as cidades, de modo a delinear as áreas de influências dos centros. Para os centros de gestão do território, essas ligações foram estudadas com base em dados secundários. Para as demais cidades foram pesquisados: 1) as principais ligações de transportes regulares, em particular as que se dirigem aos centros de gestão e 2) os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter produtos e serviços, tais como, compras em geral, educação superior, aeroportos, serviços de saúde, bem como os fluxos para aquisição de insumos e o destino dos produtos agropecuários. Uma vez delimitadas as Regiões de Influência, verificou-se que o conjunto de centros urbanos com maior centralidade – que constituem foco para outras cidades, conformando áreas de influências mais ou menos extensas – apresenta algumas divergências em relação ao conjunto dos centros de gestão do território. A etapa final consistiu na hierarquização dos centros urbanos, para a qual foram elementos importantes a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro. A hierarquização é definida por: 1. Metrópole – caracterizam-se por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si. Em geral, possuem extensa área de influência direta. Subdivididas em três subníveis (Grande metrópole nacional, Metrópole nacional e Metrópole); 2. Capital Regional – como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Também subdivididas em três subgrupos, conforme número de habitantes e relacionamentos; 3. Centro Sub-Regional – centros com atividades de gestão menos complexas, têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão - se, em geral, apenas com as metrópoles. Divididos em A e B também conforme número de habitantes e relacionamentos; 4. Centro de Zona – cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata, exercem funções de gestão elementares. Igualmente divididos em A e B pelo mesmo critério; 5. Centro local – cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes.

²²No estudo Regiões de Influência das Cidades, a Metrópole de Porto Alegre e seu entorno foi classificada como uma Área de Concentração de População (ACP). As ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo.

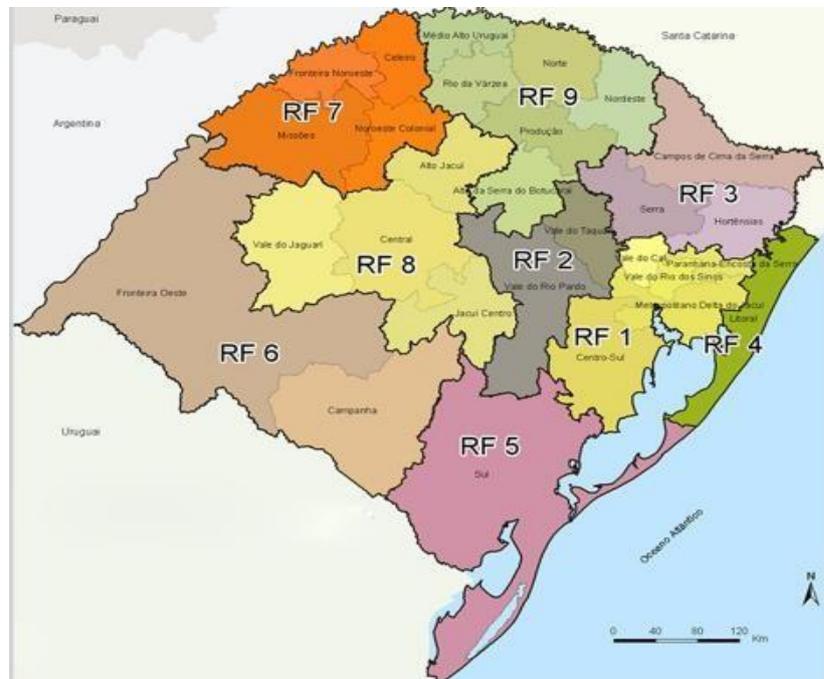
dividindo a polarização com Santa Maria.

O COREDE FO pertence à região funcional 6 e tem por diretrizes investimento no fomento ao empreendedorismo, numa visão empreendedora para o desenvolvimento regional; criar ZPE (zona de processo de exportação) para viabilizar oportunidades comerciais e culturais na região; fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias para que, numa perspectiva empreendedora e inovadora, se agregue valor ao agronegócio e às energias renováveis; melhorar a infraestrutura existente (pavimentação nas vias urbanas e rurais) e aproveitar a situação geográfica da região, para atrair novos investimentos; infraestrutura investimentos em construção e manutenção de rodovias; projetos de saneamento básico e preservação ambiental; investimentos em recursos naturais para produção de energia renovável, alimentos e culturas diversas (participação na política energética); fortalecimento e qualificação dos programas de saúde (elaboração do plano regional de saúde); criação da escola itinerante de gestão pública, para qualificação da máquina pública, identificar e implementar projetos; elaboração de diagnóstico regional de educação (técnico profissional e superior), cultura e lazer para qualificação das áreas.

A Região Funcional 6²³ é formada pelos COREDEs Campanha e Fronteira Oeste. Essa região possui aproximadamente 7% da população gaúcha, sendo que 85% residem nas áreas urbanas.

²³Para fins de planejamento, os municípios e Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs, são agrupados em 9 Regiões Funcionais de Planejamento. Esta regionalização foi definida pelo Estudo RUMOS 2015*, com base em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e em variáveis relacionadas a identificação das polarizações de emprego, dos deslocamentos por tipo de transporte, da hierarquia urbana, da organização da rede de serviços de saúde e educação superior, entre outros. A regionalização dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs e das Regiões Funcionais de Planejamento - RFs corresponde às escalas utilizadas atualmente como referência para elaboração de vários instrumentos de planejamento como o Plano Plurianual - PPA e o Orçamento do Estado - LOA e os diagnósticos e estudos prospectivos.* SCP. Rumos 2015: estudo de desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul/SCP-DEPLAN; DCAPET. Porto Alegre, 2006. 5v.: tab.; graf.; mapas. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regioes-funcionais-de-planejamento>. Acesso em: 10 ag.2019.

Figura 6 - Regiões pré-estabelecidas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: SEPLAG (2018).

Esta região caracteriza-se por apresentar uma estrutura urbana esparsa com grandes vazios demográficos, sem cidades de maior porte. As grandes distâncias entre os principais centros urbanos trazem como consequência um mercado consumidor de grande porte. Em virtude da predominância de grandes propriedades rurais, a Região apresenta a mais baixa densidade demográfica do Estado – apenas 12 habitantes por km² e a maior concentração fundiária, acompanhada de uma produção basicamente primária, centrada na pecuária extensiva e no arroz. A indústria é pouco relevante no âmbito estadual e os únicos setores que se destacam são os relacionados ao processamento de produtos de origem vegetal e animal. A longa fronteira internacional da Região, historicamente, não se constituiu em um ativo para o seu desenvolvimento, devido, principalmente, aos entraves burocráticos do Brasil com seus vizinhos do MERCOSUL.

A atividade pecuária é relevante do ponto de vista das potencialidades da Região Funcional 6, porém apresenta baixa integração da cadeia, rebanho heterogêneo e baixa rastreabilidade. Entre as demais atividades, destaca-se a recente expansão da fruticultura, especialmente a vitivinicultura, que encontra condições naturais propícias e força de trabalho disponível. A silvicultura também se constitui em

potencial para o desenvolvimento, embora ainda apresente pouca repercussão na economia local e a sua expansão enfrente restrições ambientais e relativas à utilização da Faixa de Fronteira. A falta de densidade da cadeia produtiva e a fragilidade social, com indicadores abaixo da média estadual, impõem que se estimule a diversificação de atividades para a geração de emprego e renda. A Região apresenta boas potencialidades no desenvolvimento do setor energético, tanto com relação à bioenergia quanto à energia termelétrica.

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) da Região Funcional de Planejamento 6, em 2007, foi de 0,756 (médio desenvolvimento), pouco abaixo da média do Estado, que foi de 0,770. O COREDE Fronteira Oeste apresenta um IDESE de 0,754, e o da Campanha de 0,758, ambos abaixo da média do Estado. A análise particular dos índices dos municípios da Região Funcional 6 aponta para uma relevante variabilidade entre os indicadores dos municípios. Os municípios de Itacurubi, do COREDE Fronteira Oeste, e Hulha Negra, localizado na Fronteira Oeste e na Campanha, são os que apresentam os menores índices – 0,616 e 0,640, respectivamente – no âmbito da Região Funcional 6. Na faixa superior, no intervalo entre 0,750 e 0,780, situam-se municípios com as maiores populações absolutas, entre eles Alegrete, Santana do Livramento, Bagé e Uruguaiana.

O COREDE tem como missão plural a construção de parcerias sociais e econômicas, em nível regional, através da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões do Rio Grande do Sul com uma visão de articular os atores sociais, políticos e econômicos das regiões, inclusive colaborando para com a organização de alguns segmentos desorganizados, transformando-os em sujeitos coletivos capazes de formular suas próprias estratégias de desenvolvimento e, assim, serem construtores de seu próprio modelo de desenvolvimento regional.

O COREDE-FO é composto por treze municípios: Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubi, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana, sendo Uruguaiana a maior cidade, traduzindo um polo regional, tendo porto seco que serve de exportações e importações da Argentina. O que se vê é uma densidade regional muito grande, em que algumas cidades da fronteira com a Argentina são especialmente caracterizadas como faixa de fronteira, como prevê o artigo 20, § 2º da Constituição Federal, que cita:

Criados em 1994, os COREDES adquiriram uma maior relevância em período não muito recente, quando passaram a integrar o processo de consulta popular, instituído em 1998 e reformulado em 2003, constituindo-se assim em fórum organizador de demandas regionais. Os conselhos de desenvolvimento são bases territoriais para consulta popular que discutem e estabelecem a distinção de parte do orçamento do Estado, como regionalização. Pode-se dizer que respondem não somente a critérios políticos, mas que, de algum modo, estão referidos às realidades regionais diversas que se construíram no processo histórico de desenvolvimento do Estado.

O COREDE-FO tem como objetivos centrais: formular e executar estratégias regionais, consolidando-se em planos estratégicos de desenvolvimento regional; avançar a participação popular social e cidadã, combinando múltiplas formas de democracia direta com representação política; constituir-se em instância de regionalização das estratégias e das ações do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário do Rio Grande do Sul, conforme estabelece a constituição estadual; avançar na construção de espaços públicos de controle social dos mercados e dos mais diversos aparelhos do Estado; conquistar e estimular crescente participação social e cidadã na definição do processo de desenvolvimento gaúcho; intensificar o processo de construção de uma organização social pró-desenvolvimento regional; difundir a filosofia e a prática cooperativa de se pensar e fazer o desenvolvimento regional em parceria.

Ainda se estabelecem como princípios dos COREDES:

- 1) a promoção do desenvolvimento regional, aliando competitividade, equidade e sustentabilidade;
- 2) a autonomia, tendo como premissas a autonomia no desenvolvimento, sendo isentos e neutros com as diferentes instâncias governamentais, em detrimento das correntes político-partidárias nas regiões;
- 3) pluralidade e identificação de consensos no que tange à estimulação da livre expressão das diferentes correntes de pensamentos, e buscando consensos nos objetivos para a verdadeira promoção do desenvolvimento regional;
- 4) confiança, cooperação e formação e parcerias: as ações dos COREDEs devem contribuir para estreitar os laços de confiança, estimular a cooperação e viabilizar os estabelecimentos de parcerias entre os diferentes segmentos e as

diferentes instâncias da administração pública que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento regional;

5) Integração, Articulação e Consolidação das Identidades Regionais nos COREDEs: devem constituir-se em espaço de articulação da sociedade regional, atuando no sentido de integrar os esforços da sociedade civil e das diferentes instâncias da administração pública que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento; Busca da Regionalização das Políticas de Desenvolvimento, visa a ação dos COREDEs contribuir com a articulação, em escala regional, dos esforços locais de promoção de desenvolvimento, devendo também voltar-se para fazer com que as ações setoriais das diferentes instâncias de Governo sejam estruturadas e integradas de forma a caracterizar verdades políticas de desenvolvimento regional;

6) Aumento Permanente da Representatividade e da Organização: devem compreender um esforço permanente no sentido de ampliar sua representatividade e sua penetração junto à comunidade, organizando e integrando à sua composição os segmentos ainda desarticulados da sociedade da região; Apoio à Comunidade das Políticas de Interesse Regional, devendo defender a implementação e a continuidade das políticas de governamentais que contribuem de maneira efetiva para o desenvolvimento regional, evitando o seu abandono por motivos alheios ao interesse público e superando a síndrome da descontinuidade e cada troca de governantes, nas instâncias municipal, estadual e federal. (PRÓ-RS IV – COREDES, 2010).

Figura 8 – Princípios dos COREDE´s



Fonte: SGGE(2020)

Conforme se vê nos princípios dos COREDEs, sua construção visa unir os municípios regionalmente em regime de cooperação com objetivos reais e específicos na busca pelo consenso regional sempre que possível e, por conseguinte, buscar o desenvolvimento regional como premissa de desenvolvimento, dado que, por exemplo, o COREDE Fronteira Oeste apresenta dimensões geográficas instigantes, observando sua extensão territorial de abrangência.

Em novas dinâmicas são resultados, diante das grandes dimensões geográficas do Estado, bem como formas históricas de colonização e ocupação. Isso gera pluralidade étnica e estágios culturais dos diferentes ciclos de povoamento. Na segunda metade do século XX, o país passou a seguir novos rumos do planejamento, desde os planos diretores dos municípios até as grandes planificações de desenvolvimento, que trouxeram grandes avanços técnicos, ainda que em muito dos casos a participação popular ficou de lado. Neste mesmo período, no Estado, foi criada a FAMURS, uma importante associação de municípios do Rio Grande do Sul, em 1981, reunindo microrregiões, órgãos públicos de reestruturação, com as delegacias regionais, etc. Logo as Universidades regionais concorreram com esse mesmo intuito, conjuntamente com o desenvolvimento regional.

Nas décadas de 1981-90, o Rio Grande do Sul trouxe de fato o debate referente à regionalização, trazendo consigo a preocupação com a participação popular na

formulação das políticas públicas com a ideia de descentralização com a massa participativa. Foi a partir disso que se criaram os COREDES em diferentes regiões, com a máxima liberdade de planejamento, sendo que o papel das Universidades neste processo foi de fundamental importância.

O COREDE-FONos anos de 1995-98 teve um viés de investimento focado no papel mais estratégico dos COREDES; logo, criou-se a Consulta Popular, através da Lei 11.179 de 25 de junho de 1998, que determinou que o Poder Executivo promova, anualmente, uma consulta direta à população, visando destinar parcela do orçamento do Estado para os investimentos de interesse regional, a ser incluída na proposta orçamentária do Estado, regulamentado pelo Decreto 38610, de 26 de junho de 1998, que recebeu alterações posteriores. No período seguinte, a Lei não foi executada, pois a Administração 1999 a 2002, tendo como Governador Olívio Dutra, optou por uma experiência de orçamento participativo e questionou a constitucionalidade da Lei perante o Supremo Tribunal Federal (ADI 2037). Após certo distanciamento e dificuldade de articulação com os COREDES, ao longo do período houve uma compatibilização entre os fundamentos do orçamento participativo e o papel dos COREDES. Também nessa administração foi editado o importante Decreto 40.349, de 11 de outubro de 2000, que estabeleceu uma divisão territorial como referência para as estruturas administrativas regionais dos órgãos do Poder Executivo, baseando-se na organização espacial dos COREDES. Ainda de 2003 a 2006 a Consulta Popular foi retomada pelo Governo de Germano Rigotto, sob organização do Vice-Governador e ganhando bastante ênfase, incluindo assembleias de debates, uma tentativa de compatibilizar aspectos do processo do Orçamento Participativo, preservando a deliberação final por voto secreto e universal, em urna ou eletrônico numa determinada data em todo o Estado, havendo assim interessante participação, tanto pela participação dos cidadãos como pela atuação do Estado, ainda que tenha acumulado relevante passivo na efetiva liberação dos recursos para os projetos e obras selecionadas. Na gestão de 2007 a 2010, da então Governadora Yeda Crusius, com diretriz do realismo orçamentário e equilíbrio financeiro, o passivo anterior foi negociado com os COREDES para a gradual liberação dos recursos e a consulta realizada anualmente para novas prioridades. A cada exercício reservaram-se recursos tanto para atender uma parte da demanda anteriores como para as novas prioridades apontadas no orçamento fiscal do exercício. A secretaria extraordinária de relações internacionais coordena a Consulta e a articulação com os COREDES, persistindo algumas dificuldades e ritmos diferentes de atendimento em áreas da administração, mas devemos colocar que em 2009 a participação popular obteve o expressivo número de 950 mil eleitores, em todo o Estado, demonstrando articulação e aceitação pela sociedade; ainda nesta gestão, obteve-se dados relevantes, tais como os de regionalização das leis orçamentárias (conforme previsto da Constituição Estadual, artigo 149, §8º). O Programa Plurianual 2008-2011 avançou nessa direção e as leis orçamentárias anuais seguinte consolidaram o caderno de regionalização do orçamento, mostrando os investimentos em cada COREDE; finalmente, a lei orçamentária de 2010 permitiu verificar, por região, dados com a transferência constitucional e legal de recursos per capita, as isenções fiscais, investimentos per capita, etc (PRÓ-RS IV – COREDES, 2010, p. 53).

Outra importante ação de planejamento e participação popular foi a criação dos Fóruns do COREDE, partindo da ideia da articulação dos diferentes COREDES junto

ao Poder Executivo e Legislativo e até mesmo melhor participação dos conselhos estaduais; deles, todos os COREDEs participam. O fórum realiza reuniões mensais e assembleias amplas anuais, adotando políticas mais gerais do Governo, Assembleia Legislativa, Instituições Públicas e Organizações sociais do âmbito estadual ou federal.

O vasto caminho do Rio Grande do Sul no que se refere à construção dos Conselhos regionais de desenvolvimento enfrenta de maneira muito inteligente as questões ora relacionadas, potencializando o enfrentamento de questões, com isso tentando diminuir ou amenizar tantas desigualdades regionais, valorizando o poder popular e suas representações, ainda que se questione a eficácia do funcionamento dos COREDEs, pelas representações escolhidas para gerenciar esses conselhos, até mesmo pelas forças políticas que, por ventura, venham a interferir no processo.

3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ao analisar o desenvolvimento regional brasileiro, deve-se levar em consideração a complexidade do tema envolvido, dado que o Brasil é um país com dimensões continentais e não tão somente no que se refere à área territorial, mas sim da diversidade do povo, da cultura e também por consequência da política aplicada. O país é dicotômico por natureza e a partir disso deve-se levar em consideração seus reais aspectos.

A movimentação em torno de discussões entre o Estado e o desenvolvimento econômico vem em uma crescente na América Latina, sobretudo após a II Guerra Mundial, tendo uma prática mais pragmática do que teórica, almejando resolver problemas e desafios imediatos, no sentido de “policyoriented” e voltada para estudos no que se refere a “padrões de intervenção do Estado”. Ainda nessa questão pode-se ver que tudo corre em torno de “agendas hegemônicas” já consolidadas em anos como 40/50 e 80/90, do qual se orientou as discussões, a pesquisa e as políticas concretas nas décadas sucessivas.

Na conjuntura pós II Guerra Mundial, a América Latina propôs, conjuntamente com seus Estados-partes, uma agenda para combater o “atraso”, conciliando o desenvolvimento e a modernização das suas sociedades e economias nacionais, abrindo discussões sobre o papel do Estado até a construção de ideias desenvolvimentistas, que se tornaram hegemônicas, dispensando pensamentos estruturalistas; logo, passando a crise dos anos 70, em especial, pós-crise da dívida externa dos anos 80, impôs à América Latina uma nova “agenda”, priorizando ajustes das economias latino-americanas frente à nova ordem financeira global, época conhecida como a intervencionista, na qual o Estado adotou a hegemonia neoliberal em que todo o mundo se fez a desmontagem de políticas e do Estado desenvolvimentista. Passado esse período, a América Latina, já no século XXI, presenciou certo fracasso das políticas neoliberais, exigindo, em meados de 2008, grandes mudanças mundiais, que estão em pleno curso, criando uma nova reflexão de políticas ideológicas e gerando debates políticos em torno do retorno da agenda desenvolvimentista dos tempos anteriores.

O Estado brasileiro, diante de sua história de formação, da colonização até mesmo aos diversos modelos de governo, converge em muitos sistemas de construção; ademais, não se pode deixar de considerar que a base econômica

brasileira sempre foi o capitalismo. Não obstante, nesses últimos 20 anos, uma gama da população refutou de maneira mais expressiva essas relações de Estado versus sociedade de maneira mais forte, como se vê no comentário de Miceli (1999, p. 68);

As medidas de institucionalização do planejamento para o desenvolvimento são muito importantes, pois a forma do estado no período pós-estabilização implica uma robusta construção institucional – sobretudo de agências regulatórias – em contraste com as tarefas de gestão macroeconômicas nas quais a dimensão institucional inexistia.

Conforme Gomes (2005, p. 4-5),

Há muito tempo que o país sonha com o momento de poder pensar novamente, com determinação, seu desenvolvimento. [...] O desafio é, portanto, vir a estruturar uma política pública com a chancela dos poderes constituídos, dos entes federados e das forças sociais [...] A Política [mesorregiões diferenciadas] está voltada para a redução das desigualdades regionais e também para a ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras. O ponto central da estratégia é valorizar a magnífica diversidade regional do país. Diversidade essa que se desdobra em múltiplas dimensões - ambiental socioeconômica e cultural, - e é capaz de servir de base a um desenvolvimento incluyente e sustentável, levando, dessa forma, à estruturação de uma sociedade mais justa.

Ademais, o país já passou por várias experiências políticas administrativas e é justamente por se ter essa diversidade e amplitude de diferenças que abre várias oportunidades de a cada tempo discutir os conceitos formados e nada pronto de que se é o desenvolvimento sobre as diversas perspectivas. No Brasil existem iniciativas políticas que ainda não se consolidaram, que ainda estão procurando formas de abordagem diante dessa diversidade que se tem. Recentemente, há articulações importantes para se consolidar sobre a questão do planejamento, do saber planejar as grandes regiões e permitindo fazer avaliações mais precisas,

Não obstante, pode-se deixar de considerar que o Brasil, através de sua rica história, das dimensões de recursos naturais, do próprio processo de industrialização, da importância da agricultura que sustenta de forma expressiva o Produto Interno Bruto - PIB brasileiro nos dias de hoje, das exportações, isso tudo serve de matéria prima para a industrialização, atendendo interesses diversos como se pode ver em meados dos anos 90. A partir dos processos econômicos mundiais, da necessidade de se adequar a mercados dos mais diferentes modelos, a própria aceleração da globalização, mudanças das relações com o mundo, houve grandes debates acerca

do papel do desenvolvimento na formação do processo econômico sustentável que se busca.

O capital privado, movimentando-se pelo território de acordo com a atratividade de infraestrutura, recursos humanos e qualidade de vida, tem privilegiado algumas localidades enquanto outras são deixadas de lado, acirrando desigualdades regionais e aumentando a carência de políticas públicas que as amenizem (BRASIL, 2003)

A despeito dos mecanismos de distribuição do desenvolvimento, cabem várias interpretações, as quais deram origem a duas correntes divergentes dentro deste mesmo paradigma. Por um lado, surgem os defensores da ideia de “crescimento equilibrado”, os quais afirmam que as livres forças do mercado promovem o desenvolvimento. As desigualdades entre as nações ou regiões dentro de um país, portanto, dependem somente da disponibilidade dos fatores e de sua mobilidade, sendo apenas uma fase transitória no processo de desenvolvimento, uma vez que o equilíbrio é produzido no espaço de forma lógica (ROFMAN, 1974; ALONSO, 1984; SOUZA, 1999; CÁRDENAS, 2005).

DIREITO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Os direitos fundamentais são direitos subjetivos, com maior carga valorativa dentro do estado democrático de direito brasileiro, como a proteção da dignidade humana, princípio basilar da Carta Magna de 1988, observando que os direitos fundamentais são universais, imprescritíveis e irrenunciáveis, devendo proteger todas as pessoas sem definição.

O Estado de Direito, conforme a Constituição Federal de 1988, pode ser entendido, em poucas palavras, como o Estado de poderes limitados, por oposição ao chamado Estado Absoluto em contraponto ao poder do soberano que era ilimitado.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988, s/p).

Silva adverte que o conceito clássico de Estado de Direito abrange três características: a) submissão (dos governantes e dos cidadãos) ao império da lei; b) separação de poderes; c) garantia dos direitos fundamentais. Ainda há de se observar o empoderamento da Constituição, haja vista a letra fria da lei, que ganha corpo do Estado Constitucional de direito. Silva (1998, p. 52) conclui: “a concepção liberal do Estado de Direito servirá de apoio aos direitos do homem, convertendo súditos em cidadãos livres”.

Atualmente, se tem uma gama de estudos referente às definições de desenvolvimento regional. É um tema de extrema complexidade, dado que se têm em volta muitas discussões e debates em torno da sociedade, seus limites, cultural, político e histórico. O estado brasileiro viveu vários momentos e por conta disso desde sua colonização traz em sua principal corrente o capitalismo e, por consequência, vários modelos de gerenciamento governamental passaram a ser introduzidos, testados e aplicados.

Nessa mesma linha, ainda que os atos de Governos venham corroborando com os princípios constitucionais e, por conseguinte, com o aprimoramento desses princípios de forma que esses sejam além de basilares na construção de um Estado, justo e eficiente, nesses últimos tempos a questão da participação popular está bem sedimentada, ora em uns governos, ora em outros, dado às identidades político-partidárias; porém, o que se vê é que esse campo da construção do bem-estar social conjuntamente vem sendo firmado por legislações específicas que barram essa “interferência” social nos andamentos de um Governo no que tange às aplicações de recursos.

Os direitos fundamentais são uma construção histórica, isto é, a concepção sobre quais são os direitos considerados fundamentais varia de época para época e de lugar para lugar. Na França, na Revolução²⁴, por exemplo, os direitos fundamentais

²⁴A Revolução foi influenciada pelos ideais do movimento conhecido por Iluminismo. O lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” foi adotado como marcha inicial da revolução. O movimento defendia o pensamento racional diante da visão teocêntrica que dominava a Europa. Para os filósofos, o pensamento era a única luz capaz de iluminar as trevas (período em que a sociedade se encontrava), daí o nome de Iluminismo. Para que o ser humano pudesse evoluir intelectualmente, era necessário colocar a razão frente às crenças religiosas e o misticismo. As respostas para os questionamentos do homem, que eram baseadas na fé, deveriam ser abandonadas e uma nova busca deveria ser realizada para que as respostas tivessem um embasamento lógico e real. Essa nova forma de pensar desencadeou processos vastos de produção de conhecimento. Na política, novos ideais foram responsáveis pela criação de instituições que tinham como base o pensamento racional. Para que o movimento surtisse efeito, era necessário um grande acontecimento que exercesse impacto sobre toda

podiam ser resumidos à liberdade, igualdade e fraternidade; atualmente, porém, o conceito de direitos fundamentais alcança até mesmo questões inimagináveis naquela época, como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (BRASIL, CF, art. 225, caput). Da mesma forma, a igualdade entre os sexos é um direito fundamental no Brasil (BRASIL, CF, art. 5º, I), mas não o é nos países de tradição muçulmana,

Como afirma Bobbio (1986, p. 54):

Os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas. (...) o que parece fundamental numa época histórica e numa determinada civilização não é fundamental em outras épocas e em outras culturas.

Passada essa fase construída pelo Estado brasileiro com a base popular nas decisões centrais de um Governo, mas que nem sempre com o poder de mudar os fatos, deve-se registrar que o desenvolvimento brasileiro ainda tem por base um regime capitalista, do qual foi optado e gera grandes reflexões hoje em dia, dado o poder do grande capital, trazendo inversões capitalistas e isso pode ter sido um fator preponderante no desenvolvimento da sociedade.

As influências que o Brasil sofreu, no sentido exploratório, desde o seu descobrimento, até o início deste século, o que serviu de alerta para nossos cidadãos e até mesmo para a comunidade científica brasileira sobre as mudanças que estavam ocorrendo (ANDRADE, 2002, p. 34).

Tendo o Brasil um território fértil, com recursos naturais gigantescos, o processo de industrialização sempre teve um foco muito central, no que tange às exportações, um grande período que serviu a interesses diversos ainda nos anos 90. A partir de novas regras de globalização e alterações mundiais, que vem em uma constante, alterando vários cenários, como o político, na economia e até mesmo nas relações sociais.

Ademais, Andrade (1992, p. 26) “destaca que as modificações no Capitalismo influenciaram os diversos níveis de poder, principalmente em se tratando da influência do Estado na economia, evidenciando igualmente a relação existente na transição do

a sociedade. Nesse mesmo período, a França passava por uma crise, na qual o clero e a nobreza viviam às custas do resto da sociedade, que era a burguesia e os camponeses. Disponível em <http://revolucao-francesa.info/ideais-da-revolucao-francesa.html>. Acesso em: 08 de ago.2019.

regime de acumulação e do modo de regulamentação social e político”.

O país teve um salto econômico muito expressivo, principalmente no século XXI, quando se conseguiu combinar democracia com crescimento econômico e a distribuição de renda, aliando o dever do Estado com as políticas adotadas. Organizou efetivamente, a ação do Estado, ao estruturar o método de operação para o combate às desigualdades regionais, voltando esforços para regiões pouco dinâmicas.

O PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Advindo as metas econômicas mundiais, buscando crescimento econômico, consubstanciado por regras bem estabelecidas no que tange ao planejamento dos Governos frente, muitas vezes, aos escassos recursos públicos, existem objetivos de desenvolvimento. Antes dos anos 30, a economia do Brasil se baseava no setor primário, concentrando o poder político das oligarquias rurais, notadamente em São Paulo e Minas Gerais. Grandes acontecimentos neste meandro, como a revolução de 1929, culminando com a revolução de 1930 e a subida de Getúlio Vargas ao poder, marcaram o fim de um modelo de gestão e estabeleceram novos parâmetros, logo com participação ativa do Estado na economia que pode ser denominado como Governo nacional-desenvolvimentista.

Myrdal (1960) afirmou que o papel do Estado é importante no sentido de tentar diminuir as desigualdades regionais. A atuação do mesmo, através de políticas econômicas, deve neutralizar os efeitos regressivos e promover o desenvolvimento das regiões periféricas, aumentando a dimensão dos efeitos propulsores do polo urbano-industrial.

Entretanto, a partir desse período, o Estado interveio em questões mais complexas nessa seara da economia, estabelecendo regras de desenvolvimento, indo da criação de empresas estatais e seus próprios desenvolvimentos; neste ponto ocorreram as primeiras ações de planejamento no Brasil, traduzindo uma concepção de Estado como fomentador do desenvolvimento nacional.

Miglioli (1983, p. 46) explica essa fase de forma explícita: “no qual prevê uma sequência lógica para que seja incrementado o planejamento econômico, como forma de ordenar as ações governamentais para que se alcance uma democratização da economia, uma economia mais participativa através dos entes e órgãos que efetivamente represente as populações.” Este trabalho, segundo o autor, deve ser

conduzido de forma mais técnica possível, sempre com uma participação aberta, visando alcançar a maior transparência e legitimidade junto à população.

Diante que na abertura de implementação de processos democráticos e participativos, mais precisamente em meados do final século XX e XXI, por um período se acreditou que esses processos eram de cunho mais socialistas e que por isso algumas frentes se limitavam a implementação nas sociedades capitalistas, do qual tem o planejamento como ações que não coadunam com o estilo de comunidade, como a explícita intervenção do Estado na economia.

Ademais, Miglioli (1983) reafirma que passado os anos e implementações de planejamento, algumas experiências foram positivas e algumas negativas, mas que a partir disso os adeptos da economia planificada, a economia de mercado, essas com certeza passaram por revoluções internas que se abriu para novos conceitos e visões sobre o instrumento de planejamento junto a Governos e sociedade.

No entanto, Miceli frisa a participação da política e do governo nos estudos de planejamento para o desenvolvimento no período recente:

(...) tais estudos mantém uma vinculação mais estreita com especializações profissionais como a administração pública, mas também com a tradição disciplinar da sociologia e da economia. Não é infrequente, no entanto, a consideração de questões relativas ao papel de variáveis políticas na implementação ou no desempenho de programas governamentais (MICELI, 1999, p. 69).

Na mesma esteira, Miceli (1999, p. 68) afirma que as medidas de institucionalização do planejamento para o desenvolvimento são muito importantes, pois “a reforma do estado no período pós-estabilização implica uma robusta construção institucional – sobretudo com as tarefas de gestão macroeconômicas nas quais a dimensão institucional inexistente”. Ademais, nesta mesma seara, em um período recente, o Brasil vem repensando o processo de desenvolvimento no âmbito mesorregional, com a participação de agentes locais, a partir de políticas públicas que refletem a preocupação da parte governamental para com o processo de desenvolvimento.

Souza, Junior e Lopes (2002, p. 63) entendem como desenvolvimento:

- desenvolvimento é acesso, e a acessibilidade é mensurável;
- desenvolvimento é acesso das pessoas, porque o desenvolvimento é para as pessoas;
- desenvolvimento é acesso das pessoas, onde vivem, porque não é legítimo

contar apenas com a possibilidade de algumas se deslocarem a procurar o desenvolvimento quanto este não lhes chega; seriam de resto as mais desfavorecidas a ter menos capacidade para procurá-lo, já se disse.

- desenvolvimento é acesso das pessoas, onde vivem, aos bens e serviços e às oportunidades que permitem satisfazer as suas necessidades básicas, incluindo-se nas “oportunidades”, por exemplo, o emprego e a formação, como necessidades verdadeiramente básicas, e no conjunto de bens e serviços e oportunidades, a fruição de bens e serviços culturais [...]

Criou-se, a partir dos anos 30, a chamada “agenda desenvolvimentista”²⁵, que veio permeando os anos 50, passou por uma autocrítica e uma transformação conceitual nos anos 60, para logo nos anos 80 perder seu vigor intelectual. Nesse meandro, é possível atualmente identificar grandes matrizes teóricas, que analisaram a “questão do Estado” e contribuíram para construção de uma ideologia desenvolvimentista, principalmente na segunda metade do século XX na América Latina, seja ela a matriz:

1 – Weberiana a partir da teoria da modernização, aliando economia ao desenvolvimento, aparecendo sempre com etapas de desenvolvimento econômico;

2 – a matriz Estruturalista, e suas várias versões, “teoria-periferia” e do “intercâmbio desigual”, advindo da referência dos textos clássicos da CEPAL, anos 50 e 60 com contribuições importantes, sobretudo no Brasil;

3 – a matriz Marxista, desmistificando ideias e trazendo a “revolução- burguesa” sustentados em clássicos de Marx, sobre etapas de desenvolvimento capitalista e nos textos de Lenin e da terceira internacional, sobre estratégias de lutas anticolonialistas na Ásia e no Egito. Sua tradução para América Latina foi feita de forma mecânica e pouco sofisticada no ponto de vista teórico, pois apesar de falar de classes, luta de classes e imperialismo, propunha o mesmo modelo e estratégia para todos os países

²⁵Bielschowsky, economista da Cepal e professor da UFRJ, abordou a teoria desenvolvimentista, que defende a participação do Estado na condução do desenvolvimento econômico, por meio do desenho e implementação de estratégias e políticas. Neste contexto, propôs a agenda de uma nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil, que abordaria os seguintes pontos: dinâmica do crescimento (ritmo e composição setorial do investimento, adoção de novas tecnologias); co mbinção entre mercados interno e externo e inserção internacional; mercado de trabalho; perfis distributivos e de consumo; agentes do investimento; f inanciamento; e outros (meio ambiente, território, etc.). Para ele, houve uma mudança significativa na forma de desenvolvimento no País, pois antes se fazia crescimento com concentração de renda e, atualmente, isto é feito com redistribuição de renda. Esta redistribuição acontece via consumo das massas, que faz com que a roda da economia gire. Em complemento a isso, Bielschowsky afirma que há em discussão no Brasil sete grupos de formulações sobre desenvolvimentismo, que passam por pontos essenciais como reforma, crescimento com redistribuição, inovação e competitividade, infraestrutura, integração territorial, combate à pobreza e à concentração de renda e sustentabilidade da natureza. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=353. Acesso em: 07 agos.2019,

do continente, independentemente de sua estrutura interna e sua estrutura de poder regional e internacional. Nos anos 60, a teoria marxista criticou mais veementemente as estratégias reformistas da esquerda tradicional latino-americana;

4 – Ao fim, é necessário incluir a matéria geopolítica da segurança nacional, formulada pela Escola Superior da Guerra do Brasil, fundada nos anos 50, ainda que suas ideias remontam aos anos 30-, defendendo a industrialização a partir do Estado Novo; ainda nos 50 se transformou em um projeto de expansão nacional, condicionado a essa visão de segurança nacional dentro de um mundo dividido pela Guerra Fria, com menor importância teórica, mas com importância histórica muito maior devido ao lugar de ocupação dos militares na construção e controle do Estado brasileiro. Dado o projeto geopolítico e econômico, era de expansionista e diferencia a geopolítica anglo-saxônica da Guerra Fria, associando crescimento acelerado, estado desenvolvimentista e busca pela industrialização, mesmo com o problema de defesa nacional, mas na sua visão simplista e maniqueísta do mundo, explica talvez o caráter antipopular e autoritário nos anos 80 e 90.

O desenvolvimentismo é o sistema de ideias que transforma a sociedade e tem alguns tópicos principais; a indústria como maneira de combater a pobreza; a industrialização efetiva através da intervenção do estado, em que o Estado deve também planejar, definir, ampliar, ordenar e executar o desenvolvimento (BIELSHOWSKY, 2014, p. 34)”.

Ainda nesta esteira, Bielshowsky (2014) assinala que o Brasil possui três frentes de expansão importantes: um grande mercado interno de consumo de massa, abundantes recursos naturais e perspectivas favoráveis quanto à estrutura. Essas frentes de expansão serão melhores utilizadas se forem potencializadas com a inovação e o fortalecimento dos encadeamentos produtivos.

Tigre (2006, p. 13) define que “a inovação tecnológica constitui uma ferramenta para aumentar a produtividade das organizações, assim como para impulsionar o desenvolvimento econômico de regiões e países”.

Uma das principais diferenças entre planejamento público e privado, ou governamental e empresarial, é que o primeiro tem como premissa promover o bem-estar-social, diferente do segundo, que almeja o lucro.

Lopes (1990, p. 12) fornece uma definição própria para o planejamento no setor público: “método coerente compreensivo de formação e implementação de diretrizes, através de um controle central de vastas redes de órgãos e instituições

interdependentes, viabilizados por conhecimentos científicos e metodológicos”.

Para Matus (1993, p. 45), a “ação planejadora do Estado do Estado vai além da simples produção econômica”, alcançando também o que ele define como “produção social”, que tem “um sentido mais amplo que produção econômica, envolvendo diversos aspectos da vida social da população”. Não obstante os conceitos, em decorrência dessa produção social, a implementação do planejamento público enfrenta dificuldades decorrentes da ação diferenciada dos atores sociais envolvidos, aumentando assim o grau de imprevisibilidade do modelo de planejamento adotado.

Ainda nesta seara, Lopes (1990), a partir da análise dos modelos adotados por diferentes países, evidenciou três espécies principais de planejamento governamental:

I – O modelo socialista soviético, no qual o planejamento permeia todo o sistema econômico, utilizando-se de minuciosa explicitação do processo produtivo (trata-se de um modelo relativamente em desuso, após o colapso de regimes socialistas, à exceção da China e Cuba, que assim mesmo fazem concessões à economia de mercado);

II - O modelo adotado pelos países de terceiro mundo, que usaram o planejamento como processo ideal nos esforços de industrialização rápida, com o objetivo de aumentar a renda *per capita*. Nesse rol, se incluem os planos brasileiros até a década de 70;

III - O modelo utilizado nos países de economia de mercado, que utilizam o planejamento indicativo em que, em vez da substituição do mercado e do mecanismo de formação de preços, busca-se garantir maior eficiência do setor econômico através da redução do nível de incerteza.

Logo, no que se refere ao planejamento governamental, deve-se considerar os aspectos políticos que influenciam diretamente nas agendas definidas; ademais, quando não se tem formulação, inviabiliza-se a execução do planejamento. Há dois tipos de políticas que influenciam na questão do planejamento regional: 1) aquelas que exprimem a dimensão do planejamento, seja na escala nacional, regional ou áreas geográficas específicas; 2) aquelas que não planejam, mas dinamizam e, portanto, alteram a organização territorial, gerando diferentes impactos e com a tendência de impor suas lógicas, dependendo de sua natureza. Seu objeto é um sistema complexo, que não digere a ideia de controle, lidando assim com eventos

importantes interdependentes que geram incertezas, de natureza imprevisíveis, dado que o planejamento determinístico, no que tange ao excesso de prescritibilidade, podendo vir a ser um problema.

POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PNDR

Conforme se observa na criação dos planos, há de se notar que a nova política de desenvolvimento regional traz em voga o desenvolvimento sustentável, a superação das desigualdades regionais e, conseqüentemente, a melhoria de vida da população. O papel do Governo Federal é, de fato, reduzir desigualdades entre regiões; logo, com essa premissa um conjunto de políticas públicas nas diversas áreas setoriais faz-se necessário.

Piacenti, Lima Alves e Piffer (2003, p. 53) afirmam:

O desenvolvimento econômico é uma questão ampla, pois ele engloba desde a evolução positiva dos indicadores econômicos, bem como as melhorias nos indicadores sociais e a preservação do ecossistema. Programar o desenvolvimento o desenvolvimento sem a melhoria de todos.

Ademais, essa política nacional de desenvolvimento regional tem como propósito também ser uma espécie de fio articulador de todas as políticas setoriais que têm impacto nos territórios mais deprimidos economicamente no país. O grande desafio consiste em deixar os indicadores mais equilibrados em termos regionais, já que há, atualmente, disparidades regionais gritantes no que se refere às macrorregiões do norte e nordeste do país. Quando se comparam os indicadores de desenvolvimento das demais regiões, tem-se como observar essas discrepâncias; logo, o PNDR vem com objetivo de reduzir essas desigualdades.

Advindo de muitas iniciativas setoriais do Governo, a partir da criação e desenvolvimento do PNDR, dado o papel relevante que as políticas sociais têm representado e impactando a vida dos brasileiros, dentro dos territórios mais carentes, ainda que se reconheça que se tem muito a fazer no que tange ao combate de desigualdades, Em termos de desenvolvimento deve-se ter um objetivo muito claro no que se refere à redução das diferenças regionais, desenvolvendo instrumentos de financiamentos adequados e instrumentos de governança para o completo ciclo dessa política transversal no território, a qual se envolve uma multiplicidade de atores.

O Governo entende, a partir das discussões em torno do PNDR, que ainda precisam ser definidos propósitos muito claros no que tange ao desenvolvimento, sabendo aonde se quer chegar, estabelecendo uma política vertical, ouvindo a base social, necessitando conhecer o território, as políticas de convergência e aliando o interesse que se tem buscando um país desenvolvido (política vertical), ouvindo a base; logo, se tem políticas implementadas de baixo para cima (BOTTON UP) e políticas implementadas de cima para baixo (TOP DOWN), o que se tem chamado de terceira geração de políticas públicas.

O PNDR tem como premissa reforçar o pacto federativo hoje vigente e de observar várias propostas de revisões via PNDR, nas quais se discute o papel do Estado, porque este congrega o território em inúmeras microrregiões com diferentes níveis de desenvolvimento. Assim, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em conjunto com sociedade civil organizada, participariam ativamente neste processo, buscando implementação de uma política de fato seja efetiva a toda a população, que vive realidades diferentes em regiões menos desenvolvidas.

Conforme Furtado (1967), o aumento do fluxo de renda por unidade de trabalho utilizada é o melhor indicador de desenvolvimento. O desenvolvimento para o autor está ligado ao aumento de produtividade (renda *per capita*) determinado pelo crescimento econômico com modificações estruturais.

A partir da construção do PNDR, organizou-se efetivamente, a ação do Estado, ao estruturar o método de operação para o combate às desigualdades regionais. O plano estabeleceu o viés territorial estatal, dando enfoque, através de uma abordagem multiescalar, ao aspecto desigual do desenvolvimento e às disparidades de rendas.

As bases que sustentaram o PNDR seguiram critérios técnicos, dados mantenedores das entidades do país, como a Secretaria de Desenvolvimento Regional, Departamento de Planejamento de Desenvolvimento Regional e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgãos do prelúdio governamental, os quais dispõem de estrutura necessária para tal estudo, no que tange ao abastecimento de dados fidedignos, pesquisas necessárias para um diagnóstico preciso e real quanto ao desenvolvimento regional brasileiro.

Os caminhos norteadores da pesquisa se deram por indicativos de crescimento do PIB brasileiro e rendimento domiciliar médio. É o mais preciso no que se refere à variável do PIB *per capita* e o potencial relativo do crescimento, observado em um determinado período de tempo. Com relação ao rendimento familiar, observou-se a

variável técnica estatística que retrata a riqueza relativa à população pesquisada que, com isso, trouxe em tela as reais situações do território brasileiro.

Lê-se no próprio PNDR:

Microrregiões de baixa renda, que são aquelas com baixo rendimento domiciliar e também de baixo rendimento domiciliar e, por consequência, com baixo dinamismo econômico, apresentando assim uma participação de 1,7% do PIB comportando cerca de 8,4% da população brasileira;

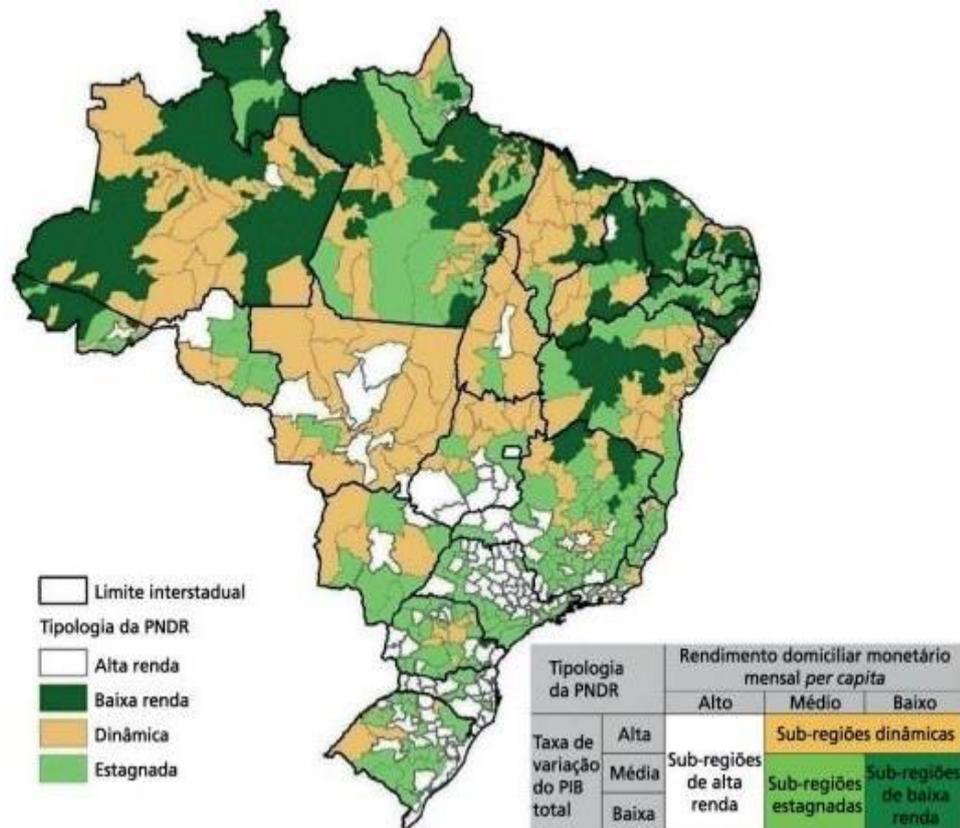
Microrregiões dinâmicas, se referem as que apresentam médio ou baixo rendimento domiciliar por habitante, porém, se tem dinamismo econômico acentuado, sendo assim, responsáveis por 4% do PIB brasileiro e comportam 9% de população;

Microrregiões estagnadas, apresentam rendimento familiar médio, com baixo crescimento econômico, apresentam um relativo dinamismo econômico ocorrido em tempos passados, apresentando aqui cerca de 18% do PIB nacional e por si só abrigam cerca de 29% da população brasileira.

Microrregiões de alta renda per capita, são as que possuem alto rendimento domiciliar por habitante, que nesse contexto, independe do movimento dinâmico da região, sendo esses responsáveis por 76% do PIB brasileiro e cerca de 53,7% da população brasileira (PNDR I).

Conforme essas premissas e estudos precisos no que se refere ao desenvolvimento, acredita-se nas políticas que preguem a integração nacional, partindo do princípio de fortalecimento regional, o que é o objetivo central do PNDR, superando as desigualdades do desenvolvimento regional brasileiro, estabelecendo um viés territorial da ação estatal, dando enfoque, através de uma abordagem multiescalar, ao aspecto desigual do desenvolvimento e às disparidades de renda.

Figura 9 - Tipologia da PNDR I (2008-2011)

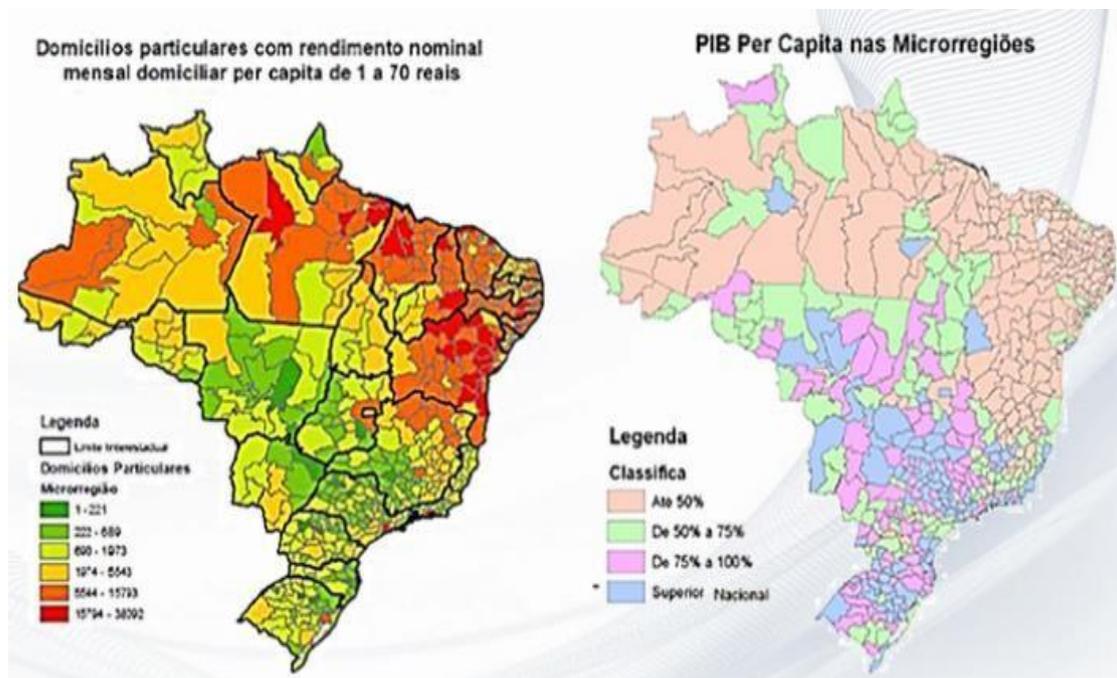


Fonte: Adaptado de Brasil (2002).

A instituição da PNDR esteve relacionada à recriação da Sudam e da Sudene, ambas em janeiro de 2007, e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), em janeiro de 2009. Assim sendo, o Decreto no 6.047 instituiu a PNDR e definiu as seguintes áreas prioritárias para atuação da política em sua primeira fase (2008-2011):

- escala macrorregional: áreas de atuação da Sudene, da Sudam e da Sudeco, com exceção dos espaços de alta renda;
- escala intermediária: semiárido, Faixa de Fronteira e regiões integradas de desenvolvimento (Rides); e,
- escala sub-regional: mesorregiões diferenciadas, territórios rurais e territórios da cidadania. Além disso, tanto na escala macrorregional como na escala intermediária, seriam definidas sub-regiões de planejamento para as regiões-programa, como aquelas do semiárido demonstradas no mapa.

Figura 11 - Rendimento nas Regiões Brasileiras



Fonte: Brasil (2012)

Entretanto, a criação de uma nova PNDR ocorreu em um cenário de complexidade e das dinâmicas econômicas nacionais e internacionais, haja vista que há um sistema institucional marcado assimetrias horizontais e verticais que se refletem no processo de desenvolvimento, havendo, assim, necessidade de incluir reformas estruturais na agenda. A proposta do PNDR traz consigo, em sua essência, um conjunto de mecanismos que busca restaurar um ambiente federativo mais equitativo, e, portanto, marcado pela coesão. Furtado pondera:

A rigor, a ideia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a) incremento da eficácia social do sistema social de produção; b) satisfação de necessidades elementares da população, e; c) consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes da sociedade e que competem na utilização de recursos escassos (FURTADO, p. 371-381, 2011).

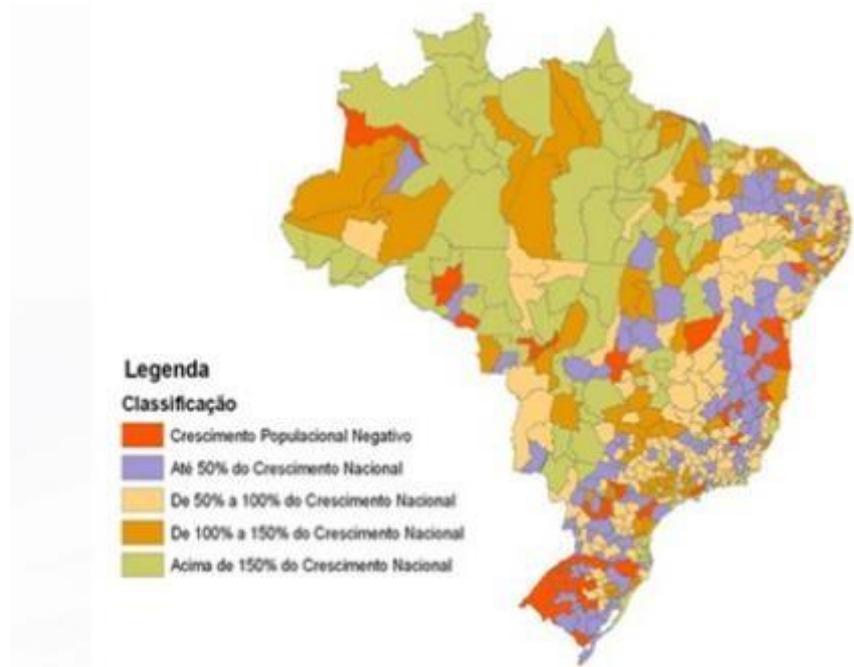
Os princípios do PNDR II são:

- Participação e controle social;
- Solidariedade regional;
- Sustentabilidade;
- Valorização de diversidade territorial, ambiental, social, cultural e econômica;
- Respeito ao federalismo cooperativo;
- Combinação dos princípios de competitividade e equidade nos

procedimentos do desenvolvimento produtivo;
 ·Transescalaridade, multidimensionalidade e transversalidade das políticas (BRASIL, ano, página).

Com o objetivo de reduzir desigualdades, o PNDR II trata das questões regionais, buscando o fortalecimento da coesão social, econômica, política e territorial do Brasil, promovendo a convergência de nível de desenvolvimento e qualidade de vida entre e intra regiões brasileiras, e a equidade do acesso a oportunidades de desenvolvimento, buscando garantir a competitividade regional e a geração de emprego e rendas em regiões/territórios em que apresentam declínio populacional e elevadas taxas de imigração. Logo, procura promover a agregação de valor e a diversidade econômica em áreas de fortes especialização da produção de commodities agrícolas ou minerais e consolidar uma rede de cidades policêntrica, que contribua para desconcentração e interiorização dos desenvolvimentos das regiões e do país.

Figura 12 - Brasil e o crescimento populacional



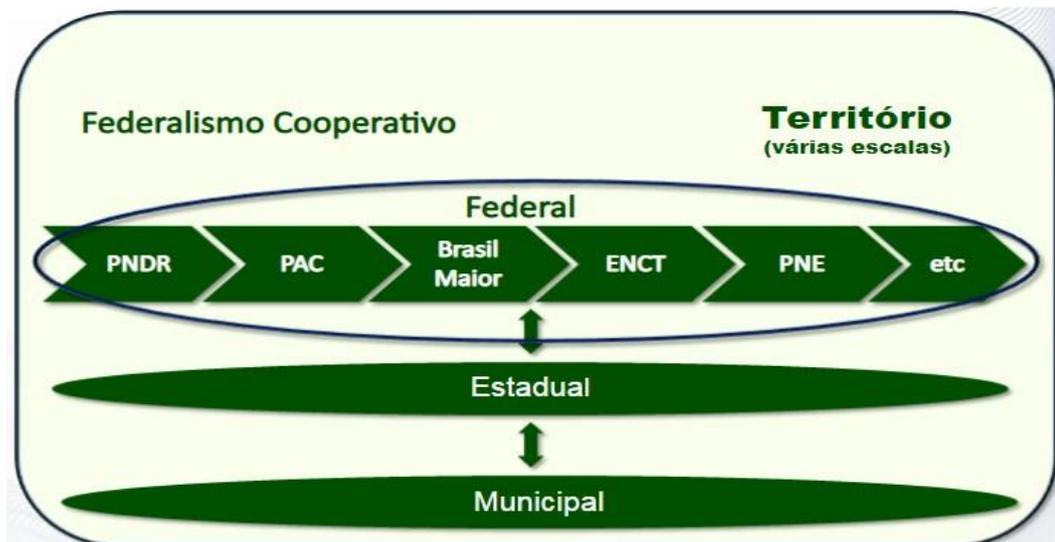
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional (2012-2013)

Logo, os objetivos do PNDR II são tão somente a subsistência e um sistema de governança do desenvolvimento regional, aliando pacto de metas, financiamento, elaboração de planos de desenvolvimento e sistema de informações do

desenvolvimento regional.

PACTO DE METAS DO PNDR II

Figura 13 - Metas estabelecidas dentro do PNDR II



Fonte: PNDR, 2011.

Portanto, o PNDR tanto quando a etapa seguinte consolidada na PNDR II, traça metas no sentido de que se tornam desafios a serem perseguidos, como:

- a) sensibilizar atores federais para a construção de um sistema de planejamento forte – técnica e institucionalmente;
- b) Legitimar aquilo que veio do processo conferencial durante o percurso no Congresso Federal;
- c) Sensibilizar os Governos Estaduais para que as agendas estratégicas ultrapassem os mandatos;
- d) Fortalecer os Municípios como parceiros de políticas federais e estaduais – institucional, técnica e financeiramente;
- e) Estruturar o sistema de monitoramento e avaliação que dê conta da complexidade do tema;
- f) Resgatar a dimensão do planejamento (inclusive regional) de médio e longo prazos;
- g) Elevar a importância da “Gestão”, a fim de conferir eficácia, eficiência e efetividade ao planejamento;
- h) Entender a questão das escalas que é importante no planejamento, gestão

e nas escolhas/decisões. No entanto, não há modelo a ser copiado, pois o Brasil é um país continental com diferenças regionais e culturais muito amplas; diante disso, é praticamente importar modelos prontos de outras experiências internacionais.

Embora não exista um consenso sobre as bases que fundamentam o sucesso ou insucesso das regiões, de modo geral pode-se aceitar que as desigualdades são uma dimensão do desenvolvimento. Isso porque fazem parte da essência do modelo de produção e suas marcas podem ser diferentes lugares (SMITH, 1988; SOJA, 1993 HARVEY, 1993; 2011).

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa e quantitativa; assim, os impactos de implementação da efetividade ou não da participação dos atores envolvidos serão buscados por meio da quantificação e da objetividade, decorrentes da análise dos dados estatísticos do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2015 - 2030.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa qualitativa é entendida como a que identifica a opinião dos indivíduos, visando atender os aspectos relacionados ao conceito que os entrevistados têm em relação ao tema, enquanto a pesquisa quantitativa dispõe de resultados numéricos para representar fenômenos.

Como observa Gil (2002, p. 54):

É uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetivos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.

Assim, a abordagem do problema será qualitativa e quantitativa, pois seu levantamento de dados será realizado através de entrevistas semiestruturadas e estruturadas, com perguntas abertas e fechadas. No entanto, para sua análise pretende-se utilizar métodos quantitativos, através dos dados advindos das consultas, utilizando-se, também, de formas numéricas para demonstrar os conceitos apontados pelos entrevistados.

Com relação à metodologia utilizada na atividade de análise, não há um padrão único, mas utiliza-se o recurso de contribuições metodológicas de várias disciplinas, quantitativas e qualitativas, as quais envolvem alguns elementos fundamentais: “conhecimento científico (e conhecimento prático obtido a partir da experiência dos interessados no “problema público”), argumentação e negociação” (COSTA, 2013, p. 23).

Para que se possam alcançar os objetivos específicos propostos ante à pesquisa de campo, será desenvolvida uma pesquisa bibliográfica e, para os objetivos, será ainda realizada uma pesquisa documental, através da qual se buscará acesso aos dados da consulta, fóruns do COREDE-FO, para que se possa chegar numa radiografia-perfil dos atores que participaram da região.

De acordo com Yin (2001, p. 20) “[...] o Estudo de Caso também se utiliza muitas vezes para pesquisas cujas situações envolvem política, ciências políticas, sociologia e psicologia comunitárias”. Logo, pretendem-se analisar o perfil dos atores envolvidos no processo do plano estratégico de desenvolvimento da fronteira oeste, planos que movimentam o processo participativo, os valores da governança, método eficaz para o presente trabalho.

Em relação aos procedimentos de pesquisa, Furaste (2005, p. 39) explica que a pesquisa de campo consiste em uma busca por conhecer características importantes e singulares dos indivíduos em meios sociais, englobando estudos de satisfação de interesses e de opinião das pessoas sobre determinados aspectos da realidade. Ela poderia ser realizada nos Municípios participantes, também por meio das reuniões da AMFRO, conjuntamente com os fóruns do COREDE fronteira oeste. Isso esclarece a caracterização desta pesquisa, como sendo de campo, pois suas investigações ocorreram *in loco*, por meio de entrevistas semiestruturadas, questionando a visão dos agentes envolvidos no processo em estudo.

Referente aos objetivos, Gil (2007, p. 32) define que

As pesquisas exploratórias são as que visão construir hipóteses envolvendo: levantamentos bibliográficos, entrevistas com indivíduos envolvidos no assunto pesquisado e análise de exemplos; já a descritiva consiste na descrição das características de determinada população ou de determinado fenômeno, estabelecendo uma relação entre as variáveis.

Os objetivos são exploratórios e descritivos, em razão de tratar-se de uma exploração bibliográfica e documental do tema em discussão, bem como a sua análise consiste em uma descrição dos resultados, estabelecendo, assim, características encontradas nas nos dados fornecidos pela Consulta Popular, Estado e municípios participantes do COREDE Fronteira Oeste (AMFRO).

Estes atores envolvidos são gestores municipais, presidentes dos conselhos de desenvolvimento das cidades e a população interessada na construção dessa ferramenta popular, para que se possam alcançar os objetivos específicos propostos. Antes das investigações de campo, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, para contemplar o que foi estabelecido. A proposição de melhorias e confecção do produto técnico foi realizada após interpretação dos resultados da pesquisa documental e da

análise das entrevistas e atas de participação, em que foi possível ser elaborado um plano de ação para delinear estratégias a serem propostas aos municípios.

Em especial no que diz respeito à formação e alterações de agendas governamentais, modalidades de demandas, atores políticos, formulação de pesquisa participante, contudo, analisando a cultura da participação deliberativa com enfoque nos dados do último plano estratégico de desenvolvimento desenvolvido. Todo esboço teórico foi confrontado com o problema da pesquisa, buscando-se verificar a adequação das decisões políticas em relação à base científica existente sobre o tema, consubstanciada em uma proposição de resolução ou minoração dos problemas encontrados.

Em seguida a pesquisa voltou-se à análise de quais ações o Estado tem desenvolvido nas instâncias colaborativas, se elas vêm numa constante, analisando através dos dados, se existe ou não uma crise na democracia colaborativa – representativa nesse contexto de desenvolvimento regional, a partir dos atores partícipes e burocratas envolvidos.

Por fim, analisou-se se a implementação destas políticas públicas ocorreu (ou estão ocorrendo) a partir dos atores estudada, de forma satisfatória e adequada ao seu propósito através da pesquisa de campo e pesquisa ação. Para isso, a perspectiva da análise dos dados não se resumiu à mera elaboração de estatísticas, as quais já foram feitas pelos próprios dados da Consulta, mas sim através das informações por meio dos Fóruns do COREDE Fronteira Oeste e seus impactos locais nos municípios que os compõem.

Com isso, estabeleceu-se um panorama sobre o grau e da qualidade dessa participação, identificando o perfil dos atores envolvidos, possibilitando-se apontar possíveis falhas e sugerir melhorias nesse processo.

A partir da prática conjunta com academia, a pesquisa ação vem nesse contexto, ou seja, trazer para o corpo acadêmico as práticas já realizadas dentro de um campo que se é estudado, partindo do princípio que um dos pontos principais dessa metodologia é o planejamento; logo, o ponto de partida vem de o que é o objeto no campo da pesquisa e o que é objeto de ação; ademais, o campo da pesquisa envolve o equilíbrio dessas questões, haja vista que esses componentes não estão tão separados assim, pois eles se complementam.

Ensina Tripp (2005, p. 446) que o importante, ao analisar a pesquisa-ação, é partir do princípio de que é um tipo de investigação-ação, processo que segue ciclo

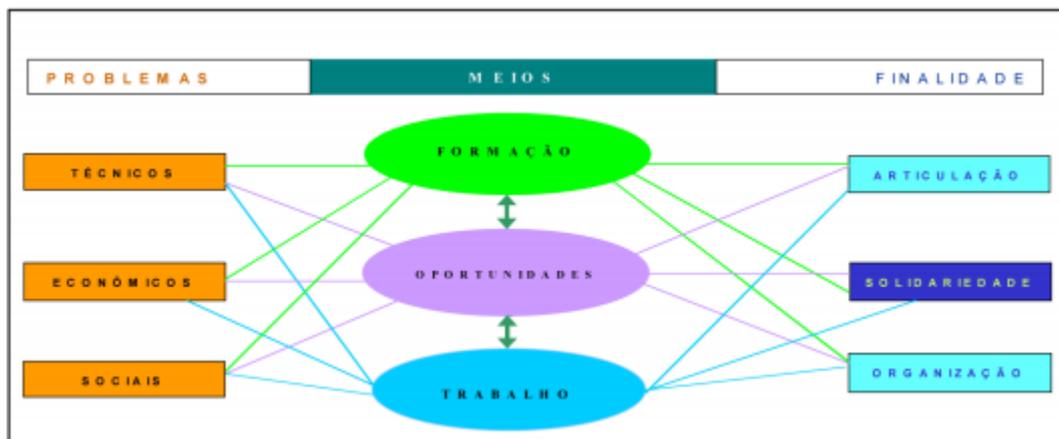
do qual aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela, quando se planeja, implementa -se e avalia-se. Logo, faz sentido diferenciar a pesquisa-ação de outros tipos de investigação-ação, levando em conta as técnicas de pesquisa consagradas para produzir a descrição dos efeitos das mudanças da prática no ciclo da investigação-ação.

Uma definição de pesquisa-ação é um termo que se aplica a projetos em que os práticos buscam efetuar transformações em suas próprias práticas... (BROWN; DOWLING, 2001, p. 152). Em vez de aceitar uma definição mais aberta de pesquisa-ação, tal como identificação de estratégias de ação planejada que são implementadas e, a seguir, sistematicamente submetidas a observação, reflexão e mudança. Ademais, “pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática” se distinguindo claramente da pesquisa científica tradicional, porque a pesquisa-ação, ao mesmo tempo que altera o que está sendo pesquisado, é limitada pelo contexto e pela ética da prática; entretanto, a pesquisa-ação requer ação tanto nas áreas práticas quando na pesquisa, tendo características tanto na área rotineira quando na pesquisa científica.

Com o advento da pós-modernidade cultural, do século XXI, a crescente diversidade dos ditames tecnológicos trouxe um novo contexto social, político e de relevância de modo em que se alteram por meio da pesquisa-ação os métodos de pesquisa, como modos mais acessíveis ante séculos passados, a partir das grandes discussões nos anos 80, já que a pesquisa-ação era muito utilizada nos países anglo-saxônicos.

A metodologia participativa e de pesquisa-ação adquire nesse contexto as características de método flexível para o projeto com equipes interdisciplinares em contato direto com grupos da população ou das comunidades interessadas na resolução dos problemas detectados. Tal metodologia é objeto de experimentação tanto no plano do conhecimento quanto na prática social. Para evitar a imposição de modelos culturalmente inadequados às populações e eventuais manipulações no plano sociopolítico, os projetos orientados pela metodologia de pesquisa-ação devem ser objeto de um rigoroso controle ético (interno e externo) antes, durante e depois da sua realização (THIOLLENT, 2005).

Figura 14 - Problemas, meios e Finalidade

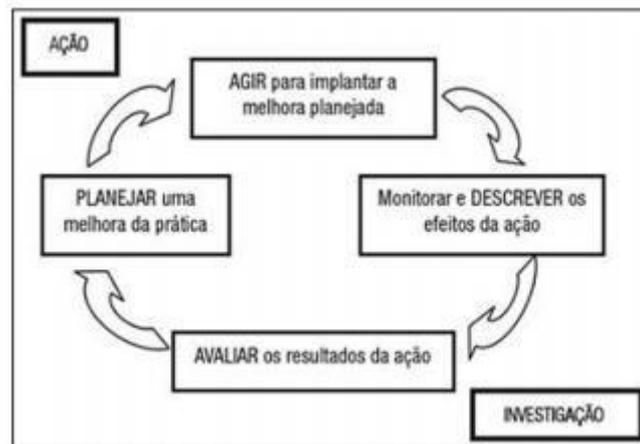


Fonte: Costa (2007)

Como se vê na figura apresentada pelo Professor Zamberlam, objetivamente tratando de um caso específico, não menos por isso não se possa ver essa mesma representação especificadamente no COREDE-FO, dado a valoração dos atores pouco envolvidos e das necessidades que insurgem de forma expressa da valorização da cidadania, mas, contudo, também da observação da parte técnica conjuntamente aliada às outras áreas e carências da Região, que há de ser revista. Muitos trâmites podem sim ter sido úteis em tempos remotos e os quais agora deve-se ter uma compreensão mais ampla. Ademais, há o avanço tecnológico e de material humano intelectual na Região com adven to das Universidades que foram inseridas por questões de desenvolvimento regionais.

A pesquisa-ação, por sua vez, pressupõe uma participação não apenas dos pesquisadores, mas também dos pesquisados em torno de uma ação, ação planejada, na forma de uma intervenção com mudanças na situação investigada (THIOLLENT, 1987). Dessa forma, esta metodologia é vista como um tipo de investigação-ação, processo que segue um ciclo em que a prática é aprimorada pela oscilação sistemática entre o agir por meio dela e o investigar a respeito (TRIPP, 2005). Conforme o autor, este ciclo consiste no planejamento, implementação, descrição e avaliação da mudança adotada para melhorar a prática e o aprendizado constante no decorrer do processo, tanto a respeito da prática quanto de sua própria investigação.

Figura 15 – Ciclo da Pesquisa-Ação



Fonte: Tripp (2005, p. 446)

Nesse contexto, Thiollent (2011, p. 22-23) destaca alguns aspectos principais da pesquisa-ação vista como estratégia metodológica da pesquisa social: i) ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada; ii) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta; iii) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação; iv) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada; v) durante o processo há um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação; vi) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados.

Logo, para a concepção e organização da pesquisa, Thiollent (2011) ressalta que o planejamento da pesquisa-ação é muito flexível e não segue uma ordem rígida de fases. Assim, o autor apresenta uma lista de temas, mas enfatiza que estes seguem uma ordem apenas parcialmente no tempo, pois são marcados por constantes vaivéns de acordo com a dinamicidade e interação. No atual contexto marcado por transformações rápidas, repentinas e com ampla diversidade de iniciativas sociais, a aplicação da pesquisa-ação permanece sendo muito solicitada

como forma de identificar e resolver problemas coletivos, bem como de aprendizagem dos atores e pesquisados envolvidos.²⁶

Por conseguinte, o conhecimento gerado na metodologia da pesquisa-ação é contextualizado de acordo com a situação enfrentada pelos participantes, sendo realizado, antes de se propor uma solução, um mapeamento e delimitação do tema e de seu contexto, para então se proceder à elaboração de hipóteses e busca de soluções. Assim, observa-se que, mesmo havendo a intervenção do pesquisador intervencionista, o papel dele não impõe qual problema deve ser trabalhado, mas, diferentemente, tem apenas o papel de agir como um facilitador para a compreensão dos problemas vividos, da busca de possíveis soluções e da implementação de ações que terão por objetivo mudar a atual situação problemática, ou seja, auxiliar os participantes a retomar sua capacidade de agentes e transformadores do contexto em que se inserem.

UNIVERSO

O COREDE-FO e seus municípios: Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubi, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel, Santa Margarida do Sul e Uruguaiana, ocupando uma área total de 40.231 Km e com 514.454 habitantes.

Dentre o próprio universo, destacam as diferentes realidades dos municípios envolvidos, dada a extensão territorial conjuntamente ao número de habitantes, assim como diferenças gritantes no que tange a parte orçamentária quanto à disponibilidade financeira de cada município e, por sua vez, as suas respectivas capacidades de implementar políticas públicas eficientes. Muitos desses municípios são os resultados de uma emancipação muito nova e são também dependentes quase que unilateralmente de recursos externos ainda que, como se sabe, têm que cumprir metas fiscais estabelecidas em leis.

A partir disso, busca-se analisar essas realidades por meios dos atores partícipes do processo de estabelecimento de atividades e recursos para esses, ou

²⁶ Analisando a pesquisa-ação à luz dos princípios intervencionistas: um olhar comparativo. Sara Fernandes Picheth, Marcio Pascoal Cassandre, Michel Jean Marie Thiollent. Educação revista quadrim. Porto Alegre, v. 39, n. esp. (supl.), s3-s13, dez. 2016. Disponível em file:///C:/Users/leonardo-goulart/Downloads/24263-Texto%20do%20artigo-108856-2-10-20170222.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2020

seja, analisando por que treze municípios da fronteira oeste, participante do plano estratégico de desenvolvimento 2017-2030, que oferece uma radiografia da região e por si só faz com que sejam eleitos de forma democrática os problemas centrais deste espaço. Logo, pode-se traçar meios de efetivar de melhor forma ações que venham refletir na realidade vivida por esta região.

INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Serão utilizados alguns instrumentos para a pesquisa, a partir dos métodos:

- 1 – Entrevista com o Presidente e atores do Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Oeste à época da criação do PED 2017;
- 2 – Questionários com Representantes eleitos por escala de poder do Corede-FO);
- 3 - Análise de atas das assembleias, audiências públicas e Fóruns (Sociedade Civil e Mercado)²⁷

Desenvolvimento Econômico e social	Desenvolvimento territorial	Desenvolvimento sustentável
---------------------------------------	--------------------------------	--------------------------------

Portanto, toda a região de abrangência da fronteira oeste irá ser o universo e por si só o objeto de estudo.

PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Será feita a análise através de instrumentos de pesquisa metodológicas, com perguntas abertas e fechadas, com perguntas semi-estruturadas.

Entrevistas em três escalas:

- 1) Municipal;
- 2) Coredes;
- 3) Entrevistas abertas com as escalas de poder, como Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais e Presidente do COREDE-FO.

²⁷ Através das atas públicos dos conselhos de desenvolvimento e até mesmo das atas do processo de construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Quadro 8 – Etapas da pesquisa

Etapas de Pesquisa – Leis, Planos, Teoria	COLETA DE DADOS	INSTRUMENTOS DE PESQUISA
Documentos e Bibliografia – Atas, Leis, Constituição e Planos Estratégicos	O que levantar? Como levantar? Com quem levantar? E para que levantar?	Dados sobre as demandas ↓ Como? Com quem? Para que?

Elaboração: Do autor (2019).

5 PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA FRONTEIRA OESTE: RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estímulo ao desenvolvimento regional se constitui em uma prioridade do Governo do Estado e um dos seus aspectos mais importantes é o planejamento. Na busca de estratégias e projetos de desenvolvimento para as regiões, foram elaborados os Planos Estratégicos de desenvolvimento 2015-2030 dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs). A iniciativa se soma às diversas ações já desenvolvidas pelo Governo do Estado e oferece uma visão regional para sua qualificação.

A elaboração, de responsabilidade de cada COREDE, seguiu as diretrizes gerais da SPGG e uma metodologia comum para as 28 Regiões. Sua realização foi viabilizada por um convênio celebrado entre a SPPG e o Fórum dos COREDEs, tendo iniciado em dezembro de 2015 e finalizado em setembro de 2017.

O planejamento estratégico integra ideias e viabiliza as ações para organização, tendo como propósito o estabelecimento de políticas públicas, objetivos e projetos para períodos, sejam eles de curto, médio e longo prazos, identificando e entendendo as necessidades das partes interessadas, os chamados *Stakeholders*.

Os planos são uma contribuição dos COREDEs para o planejamento federal, estadual e municipal e também para os diferentes atores regionais preocupados com o desenvolvimento.

Figura 16 - Ciclo completo estabelecido dentro do PED

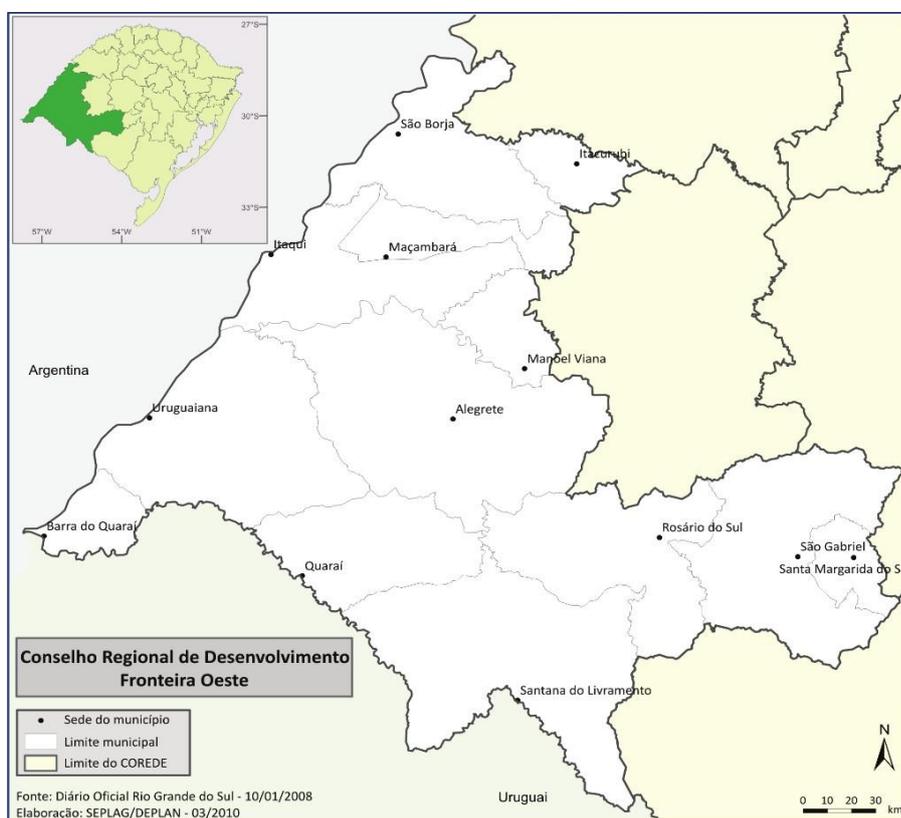


Fonte: Equipe técnica PED (2015-2030)

O planejamento é composto por um amplo diagnóstico regional, por uma matriz de potencialidades, entraves, oportunidades e ameaças, por estratégias e por uma ampla carteira de projetos. Os projetos elaborados apresentam minimamente objetivos, justificativas, escopo, metas, órgãos intervenientes, cronograma e uma estimativa de recursos necessária para sua execução.

Além dos 28 planos, o documento Planos Estratégicos dos COREDEs 2015-2030: perspectiva estratégica das regiões funcionais condensa as principais prioridades elencadas por cada região.

Figura 17 - Região Denominada FO, Região Funcional 6



Fonte: SEPLAN/DEPLAN(2015).

Conforme prelúdio do Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento²⁸, um dos efeitos da globalização é o acirramento da competitividade pelos mercados. Isso faz com que os setores da economia, cada um a seu modo, produzam dinâmicas de ajustes que interferem na vida das pessoas e no desenvolvimento das regiões.

De posse deste conhecimento, muitos setores da sociedade vêm travando sérias lutas, ao longo da história, para instrumentalizar democraticamente as pessoas a fim de que possam interferir de algum modo nestes efeitos.

Assim, a efetiva busca por ações, que culminam em resultados que elevem os indicadores de desenvolvimento das regiões, tornaram-se não só preocupação de gestores públicos, atores políticos e empresários, mas principalmente das pessoas que percebem a importância deste tema.

²⁸PLANO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL 2015/2030 - São Borja - ABRIL 2017.

Neste contexto, cabe ressaltar o papel dos COREDEs, que são por sua natureza jurídicas instâncias que nasceram desta ânsia em se fazer representar pelos indivíduos organizados da sociedade. Para além disso, é de responsabilidade regimental desses conselhos o fomento do planejamento e articulação de variáveis que possam vir a alavancar o Desenvolvimento Regional.

Para que se possa realmente produzir alguma interferência em quaisquer que sejam os indicadores que se pretende aperfeiçoar, é preciso medir o atual desempenho e, a partir disso, traçar ações que possam potencializá-los.

Entretanto, para que esse objetivo se efetive é preciso planejar ações de interferência, assim como é necessário se ter um plano, com parâmetros elementares que sirvam de guia para as previsões e reflexões que com certeza far-se-ão necessárias para a constituição das agendas de desenvolvimento do COREDE-FO.

Neste sentido, a elaboração de um Planejamento Estratégico para o COREDE-FO é uma condição fundamental para o início de um conjunto de ações que possam vir a culminar com a melhoria dos indicadores regionais.

No caso específico do COREDE-FO, os desafios relacionados ao desenvolvimento perpassam por inúmeras variáveis, desde a histórica falta de investimentos de infraestrutura nesta região até a própria gênese territorial conflituosa e bélica deste espaço limítrofe com dois países.

Além do mais, um Plano Estratégico Regional não se trata de um Plano de Negócios Empresarial nem outro instrumento de planejamento que baste, simplesmente para traçar suas diretrizes, algumas reuniões de diretoria.

O desenvolvimento de um território com fortes características de fronteira carece de um levantamento de dados específicos e de uma análise à luz de categorias específicas, que deem conta de contemplar ao máximo as complexas relações e a variada gama de atores que atuam sobre o território fronteiriço, pois pensar em fronteira é pensar o espaço, o qual é construído pelas relações que nele se desdobram (PED, 2017).

Na Fronteira Oeste, fundem-se identidades a partir dos tipos humanos que ali se originaram bem como sua cultura. Tem-se como peculiaridades regionais as missões, o pampa, a fronteira e os imigrantes. Enfim, é uma região com inúmeras potencialidades, porém, contudo com enormes desafios. Faz-se necessário que exista uma conjugação de esforços a fim de que os esforços regionais possam vir a ser debatidos mais amplamente e se tornem de conhecimento de todos, para que se

possa colocar em prática ações e projetos que venham a potencializar as condições de vida das pessoas que moram na região.

No entanto, para que isso ocorra é necessário um plano, uma proposta ampla, que possa ser ao mesmo tempo efetiva e maleável a ponto de que se possa ao menos executá-la, também reavaliá-la e torná-la mola mestra para as articulações e interações regionais.

Um plano estratégico é um documento que contemporiza diagnóstico, prognóstico e ações a serem implementadas, considerando aspectos econômicos, sociais, ambientais, políticos, éticos, culturais e territoriais, entre outros. Visa à identificação de aspectos internos positivos (fortalezas) e aspectos internos negativos (fraquezas) e também aspectos externos positivos (oportunidades) e aspectos externos negativos (ameaças), para que, desta forma, as regiões possam propor estratégias e ações para o desenvolvimento.

Deve ser também um arcabouço de informações e indicações para os COREDEs e para as instituições, de todas as escalas de atuação, sejam elas federais, estaduais, municipais ou de iniciativa privada, para que, desta maneira, possam fomentar o desenvolvimento regional.

Entretanto, o mesmo deve conter um mínimo banco de dados referencial, algumas análises conjunturais setoriais, um bom plano de gestão participativa, monitoramento constante de sua execução, compartilhamento e familiarização com os diversos atores regionais e principalmente com informações atualizadas anualmente.

O presente plano pretende traçar as principais diretrizes para o COREDE-FO²⁹ para os próximos quinze anos. No entanto, sabe-se que em virtude da volatilidade dos cenários econômicos e políticos, tanto de âmbito nacional quanto internacional, faz-se necessário que periodicamente as diretrizes, as metas e os objetivos sejam

²⁹ Os objetivos específicos deste plano são: 1) Atualizar e ampliar a base de dados regionais, anteriormente elaborada e divulgada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do COREDE-FO, de 2010, tendo como base os Perfis Socioeconômicos dos 28 COREDEs, elaborados pela SEPLAN em 2015. 2) Definir uma visão de futuro e ações estratégicas que apontem para o desenvolvimento e para a sustentabilidade regional. 3) Buscar as estratégias de desenvolvimento do COREDE-FO para determinação dos propósitos globais permanentes que servirão como base para realização do planejamento estratégico. 4) Identificar, em conjunto com a comunidade regional, os principais condicionantes, problemas e potencialidades setoriais e regionais, a partir da participação de diferentes atores sociais na construção e operacionalização de políticas de desenvolvimento regional. 5) Elaborar uma carteira/lista de projetos hierarquizada, contendo objetivos, justificativas, escopo, órgãos intervenientes, cronograma e estimativas de recursos.

revisados a fim de medir e ajustar os rumos conforme os objetivos até então alcançados.

A concepção de planejamento, conforme Siedenber (2010) até meados da década de 1940 estava estreitamente relacionada com procedimentos de cunho socialista. Porém, o sucesso de experiência de planificação em alguns países da Europa Ocidental e, sobretudo, nos Estados Unidos, difundiu gradativamente atividades de planejamento nas economias de (livre) mercado.

Não obstante, o sucesso do processo como um todo obviamente depende de fatores, sejam eles no estabelecimento dos segmentos que compõem a organização, para se criar um alinhamento dos processos gerenciais, tais como: 1) definir o melhor caminho para superar os desafios; 2) conhecer as ações para seu desenvolvimento eficaz; 3) que a auto-avaliação contínua alimente a eficácia dos seus processos e a efetividade dos resultados.

Figura 18 - Avaliação

Onde estamos?	Onde queremos ir?	Para onde as tendências nos “empurram”?
---------------	-------------------	---

Fonte: Garcia (2013, p 21)

O planejamento estratégico é um processo contínuo, envolvendo todo e qualquer tipo de complexidade; logo, se estabelece as potencialidades que ora são iguais, podendo também ser diferentes. Nesta esteira, Ackoff apresenta cinco partes desse planejamento nas quais estabeleceu enquadramento de conceitos dos mais diversificados, como se verifica no Quadro abaixo.

Quadro 9 – As partes do planejamento

Planejamento dos fins: estado futuro desejado (missão, propósitos, objetivos, desafios e metas).
Planejamento de meios: proposição de caminhos para organização, chegar ao futuro desejado (macroestratégicas, macropolíticas, estratégicas, políticas, procedimentos e práticas).
Planejamento organizacional: esquematização dos requisitos para poder realizar os meios propostos (estruturação da organização em unidades estratégicas de negócios);
Planejamento dos recursos: dimensionamento de recursos humanos e materiais, determinação da origem e aplicação de recursos financeiros (programas, projetos e planos necessários ao alcance do futuro desejado);
Planejamento de implementação e controle: corresponde à atividade de planejar o gerenciamento da implementação do empreendimento;

Fonte: Garcia (2013, p. 39)

Ademais, o Planejamento é interposto por setores de organização, tanto empresariais quando em um ambiente de serviços públicos, o que diz respeito à formulação de objetivos claros quanto a uma série de fatos, os quais, dentre os mais importantes são: cursos de ações e programas a serem seguidos para a consecução, obviamente levando-se em considerações fatores adversos ao processo; condições externas, ainda nesta ordem, definindo aonde e de que chegar com tais ferramentas implementadas e como a organização está para chegar na situação desejada.

POLÍTICA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No Estado do Rio Grande do Sul, a política de crescimento econômico está implementada como forma de desenvolvimento regional, os chamados Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES. Esse processo, dependendo da gestão à frente do executivo, apresenta seu desenvolvimento pleno, tendo como responsabilidade de assessorar os governos, su cedendo assim processos de decisões e ações que convergem na proteção das desigualdades regionais através dos índices mostrados no Estado. A divisão ocorre por três regiões, sul, nordeste e norte; além destas, os espaços foram divididos em 28 conselhos regionais de

desenvolvimento (COREDES), criados em 1994, com o objetivo de identificar obstáculos e priorizar potencialidades para fortalecer as microrregiões do Estado.

Conforme Richardson (1981, p. 34), se o interesse do analista é a pesquisa empírica, ele tem que trabalhar com as regiões administrativas adotadas pelos órgãos administrativos, pois somente são disponíveis dados das regiões reconhecidas oficialmente.

Quadro10 - Regiões do Rio Grande do Sul e seus Respective COREDES

METADE NORTE		METADE SUL	
NORDESTE	NORTE	SUL	
VALE DO TAQUARI	PRODUÇÃO	CAMPANHA	
HORTÊNSIAS	NORTE	FRONTEIRA OESTE	
SERRA	FRONTEIRA NOROESTE	CENTRAL	
LITORAL	MÉDIO-ALTO URUGUAI	RIO PARDO	
PARANHANA	NOROESTE COLONIAL	CENTRO-SUL	
VALE DO CAÍ	ALTO JACUÍ	SUL	
VALE DO RIO DOS SINOS	MISSÕES		
METROPOLITANO	NORDESTE		

Fonte: SEPLAG (2019)

Há de serem observadas as dinâmicas desse processo, no que tange ao aprofundamento dos processos de participação popular nas deliberações. Muitas vezes esses processos têm se esvaziados nos campos políticos por se tratar de um recurso financeiro à disposição após definições de agendas governamentais somente do papel da participação deliberativa popular. Não obstante a isso, ainda se tem gritantes diferenças regionais, observando os meios usados pelos conselhos, os processos que estão inseridos e propriamente a cultura de cada região.

Ademais, não se pode deixar de observar as dificuldades de funcionamento destes conselhos, como referido nos processos de inserções regionais, questões culturais e políticas. Ainda que para o melhor funcionamento dos processos o ideal seria não haver disputas políticas partidárias nestes processos, devem sim, ter motivações que trariam convergências dos interesses das regiões.

O que se vê que o Estado do Rio Grande do Sul promove experiências de grande monta nos processos deliberativos inseridos há anos e que se mantém nos dias de hoje. A experiência com os COREDES é uma forma de fazer o Governo central voltar-se para as reais necessidades das diferentes regiões do Estado, mostrando as realidades, como o COREDE-FO, que tem suas peculiaridades, como faixa de fronteira, setor primário forte, cidades-gêmeas de fronteira e muitas outras diferenças regionais que precisam ser analisadas de forma que possam ser vistas e lembradas nos processos de construção do desenvolvimento.

Contudo, a experiência gaúcha é de fato exemplar no que se refere aos processos de participação popular, pois reconhecer esse processo é de grande importância e faz jus à nossa Lei Magna, pois gera uma busca pela conscientização dos indivíduos, do seu papel institucional e ao mesmo tempo resguardando direitos e deveres, participando dos processos de decisões, do processo legislativo e, por conseguinte, do processo participativo.

Portanto, devem-se concentrar ações na garantia desse processo, que não se abra lacunas que possam a vir fragilizar os processos, observando a premissa principal de desenvolvimento regional, que se observa ser um dos problemas econômicos sociais do Estado, partindo daí soluções advindas da própria comunidade em questão, buscando assim não tão somente o equilíbrio social, dado que há mais de 20 anos se tem buscado o desenvolvimento através desse modelo de desenvolvimento regional.

Abriu-se nesse processo de desenvolvimento a criação de:

a) Conselhos e Participação Democrática: Mais precisamente no século XX sofrem-se grandes mudanças nos métodos de participação, partindo para a democratização dos processos de Governos, como conclui Gonzáles (2008), quando salienta que a política tem influência na economia, mas há necessidade de criação de entidades autônomas, independentes das organizações eminentemente políticas. Ainda nessa esteira, o autor corrobora com a questão de a influência da economia nas decisões políticas, com a utilização de índices técnicos. É um processo válido e tem contribuído para a estabilidade econômica; porém constata-se que, no Brasil e na maioria dos países da América Latina, o resultado, em longo prazo, tem, na realidade, contribuído para o aumento das diferenças sociais. Com a criação dos conselhos, percebe-se o debate voltado para as políticas de desenvolvimento da sociedade; nessa esteira, destaca-se que esta alternativa é relativamente nova no Brasil, tanto

para os entes públicos, por exemplo, no Governo Federal com a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), como para o Estado do Rio Grande do Sul, com a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES).

b) Comitês e Comissões: as diferentes formações dos órgãos colegiados de caráter consultivo dos governantes, além de ser mais um espaço de diálogos entre o Estado e a Sociedade, mudam o regime democrático representativo tradicional para ser um regime democrático participativo que, no Brasil está sendo implementado há cerca de 20 anos.

Portanto, correspondendo à organização de atores, com estratégias organizadas por todas as regiões do Estado e com busca do protagonismo da construção de um projeto de desenvolvimento e articulação através de iniciativas regionais, o processo funciona como um filtro entre as demandas da sociedade e as políticas governamentais.

ANÁLISE DAS ATAS DAS ASSEMBLEIAS

O processo de construção, a experiência participativa se justifica pelo atendimento ao que pese as discussões, as interlocuções de atores envolvidos sejam eles os da ponta com Municípios, Prefeitos, Vereadores e sociedade civil organizada se transformando em co-participação destes atores em conjunto a um processo de desenvolvimento, permitindo por si só a capacidade de influir sobre as necessidades e no fortalecimento dos sujeitos envolvidos, haja vista que é um COREDE de grandes proporções territoriais, onde se tem várias questões dentro da sua própria formação, até mesmo em saber lidar com a “crise de identidade”, já que vai da fronteira oeste até praticamente o pampa gaúcho.

As atas são instrumento que vislumbram uma radiografia das necessidades, verifica-se neste processo modelos de gestão participativa que são capazes de qualificar a assistência, possibilitando a valorização dos atores envolvidos em todas as esferas.

A gestão e as práticas profissionais têm capacidade de modificar o Sujeito e os padrões dominantes de subjetividade. Tem potencial pedagógico e terapêutico, portanto. Seja para criar dependência e impotência, seja para co-produzir autonomia, ampliando a capacidade de análise e de congestão das pessoas (CAMPOS, 2003, p. 15).

Logo, a diversidade de demandas dentro de uma única região mostra que em tempos reais era importante olhar mais para o todo sim, mas também focar nas particularidades, tais como: COREDE-FO basicamente pelo próprio nome diz é Região fronteira, com inúmeras cidades gêmeas, onde ainda que essencialmente na sua grande maioria agropecuária, o olhar para essa questão que é um fato, poderia haver algum tipo de alinhamento de gestão colaborativa internacional cuidando dessa transversalidade de realidades.

Ata nº 1: Realizada assembleia no dia trinta e um de maio de dois mil e dezesseis na cidade de **Barra do Quaraí**, dividida em três momentos: 1) esclarecimentos acerca de pontos facultativos referente ao modelo e interesse; 2) discussões sobre referências metodológicas a serem inseridas e colocadas em prática para o desenvolvimento do PED; 3) atualização do Conselho Municipal de Desenvolvimento – COREDE-FO para os próximos anos.

Foi discutida também a possibilidade da criação de uma rede de trabalho intermunicipal, sistematizando palavras e ações de médio a longo prazo. Colocada as questões referentes ao conteúdo para todos, o Presidente do COREDE-FO, o senhor Hugo Ximenes e professor mestre Alex Retamoso expuseram um pouco sobre este processo, da metodologia e os procedimentos da consulta popular, estabelecendo três dias de votações, cito dias quatro a sete de julho do corrente ano, já com seus delegados devidamente escolhidos.

Propostas eleitas pela assembleia:

- Secretaria de Desenvolvimento Rural: apoio ao acesso à internet e telefone no meio rural;
- Secretaria de Desenvolvimento Rural: apoio à agricultura familiar;
- Secretaria de Desenvolvimento Rural: apoio ao desenvolvimento da produção leiteira e da pecuária familiar;
- Secretaria de Desenvolvimento Rural: apoio à agroindústria familiar;
- Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer: Infraestrutura;
- Seduc;

Delegados escolhidos: Dois delegados titulares, José Silva Ramos e Juarez Maciel Galvão Júnior; Delegados suplentes, Hamilton Santos Rodrigues e José Protásio Silva Ramos.

Quadro 11 – Síntese das demandas da Ata n. 1

CIDADE	DEMANDAS ELEITAS POR ÁREAS	INSTITUIÇÕES	DELEGADOS TITULARES	DELEGADOS SUPLENTE
Barra do Quaraí	– Secretaria do desenvolvimento rural; - Secretaria do Turismo;	Legislativo municipal;	2 delegados	2 delegados

Fonte: Dados do autor

Ata nº 2: Realizada assembleia no dia um de junho de dois mil e dezesseis, na cidade de **Quaraí**, assembleia municipal referente ao PED (plano estratégico de desenvolvimento) e da consulta popular; Coordenada pelo Vereador senhor Claudio Bino; Presidente do COREDE-FO Hugo Ximenes, exemplificou os motivos da assembleia e abriu os debates; a assembleia contou com representante do Governo do Estado senhor Joel Moises. Logo, o Professor mestre Alex Retamoso expôs a metodologia e os processos dentro do conselho regional, reunidos secretaria da saúde e escolas.

Propostas eleitas pela assembleia:

- Formação Continuada;
- SETEL;
- SEAPI– Secretaria de agricultura, pecuária e irrigação;
- SDR;
- Secretaria estadual da cultura;

Delegados escolhidos: Rafael Refatti; Delegado suplente: Gislaine Martins.

Quadro 12 – Síntese das demandas da Ata n. 2

CIDADE	DEMANDAS ELEITAS POR ÁREAS	INSTITUIÇÕES	DELEGADOS TITULARES	DELEGADOS SUPLENTE
Quaraí	-Secretaria da educação; secretaria da agricultura; secretaria da cultura;	Legislativo municipal; Representante do Governo do Estado;	1 delegado	1 delegado

Fonte: Dados do autor

Ata nº 3: Realizada assembleia no dia dois de junho de dois mil e dezesseis, na cidade de **Santa Margarida do Sul**, referente ao planejamento estratégico COREDE-FO, iniciado pelo Presidente, Hugo Ximenes, contanto com representante do Governo do Estado, senhor Moisés Fontoura da Secretaria do Planejamento (SEPLAM). Logo, o professor Me. Alex Retamoso expôs sobre os procedimentos acerca da construção do PED, considerando algumas questões e colocando-se à disposição para maiores esclarecimentos à comunidade.

Propostas eleitas pela assembleia:

- SETEL – Infraestrutura e equipamentos para o bem-estar;
- SEAPI – apoio à cadeia produtiva de leite e da pecuária de corte;
- SDR – secretaria de desenvolvimento rural, apoio à agricultura familiar;
- SDR – apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar;

Delegados escolhidos: membro titular senhor José Luiz Seichard Lopes e suplente Viviane de Leão Dutra.

Quadro 13 – Síntese das demandas da Ata n. 3

CIDADE	DEMANDAS ELEITAS POR ÁREAS	INSTITUIÇÕES	DELEGADOS TITULARES	DELEGADOS SUPLENTE
Santa Margarida do Sul	- Secretaria de infraestrutura; - Secretaria de desenvolvimento rural;	Representante do Governo do Estado;	1 delegado	1 delegado

Fonte: Dados do autor

Ata nº 4: Realizada assembleia no dia dois de junho de dois mil e dezesseis, na cidade de **São Gabriel**, com discussões sobre a realização dos processos estratégicos para realização do PED e Consulta Popular. Presidente do COREDE-FO senhor Hugo Ximenes abriu os trabalhos, reiterando de forma inicial a metodologia a ser empregada; logo, falou o representante do Governo do Estado, da SEPLAM-RS Secretaria de Planejamento, senhor Moisés Fontoura. Finalizando, o professor mestre Alex Retamoso realizou suas considerações acerca da metodologia aplicada no PED. O Prefeito Municipal Roque Montanez fez suas considerações.

Propostas eleitas pela assembleia:

- SEC qualificação e financiamento da rede de atenção;
- SEFEL – infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber;
- SDR - apoio e ampliação da infraestrutura rural;
- SEAPI – correção e manutenção do solo;
- SEDUC - formação ampliada, prática pedagógica;

Delegados escolhidos: delegados titulares – João Carlos Bisogno, Carlos Alberto Xavier Garcia, Zenon de Freitas Rodrigues, Ladislê Ferreira, Marcos José Rodrigues, Silval Silva Ferreira, Renata Southall; Membros suplentes - Valdeci Ramos Rodrigues

Quadro 14 – Síntese das demandas da Ata n. 4

CIDADE	DEMANDAS ELEITAS POR ÁREAS	INSTITUIÇÕES	DELEGADOS TITULARES	DELEGADOS SUPLENTE
São Gabriel	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria da saúde; - Secretaria da agricultura; - Secretaria da educação; - Secretaria de infraestrutura; 	Representante do Governo do Estado;	8 delegados	1 delegado

Fonte: Dados do autor

Ata nº 5: Realizada assembleia no dia três de junho de dois mil e dezesseis, na cidade de **Uruguaiana**, com exposição das estratégias referente ao PED-FO e Consulta Popular. Contou com presenças de autoridades locais, como o Prefeito em atividade, senhor Luiz Augusto Schineider e o Presidente da Câmara, senhor Irani Coelho e representando o COMUDE senhor Jorge Prestes Lopes. Aberta a assembleia pelo presidente do COREDE-FO Hugo Ximenes; logo, o Professor mestre Alex expôs os procedimentos a serem adotados sobre o PED bem como a metodologia usada e futura concretização do plano.

Propostas eleitas pela assembleia:

- SEAPI – melhoramento de estradas vicinais;
- SEAPI - apoio à cadeia de leite e de pecuária de corte;

- SEC – qualificação e financiamento da rede de atenção – consolidando a regionalização da saúde;

SEFEL – qualificação profissional e empresarial;

SETEL - infraestrutura e equipamentos;

Delegados escolhidos: membros titulares Vilmar Brum Carbajal, Eugênio Fernandes de Cunha; Fernando Martins de Menezes, Mário Adelaide R. de Frutas, Miguel Fernandes de Almeida Lemos, Marlene Valau Vargas, Luis Claudio da Rosa, Vander Manoel Freitas Correa, Saionara Marques, Maiara Golem, Mario Fernando, Diego Roque; Membros suplentes: Paulo da Rosa, Olivia OnaEscolante, Ismael Junior, Maria Vieira, Renato Correa, Taciene Maciel Saruba, Felisberto Soares. Assembleia registro de Público - 394 pessoas.

Quadro 15 – Síntese das demandas da Ata n. 5

CIDADE	DEMANDAS ELEITAS POR ÁREAS	INSTITUIÇÕES	DELEGADOS TITULARES	DELEGADOS SUPLENTE
Uruguaiana	- Secretaria de infraestrutura; - Secretaria da agricultura; - Secretaria da saúde;	Executivo Municipal; Legislativo municipal; COMUDE;	12 delegados	6 delegados

Fonte: Dados do autor

Ata nº 6: Realizada assembleia no dia três de junho de dois mil e dezesseis, na cidade de **Rosário do Sul**; na oportunidade ficaram expostas a metodologia da estratégia e planejamento COREDE Fronteira Oeste da consulta popular. A assembleia contou com a participação de algumas autoridades locais, como a Prefeita em atividade e demais secretários.

O senhor Presidente do COREDE FO, senhor Hugo Ximenes, fez a explanação inicial; em seguida falou o professor Alex Retamoso, do qual fez uso dessa oportunidade por expor a metodologia em questão envolvida no PED. Abriu-se a palavra para os demais ouvintes.

Propostas eleitas pela assembleia:

- SEAPI – correção, recuperação e manutenção do solo;
- SEAPI – melhoramento das estradas vicinais;

- SDR - apoio e ampliação da infraestrutura rural;
- SETEL – infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber;
- SES – secretaria da saúde, qualificação e financiamento da rede de atenção, consolidação da regionalização da saúde;

Delegados escolhidos: membros titulares, Camila CanestriniCaceres, Claudia FolettoFelin, Adelaide Tonwunsend Nunes, Fabio Paz da Rosa, Fernanda Figueiredo Prates, Luzardo da Silva; Como membros suplentes: Nubbia Carvalho, Lais Freitas, Otavio Augusto Leões Mattos, Fabio Franzotti de Souza, Janete Ruffo Gonçalves.

Quadro 16 – Síntese das demandas da Ata n. 6

CIDADE	DEMANDAS ELEITAS POR ÁREAS	INSTITUIÇÕES	DELEGADOS TITULARES	DELEGADOS SUPLENTES
Rosário do Sul	- Secretaria de infraestrutura; - Secretaria de desenvolvimento; - Secretaria da saúde;	Executivo municipal; Secretários municipais;	6 delegados	5 delegados

Fonte: Dados do autor

Ata nº 7: Realizada assembleia no dia seis do seis de dois mil e dezesseis, na cidade de **Maçambará**, assembleia sobre a ratificação da metodologia do PED e da Consulta Popular. Participaram algumas autoridades, como o Senhor Prefeito Alberico e a Vice-Prefeita Adriane Scharanm, representante da EMATER, o senhor Leonardo Veira, secretário da agricultura Darlei Talhaferro, representando a câmara de vereadores a Vereadora Leda Maty, Claudia Martins e presidente do COMUDE, Juliana. A assembleia foi aberta pelo senhora presidente do COMUDE, Juliana de Souza Silva; logo, houve a fala da Vice-Prefeita Adriana Scharanm, passada a reunião a ser presidida pelo senhor Presidente do COREDE-FO, Hugo Ximenes, precedida a fala do professor Alex Retamoso, que expôs a metodologia que seria adotada no que tange a construção do PED. Abriu-se a todos para as discussões. Secretarias contempladas na assembleia.

Propostas eleitas pela assembleia:

- SEAPI – apoio a cadeia produtiva e de pecuária familiar;
- SDR – apoio ao desenvolvimento da produção leiteira e de pecuária familiar;

- SDR – apoio à agricultura familiar;
- SEAPI - apoio a cadeia produtiva de fruticultura;
- SEDAC – programa conexão (rede intermunicipal de cultura);

Delegados escolhidos: membro titulares senhora Elizangela Ristow Fernandes, Douglas Souza da Silva; Membros suplentes: Sanandra Burger e Leo Flores.

Quadro 17 – Síntese das demandas da Ata n. 7

CIDADE	DEMANDAS ELEITAS POR ÁREAS	INSTITUIÇÕES	DELEGADOS TITULARES	DELEGADOS SUPLENTE
Maçambará	<ul style="list-style-type: none"> - secretaria da agricultura; - secretaria do desenvolvimento rural; - secretaria da cultura; 	Executivo Municipal, Prefeito e Vice-prefeita; Representante da EMATER; Presidente do COMUDE; Poder Legislativo Municipal;	3 delegados	2 delegados

Fonte: Dados do autor

Ata nº 8: Realizada assembleia no dia seis de fevereiro de dois mil e dezesseis, na cidade de **Itaqui**. Reunião junto ao CDL local, com objetivo de ratificar a metodologia da consulta popular e do plano estratégico de desenvolvimento. Contou com a presença de autoridades, Prefeito Gil Marques Filho, secretário de saúde Gian Muniz.

Aberta a assembleia pelo presidente do COREDE-FO Hugo Ximenes, feitas as considerações iniciais, passou-se a palavra para o Professor Alex Retamoso, que falou sobre a metodologia e as temáticas do PED fronteira oeste.

Propostas eleitas pela assembleia:

- SES – qualificação e financiamento da rede de atenção;
- SEDUC – Educação básica;
- SEAPI - melhoramento de estradas vicinais;
- SDR – apoio à agricultura familiar;
- SETEL – infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber;

Delegados escolhidos: Membros titulares Magali Engers dos Santos e Ademar Lemen, tendo como suplentes, Rosa Dornelles Mike, Lisiane Steibel Tabajara.

Quadro 18 – Síntese das demandas da Ata n. 8

CIDADE	DEMANDAS ELEITAS POR ÁREAS	INSTITUIÇÕES	DELEGADOS TITULARES	DELEGADOS SUPLENTE
Itaqui	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria da saúde; - Secretaria da educação; - Secretaria da agricultura; Melhoramento de estradas vicinais - Secretaria do desenvolvimento rural; Apoio à agroindústria familiar - Secretaria Turismo Esporte e Lazer - Infraestrutura e equipamentos turísticos; 	<ul style="list-style-type: none"> Executivo municipal; Secretário municipal da saúde; 	2 delegados	2 delegados

Fonte: Dados do autor

Ata nº 9: Realizada assembleia no dia sete de junho e dois mil e dezesseis, na cidade de **Itacurubi**, reuniram-se na câmara de vereadores a fim de apresentar a metodologia da consulta popular e do PED. A assembleia foi conduzida inicialmente pelo presidente do Corede senhor Hugo Ximenes, logo precedida da fala do presidente, o professor Alex Retamoso, apresentando o PED.

Propostas eleitas pela assembleia:

- SEDUC – educação básica, proporcionar educação continuada em todos os níveis;
- SEAPI – melhoramento das estradas vicinais;
- SEAPI – apoio a cadeia produtiva de leite e da pecuária de corte;
- SEAPI – correção, recuperação e manutenção do solo;
- SDR – apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar;

Delegados escolhidos: membros titulares, VaniseDisconzi Guerra, Carla Soares Pavão; Membros suplentes José Luiz Santos Nogueira e Luana Pinto Cardoso.

Quadro 19 – Síntese das demandas da Ata n. 9

CIDADE	DEMANDAS ELEITAS POR ÁREAS	INSTITUIÇÕES	DELEGADOS TITULARES	DELEGADOS SUPLENTE
Itacurubi	- Secretaria da educação; -Secretaria da agricultura; - Secretaria do desenvolvimento rural;	Secretários Municipais;	2 delegados	2 delegados

Fonte: Dados do autor

Ata nº 10: Realizada assembleia no dia sete de junho do ano de dois mil e dezesseis, na cidade de **São Borja**, realizada na câmara municipal de vereadores da localidade com a comitiva do COREDE da fronteira oeste e público distinto. Com vistas a consulta popular e o PED, a plenária contou com a presença do senhor presidente do COREDE, Hugo Ximenes, Prefeito, e senhor presidente da câmara, senhor Tiago Cadó, vereadores senhor Roque Feltrin, diretor da Unipampa, campus São Borja, o Professor Dr. Ronaldo Colvero, secretariado municipal e demais pessoas. Feita as ressalvas, a palavra passou ao Professor Alex Retamoso; este, na condição de expositor fez esclarecimento referente ao PED; feitas as ressalvas pertinentes, passou-se a ouvir o público em geral. Não havendo questionamentos, passou -se a escolha das demandas presidida pelo presidente do COREDE que no dia quinze de junho seria defendido na assembleia regional na cidade de Uruguaiana.

Na oportunidade, ficou destacada a presença de um público voltado e direcionado à proposta do planejamento regional, como exemplo, a integração da Unipampa campus São Borja.

Propostas eleitas pela assembleia:

- SDR – apoio ao desenvolvimento da produção leiteira e da pecuária familiar;
- SDR – apoio à agroindústria familiar;
- SETEL – infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber;

- SEDUC – formação continuada, ressignificando a prática pedagógica da rede pública estadual;

- SES - qualificação e financiamento da rede de atenção, consolidando e regionalização da saúde;

Delegados escolhidos: membros titulares Cláudio Fernando Mendes Gomes, Cláudio Gabriel Soares Araújo, Floriano Silva Fontoura, Adilce Woiciechoski, Alex Fabian Pinto, Hamilton de Lima e Souza, como membros suplentes, Moises Nascimento Lopes.

Quadro 20 – Síntese das demandas da Ata n. 10

CIDADE	DEMANDAS ELEITAS POR ÁREAS	INSTITUIÇÕES	DELEGADOS TITULARES	DELEGADOS SUPLENTE
São Borja	- Secretaria de desenvolvimento rural; - Secretaria da cultura; - Secretaria da educação; - Secretaria da saúde;	Executivo Municipal, Prefeito; Legislativo, Vereadores;	6 delegados	1 delegado

Fonte: Dados do autor

Ata nº 11: Realizada assembleia no dia dez de junho de dois mil e dezesseis, na cidade de **Manoel Viana**, na câmara de vereadores, com a comitiva do COREDE e público distinto, com vistas a expor a consulta popular e o PED. A assembleia contou com a presença da presidente da câmara de vereadores, Luiza Tamara R. Soares, assembleia aberta pelo presidente do Corede, Hugo Ximenes. Feita as ressalvas pertinentes, a assembleia passou a ser discutida por intermédio do Professor Alex Retamoso, este na condição de expositor, que fez esclarecimentos referentes ao PED. Feitas as ressalvas pertinentes, foi aberta ao público a oportunidade de manifestar possíveis questionamentos em referência ao exposto. Voltando a ser conduzido pelo presidente, ao esclarecer a metodologia da consulta popular, passou-se para a comunidade a escolha das demandas a serem contempladas.

Propostas eleitas pela assembleia:

-SDR - apoio à agroindústria familiar;

- SEAPI - melhoramento de estradas vicinais;
- SDR – apoio ao desenvolvimento da produção leiteira e da pecuária familiar;
- SEAPI - correção do solo e manutenção do solo;

Delegados escolhidos: membros titulares Jocelmar Lopes Araujo. Luiza Andreia Meus dos Santos, membros suplentes, Leandro FilipinVezzosi, Rafael Assempção Crescencio.

Quadro 21 – Síntese das demandas da Ata n. 11

CIDADE	DEMANDAS ELEITAS POR ÁREAS	INSTITUIÇÕES	DELEGADOS TITULARES	DELEGADOS SUPLENTE
Manoel Viana	- Secretaria de desenvolvimento rural; - Secretaria Agricultura, Pecuária e Irrigação	Legislativo Municipal, Presidente da Câmara;	2 delegados	2 delegados

Fonte: Dados do autor

Ata nº 12: Realizada assembleia no dia dez de junho de dois mil e dezesseis, na cidade de **Alegrete**, no Salão da Universidade da Região da Campanha com a comitiva da consulta popular e do PED – Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Regional da Fronteira Oeste. A assembleia foi aberta pelo Senhor Presidente do COMUDE Senhor Emerson Rizzati e na mesa se fizeram presentes a Senhora Maria Mulazani, a Vice-Prefeita da localidade, o Senhor Prefeito Municipal e o representante da Câmara de Vereadores, o Senhor Marcio do Amaral, o Presidente do COREDE-FO, Senhor Hugo Ximenes; este, na condição de Presidente do Corede, fez suas considerações e suas ressalvas referente à metodologia estabelecida na consulta popular, a Senhora Vice-Prefeita fez uma breve explanação estimulando no sentido de fazer referências diretas para com o planejamento em questão. O Senhor Presidente Hugo Ximenes, na sequência passou a palavra ao Senhor Professor, Mestre Alex Retamoso, que fez referências a metodologia aplicada no PED 2015-2030. Feita a exposição, a assembleia repassou a oportunidade para que a comunidade para possíveis dúvidas. Nada havendo, a assembleia passou a escolha das demandas de interesse da localidade.

Propostas eleitas pela assembleia:

-SES – qualificação e financiamento da rede de atenção; considerando a regionalização da saúde;

- SES – qualificação e financiamento da rede de atenção;

- SETEL – infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber;

- SDR – apoio ao desenvolvimento da produção leiteira e da pecuária familiar;

- SEAPI – secretaria de agricultura, pecuária e irrigação – melhoramento de estradas vicinais;

Delegados escolhidos: membros titulares Gildo Almani da Silva Freitas, Lincoln Edgar Nunes Bastiani, José Costenaro Aurélio, Alberto Pinheiro Machado Prates; Membros suplentes Fernando Escobar Rolhano, Teresinha de Fatima M. de Meneses, Cleci Nunes Bastiani, Sirlei Fatima Prado, Clodoaldo Soares Rodrigues e Jaqueline Albano.,

Quadro 22 – Síntese das demandas da Ata n. 12

CIDADE	DEMANDAS ELEITAS POR ÁREAS	INSTITUIÇÕES	DELEGADOS TITULARES	DELEGADOS SUPLENTE
Alegrete	- Secretaria da Saúde, - Secretaria de Turismo Esporte e Lazer; - Secretaria de Desenvolvimento Rural; - Secretaria Agricultura, Pecuária e Irrigação	Legislativo Municipal, Presidente da Câmara; Executivo Municipal; Presidente COREDE;	6 delegados	6 delegados

Fonte: Dados do autor

Ata nº 13: Realizada assembleia no dia dez de junho de dois mil e dezesseis, na cidade de **Santana do Livramento**, no IFF de Santana do Livramento com a comitiva da Consulta Popular e do Planejamento Estratégico e Desenvolvimento da Fronteira Oeste. A assembleia foi aberta pelo Senhor Representante do COMUDE, o senhor Carlos Evangelista R. Gonzalez; a seguir, a palavra passou para o senhor Hugo Ximenes. Feitas as ressalvas para iniciar a plenária, a reunião passou-se a ser

presidida pelo senhor Professor Me. Alex Retamoso que, e na condição de expositor, esclareceu a metodologia do PED. Feita a exposição, consultada a comunidade para possíveis dúvidas, nada havendo a assembleia passou a ser conduzida pelo Presidente do COREDE-FO. Na sequência, a assembleia escolheu as secretarias prioritárias.

Propostas eleitas pela assembleia:

- SES – qualificação e financiamento da rede de atenção;
- SEDAC – programa conexão rede intermunicipal de cultura;
- SEDUC – aplicações diretas: Execução pela própria SEDUC; Formação continuada, ressignificando a prática pedagógica da rede estadual;
- SEAPI – Melhoramento de estradas vicinais;
- SDR – Apoio à agroindústria familiar;

Delegados escolhidos: membros titulares Viviane Maciel de Avila, Sorai Rivero;
Membros suplentes Vera Maria dos Reis Gonçalves e Glaci de Barros;

Quadro 23 – Síntese das demandas da Ata n. 13

CIDADE	DEMANDAS ELEITAS POR ÁREAS	INSTITUIÇÕES	DELEGADOS TITULARES	DELEGADOS SUPLENTE
Santana do Livramento	- Secretaria da Saúde, - Secretaria de Cultura - Secretaria de Educação - Secretaria Agricultura, Pecuária e Irrigação - Secretaria de Desenvolvimento Rural;	Presidente COREDE; Presidente do COMUDE.	2 delegados	2 delegados

Fonte: Dados do autor

O que se mostra diante desses longos anos de orçamento participativo, hoje consulta popular, foram as evoluções no sentido amplo da palavra, no que se refere às demandas prioritárias das regiões. Também mostra evoluções, dado que neste último período desde o PED, o que vem ganhando justamente são as necessidades reais. Cita-se a fala do Presidente do COREDE: “não os grupos articulados, da

Educação, da Segurança, que obviamente tem suas carências, mas que já são protegidos pela Constituição Estadual, onde prevê recursos para suas necessidades, obviamente há carências porém, há muitos anos o orçamento da Consulta era articulados para essas direções; hoje, como vimos na fala do presidente do COREDE-FO à época do PED ele fala: “refiro-me às 28 regiões, tem feito esse debate de não esquecer o que está no planejamento estratégico - PED, e muitas vezes o que que acontece, os Governos assumem e querem implementar a sua política, esquecendo que tem todo um processo de discussão e que pode ser implementado e para nós isso é muito caro. Nossos projetos não são projetos de 4 anos, são projetos da região e que as vezes é sonho, mas se não sonhar não consegue implementar e o grande problema nosso é a questão de recursos e que às vezes tem retrocessos, tem que voltar todo um processo de novo de discussão para buscar parceiros para continuar isso.” Logo, mostra um compromisso de fazer valer a vontade dos municípios que são essencialmente agrícolas, analisando o gráfico das demandas mais votadas, ou seja, o que realmente as comunidades esperam do investimento corrobora com toda essa narrativa de desenvolvimento regional lá prevista no PED-2017, de que o desenvolvimento regional, a agricultura estão se mantendo nos topo das prioridades, ante a educação, segurança e também por anos a saúde, já que isso o Estado tem compromisso constitucional de garanti-los.

Apresenta-se, a seguir, um gráfico com a síntese das demandas presentes nas atas.

Figura 18 – Demandas presentes nas Atas



Fonte: Autor (2020)

Foram aplicados questionários em três municípios ao entorno de São Borja, com realidades socioeconômicas diferentes, porém dentro do COREDE-FO. Na sua totalidade, tem-se conhecimento da existência e funcionamento dos Conselhos bem como, da importância do mesmo no desenvolvimento da Região; logo, das suas inserções por meio das audiências públicas e da própria atuação dos COMUDES.

As prefeituras participam dos processos, das arenas de decisórias, acreditando que a participação do Governo do Estado esteja de forma efetiva nos processos nesses últimos anos, quando se referem a participação popular, ainda que haja registros de uma baixa procura e interesse, os mesmos analisam pelo prisma que se tem uma boa participação e em sua maioria essa questão do orçamento da Consulta é comandada por servidores comissionados. Em sua massiva maioria, elencam como demandas prioritárias a agricultura como maior beneficiário dos recursos, seguidos pela saúde e segurança pública.

Entretanto, quando se fala em construção de políticas públicas versus conselhos de desenvolvimento há queixas de carência de auxílio na construção de demandas, refletido no baixo apoio dos mesmos no processo de construção de políticas para essas localidades. Com relação ao próprio PED, ainda que a consulta, ou seja, o próprio Governo vem vinculando o mesmo na propositura das propostas e escolhas de demandas, há de ser observado que Municípios não tem conhecimento do mesmo; logo, se pressupõe que este não auxilia nas suas respectivas gestões.

RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS: PREFEITURAS

Tabela 1 – Questão 1: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO

Conhece o trabalho do COREDE-FO?

Respostas
Sim.
Sim, através do trabalho desenvolvido na região e pelas conquistas que ajudam a nossa comunidade.
Sim, desde 1996 como presidente da ACISB, participei pela primeira vez das assembléias.

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 2 – Questão 2: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO

Na sua visão, como classifica a atuação do COREDE-FO como um órgão de assessoramento para desenvolvimento no âmbito municipal e regional?

Respostas

De grande importância, tendo em vista que cumpre o seu objetivo de promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional.

No âmbito municipal, o trabalho é realizado em conjunto com o COMUDE e também com os demais órgãos do município, sendo bastante produtivo e acessível e na forma regional da mesma forma, porque existe o diálogo entre os COMUDES, Câmara de Vereadores, Prefeituras e demais segmentos da sociedade que fazem parte desse processo democrático.

Importante, porque consegue reunir as forças vivas da cidade, entidades, população e órgãos públicos, com objetivo de verificar demandas e buscar os recursos para estes fins.

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 3 – Questão 3: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO

O seu município e sua região têm se beneficiado pela atuação do COREDE-FO?

Respostas

Sim.

Sim, o nosso município todos os anos tem participado, se mobilizado em busca de recursos e melhorias para a nossa cidade através dessa parceria com o COREDE Fronteira Oeste.

Sim, mas não no volume de recursos desejáveis.

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 4 – Questão 4: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO

O apoio oferecido pelo COREDE-FO é satisfatório pensando em desenvolvimento municipal e regional?

Respostas

Sim.

O apoio do COREDE-FO é fundamental para o nosso desenvolvimento como município e região porque é através desse elo de ligação que conquistamos muito mais que recursos; em conjunto, são elaborados os Planos Estratégicos de desenvolvimento da região aos quais todos temos acesso e espaço para opinar e propor as melhorias de nossa região como um todo.

Sim, porque desempenha bem o seu papel na organização e realização das assembleias junto aos municípios

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 5 – Questão 5: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO

As secretarias municipais participam das reuniões e assembleias do COREDE-FO?

Respostas

Sim.

A parceria entre o COREDE e os COMUDE's são fundamentais para a participação dos órgãos municipais, que auxiliam na organização e na mobilização da comunidade em prol do desenvolvimento regional.

Sim, sempre são enviados representantes de cada secretaria.

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 6 – Questão 6: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO

Como na sua visão classifica a atuação dos conselheiros do COREDE-FO?

Respostas

Muito boa.

Os conselheiros, através dessa mobilização são escolhidos democraticamente nas assembleias e regionais e tem um papel fundamental no processo, já que através deles são definidas as áreas que serão prioritárias a cada processo e também vão à assembleia definir as células de votação que irão para as comunidades escolherem os projetos que serão beneficiados a cada consulta.

Muito boa, representam bem os municípios da fronteira oeste.

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 7 – Questão 7: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO

No que se refere à esfera Estadual, como vê a participação do Governo do Estado nestes processos?

Respostas

Boa.

O governo estadual ao realizar o processo, primeiramente está cumprindo o seu papel como governo e também está seguindo a Lei Estadual que estabelece que a Consulta seja realizada todos os anos, para auxiliar o próprio Estado a atender demandas de comunidades, que, sem este processo, dificilmente seriam atendidas, portanto sem a vontade política não existe o processo, por isso ele se torna muito mais amplo e importante

para todos e em especial para essas comunidades que precisam da presença mais efetiva do Estado. Por isso essa participação é fundamental.

Nos últimos governos considero que tenha sido positiva, porque estão cumprindo o repasse das verbas, mesmo que sejam poucas. Antigamente, as quantias aprovadas eram maiores, mas não havia a liquidação das mesmas.

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 8 – Questão 8: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO

Existem servidores (comissionados ou do quadro permanente) que cuidam dos processos referentes ao COREDE? Qual desses está destacado para essa função em sua gestão?

Respostas

Sim, uma servidora efetiva (Vanessa Braga) e um servidor comissionado (Louricio Bittencourt).

O COMUDE é nomeado pelo executivo que cuida de todo o processo, com a sua equipe eles mobilizam os demais setores públicos e também a comunidade, servindo voluntariamente para o objetivo de auxiliar o município no processo da Consulta e trabalhando arduamente em busca de recurso para o município. É um trabalho digno e valoroso, já que os mesmos não recebem renda extra para esta participação.

Sim, o servidor Reinando José Menezes Garcia.

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 9 – Questão 9: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO

Nos últimos 4 (quatro) anos, quais recursos captaram via COREDE-FO? Podem citar alguns?

Respostas

Recursos para a área de saúde, agroindústria familiar e segurança pública.

Nos últimos quatro anos, vários foram os recursos para o município e região, entre eles podemos citar...

Vieram recursos para saúde (veículos e obras), para o hospital Ivan Goulart (obras e equipamentos e), para o desenvolvimento do turismo (desenvolvimento regional) e agricultura (agricultura familiar)

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 10 – Questão 10: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO

A participação popular na formulação das demandas do COREDE, como você vê essa questão neste processo?

Respostas

Possuímos uma boa participação popular.

A participação é coletiva, é democrática e por isso ela é importante e respeitada por todos. As demandas são frutos do Plano Estratégico que, conforme foi abordado antes, é elaborado com a participação de todos os seguimentos de nossa comunidade, por isso ele se tornou um norte, uma referência para termos sempre demandas que de fato visam o desenvolvimento local e regional.

Importante e essencial, visto as pessoas saberem que, ao votar num projeto, estão ajudando na busca de recursos para sua região e município.

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 11 – Questão 11: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO

O COREDE-FO influencia na formulação de políticas públicas na sua região? O COREDE-FO auxilia o COMUDE em seu município?

Respostas

Não há influência e sim auxílio para definição das políticas que beneficiem todos os municípios da região de forma harmônica. OCOMUDE recebe auxílio do COREDE-FO sempre que solicitado.

Ao realizar o processo democrático, a consulta passa a ser uma ferramenta em prol das políticas públicas porque envolve setores produtivos ou de serviços que são importantes para o nosso desenvolvimento; por isso, somos cientes da importância do COREDE-FO e também desse trabalho voluntário realizado pelo nosso COMUDE e que sem essa parceria parte desse processo seria totalmente prejudicado.

Não, mas auxilia em algumas ações.

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 12 – Questão 12: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO

Conhece o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2015-2030? Utiliza o mesmo no planejamento na sua gestão?

Respostas

Não.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento hoje, é como citamos anteriormente, ele é o nosso guia, todos os municípios participaram na sua elaboração; por isso, ele é de suma importância quando falamos em Consulta e em desenvolvimento regional. O Plano faz parte de nossa gestão porque está inserido em nossas políticas públicas de desenvolvimento como, por exemplo, na agricultura familiar e fomento de projetos que visem uma melhor qualidade de vida para os nossos municípios.

O plano é usado mais no âmbito dos COREDES. É o que baliza a sua atuação.

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 13 – Questão 13: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO

Quais as secretarias do Estado, bem como Ministérios que sua gestão tem mais interlocuções/diálogos?

Respostas

Com a secretaria de agricultura, pecuária e desenvolvimento rural.

Hoje temos um diálogo com todas as secretarias do Estado, somos bem recebidos por todos os setores aos quais recorremos quando necessário e isso varia conforme essa necessidade. A distância não nos impede de buscarmos esse diálogo e a dificuldade que temos por nossa localização faz com que cada vez mais se busque essas fontes para auxiliar em várias demandas de nosso município.

Secretaria do Desenvolvimento Regional, da Agricultura e Transporte.

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 14 – Questão 14: Prefeitos (as), Vice-Prefeitos (as) e Secretários (as) – COREDE-FO

Conhecem o Ministério do Desenvolvimento Regional? Possuem algum tipo de relação com este Ministério?

Respostas

Sim, no ano de 2020 fomos contemplados com uma emenda parlamentar com recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Regional que será utilizado para pavimentação asfáltica.

O Ministério do Desenvolvimento Regional é um órgão importante para a nossa região e logicamente para o nosso município. Em virtude da importância de nossa região para a União, temos uma grande produção de grãos, uma

pecuária forte, mas também temos nossas dificuldades como, por exemplo, as cheias de nossos rios que castigam o nosso solo, mas é tão fundamental para a sustentabilidade de nosso povo. Temos muito potencial, mas também temos nossas carências por isso, o diálogo com o Ministério é fundamental seja, em tempos de crise ou em busca de recursos para o desenvolvimento de nosso município e claro de nossa região.

Sim, por meio da defesa civil.

Fonte: Dados da pesquisa

Apresenta-se, a seguir um quadro sinóptico das respostas dos gestores.

Quadro 20 – Sinopse das respostas dos questionários

Pergunta	Prefeitura 1	Prefeitura 2	Prefeitura 3
1. Conhece o Trabalho do Corede-Fo	Sim	Sim, pelas conquistas que ajudam a comunidade	Sim, como presidente da ACISB
2. Como classifica o COREDE-FO	De grande importância, cumpre o seu objetivo	Fundamental, porque trabalha com os órgãos do município	Importante porque consegue unir as forças vivas da população
3. O seu município e sua região têm se beneficiado pela atuação do COREDE-FO?	Sim.	Sim. Tem se mobilizado em busca de recursos em parceria com o COREDE	Sim, mas não no volume de recursos desejáveis
4. O apoio oferecido pelo COREDE-FO é satisfatório pensando em desenvolvimento municipal e regional?	Sim	É fundamental para o desenvolvimento do município.	Sim, porque desempenha bem o papel na organização e realização das assembleias.
5 As secretarias municipais participam das reuniões, assembleias do COREDE-FO?	Sim	A parceria entre o COREDE e os COMUDE's são fundamentais para a participação dos órgãos municipais	Sim, sempre são enviados representante de cada secretaria
6. Como na sua visão classifica a atuação dos conselheiros do COREDE-FO?	Muito boa.	Tem um papel fundamental no processo, já que através deles são definidas as áreas que serão prioritárias a cada processo	Muito boa, representam bem os municípios da fronteira oeste
7. No que se refere a esfera Estadual, como vê a participação do Governo	Boa.	Essa participação é fundamental.	Positiva, porque estão cumprindo o repasse das

do Estado nestes processos?			verbas, mesmo que sejam poucas
8. Existem servidores (comissionados ou do quadro permanente) que cuidam dos processos referentes ao COREDE? Qual desses está destacado para essa função em sua gestão?	Sim, uma servidora efetiva e um servidor comissionado	É um trabalho digno e valoroso já que os mesmos não recebem renda extra para esta participação.	Sim
9. Nos últimos 4 (quatro) anos quais recursos captaram via COREDE-FO? Podem citar alguns?	Recursos para a área de saúde, agroindústria familiar e segurança pública.	Vários	Vieram recursos para saúde, para o desenvolvimento do turismo e agricultura
10. A participação popular na formulação das demandas do COREDE, como você vê essa questão neste processo?	Possuímos uma boa participação popular	A participação é coletiva, é democrática e por isso ela é importante e respeitada por todos.	Importante e essencial.
11. O COREDE-FO influencia na formulação de políticas públicas na sua região? O COREDE-FO auxilia o COMUDE em seu município?	Não há influência e sim auxílio para definição das políticas	A consulta passa a ser uma ferramenta em prol das políticas públicas porque envolve setores produtivos e de serviços que são importantes para o nosso desenvolvimento	Não, mas auxilia em algumas ações
12. Conhece o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2015-2030? Utiliza o mesmo no planejamento na sua gestão?	Não.	O Plano faz parte de nossa gestão porque está inserido em nossas políticas públicas de desenvolvimento	O plano é usado mais no âmbito dos COREDES. É o que baliza a sua atuação.
13. Quais as secretarias do Estado, bem como Ministérios que sua gestão tem mais interlocuções/diálogos?	Com a secretaria de agricultura, pecuária e desenvolvimento rural.	Temos um diálogo com todas as secretarias do Estado,	Secretaria do Desenvolvimento Regional, da Agricultura e Transporte
14. Conhecem o Ministério do Desenvolvimento Regional? Possuem algum tipo de relação com este Ministério?	Sim, no ano de 2020 fomos contemplados com recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional que será utilizado para pavimentação asfáltica.	O Ministério do Desenvolvimento Regional é um órgão importante para a nossa região e logicamente, para o nosso município	Sim, por meio da defesa civil

ENTREVISTA – PRESIDENTE DO COREDE-FO (DURANTE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PED – 2017)

LEONARDO – Sabemos que o Senhor está envolvido como Presidente do COREDE. Gostaria de ver como o Sr. pensa esse assessoramento que o COREDE dá: ele é “lincado” com desenvolvimento regional ou é um assessoramento para adquirir recursos

PRESIDENTE DO COREDE- na realidade, ultimamente eu tenho visto a preocupação com o desenvolvimento regional. Antes, a disputa era pelo período da consulta e eu acho que isso mudou um pouco quando a gente conseguiu trabalhar o último PED e ele estava “lincado” com a Consulta Popular, fez com se pensasse a longo prazo. Na realidade tu não participou, como, por exemplo, a segurança e a educação da discussão do PED, isso fez com que depois esses viessem, tanto é que eles ficaram dois anos fora da discussão; eles vinham querendo participar isoladamente e aí tiveram que fazer o dever de casa, foi sem dúvidas uma “jogada boa” que se teve.

O PED, conseguiu-se o recurso no Governo Tarso e implementou no Governo Sartori, e conseguiu “lincar” isso de que não era só fazer o PED, era ter um processo de obrigação, pois se viu não somente em nossas regiões e sim em outras regiões, órgãos de governo só participavam da discussão do COREDE na questão do desenvolvimento quando tinha discussão de recursos para o orçamento. Então isso agora para nós tem melhorado, não é o ideal, mas o pessoal está vindo, porque quando vai discutir a questão do orçamento tem que estar “lincado” com a questão do desenvolvimento e o PED com aquilo que a Região pensou para o período.

LEONARDO – então os municípios direta ou indiretamente são beneficiados, porque foram beneficiados devido ao assessoramento dos COREDEs?

PRESIDENTE DO COREDE– nós estamos conseguindo resgatar algumas coisas, porque era uma crítica que a gente tinha também no passado que era assim, o que vinha do Estado não era o que a Região queria, mudar um pouco e a gente está conseguindo, está longe de ser o ideal, mas estamos conseguindo discutir a Industrialização daquilo que a gente faz na região; a questão das Agroindústrias, o recurso não está sendo o ideal, mas nós tivemos no passado, no Governo Tarso ,eu lembro que começou a discussão das Agroindústrias, eu recebi mais de vinte convites para participar de inaugurações de agroindústrias, e agora estamos conseguindo fazer

com que a Região esteja trabalhando isso, claro que são financiamentos, mas assim que o pessoal vai pagar 40%/45% do valor que está pegando, com oito anos para pagar, sem correção e ainda com dois anos de carência para iniciar a pagar. A gente tem visto bastante agroindústrias nos Municípios, industrializando o que o pessoal produz, na realidade o que que acontecia no passado, pegavam estes produtos e levavam para outras regiões, industrializavam traziam para vender, bem mais caros, um produto que era nosso aqui; então, isto é uma das questões que o PED, nessa questão do desenvolvimento, os Municípios estão se organizando, tem todas as dificuldades de clima de credibilidade.

LEONARDO - de certa forma fez com que as pessoas conhecessem o PED, mesmo que estivessem distantes da formação/construção do PED?

PRESIDENTE DO COREDE - na realidade, os próprios órgãos de Governo também trabalharam com os moradores as questões locais, muitas vezes tu fazias projetos para grandes, não hoje a gente está vendo isso em vários Municípios da Região o pessoal trabalhando, essa questão das agroindústrias aí e industrializando.

LEONARDO – recordo que a questão da Agricultura ficava muito abaixo no início...

PRESIDENTE DO COREDE - sim nós tínhamos arroz e soja e se desse qualquer problema, os pequenos não tinham do que se alimentar; hoje pelo menos está conseguindo fazer queijo, o mel, ovelhas, diversificar.

LEONARDO- e o Governo estadual, ele tem participado dessas reivindicações mais presentes, nesse percurso de tempo, sente que ele, por exemplo, no Governo Sartori e agora do Governo Leite que são os mais recentes, têm diferenças, consegue sentir a diferença de tratamento das reivindicações?

PRESIDENTE DO COREDE- com certeza, principalmente a questão de recursos, e dos órgãos estarem “lincados”, porque digo nós, e quando digo nós refiro as 28 regiões, tem feito esse debate de não esquecer o que está no planejamento estratégico - PED, e muitas vezes o que acontece, os Governos assumem e querem implementar a sua política, esquecendo que tem todo um processo de discussão e que pode ser implementado e para nós isso é muito caro, nossos projetos, não são projetos de 4 anos, são projetos da região, e que as vezes é sonho mas se não sonhar não consegue implementar e o grande problema nosso é a questão de recursos e que às vezes tem retrocessos, tem que voltar todo um processo de novo de discussão para buscar parceiros para continuar isso.

LEONARDO - e a participação popular nessa formulação desse processo todo do COREDE – PED, ela cada vez é mais ativa ou sente que diminuiu nesses anos?

PRESIDENTE DO COREDE- ela, infelizmente ela depende de recursos, quando tem recursos o pessoal participa mais, mas para nós da direção, nós temos essa discussão, tanto é que foi discussão que a gente fez, como o recurso estava pouco, tirar a áreas que são prioridades do Governo, estava discutindo recurso da questão do PED, só os três projetos do desenvolvimento mesmo da região que era a agricultura, turismo que era, enfim, outras áreas que depende de cada região esses projetos ficavam de fora, então hoje o recurso está menor, a participação está menor, mas a gente tem conseguido fazer com que as coisas sejam implementadas e realmente trabalhar a questão do desenvolvimento, que antes tu fazia o que: tu mesclava pouquinho coisa para o desenvolvimento e maior parte do recurso para as áreas que são obrigações do Estado, tendo consulta ou não tendo, o Estado tem que implementar.

LEONARDO – educação, saúde e segurança que já estão na constituição estadual ?

PRESIDENTE DO COREDE – então o Governo nós usávamos também para fazer isso, essa discussão, hoje infelizmente, nós não chegamos a um milhão de pessoas participando deste processo, mas o retorno é bem melhor do que quando tinham esses números altos.

LEONARDO – e agora vemos novos conceitos de governança e dessas redes institucionais, se utilizaram toda rede nesse sistema novo, por exemplo, de cidadania participativa, conceitos novos de cultura política, para se buscar uma participação melhor nesse processo?

PRESIDENTE DO COREDE - és vantagem de todo esse processo que é um processo de aprendizagem e que tu está ano a ano, modificando ele, tentando aperfeiçoar, mas assim é uma cultura que o Rio Grande do Sul, dificilmente vai mudar, até porque já está arraigado, tem pessoas que já estão nesse processo, claro que se tem dificuldades, este ano mesmo a gente está se debatendo por conta da pandemia se vão fazer ou não vão fazer, está sacramentado que a gente vai fazer até porque tem alguns que entendem que se não fizer o processo é esquecido, eu não, sou um dos que não comungam com essa ideia, mas acredito que a gente vá, é cultura, tanto é que esse ano a ideia, faça a consulta e se ela for sacramenta da em torno de 7 dias, online, e essa é uma novidade que a gente vai trabalhar que inclusive até as assembleias vão ser online, a gente está tentando trabalhar, para nós na Fronteira

Oeste é mais complicado ainda, porque as pessoas não tem, uma que era comunicação é bastante complicada na região da fronteira, déficit de internet e não é cultural.

LEONARDO – eles que participam das decisões dos conselhos, dos 28, como eles enxergam esse partindo para um contexto federal, a criação do ministério do desenvolvimento regional, eles têm políticas “lincadas” ao ministério, ou ainda não chegou a vocês, ele tem algumas políticas específicas, porque em tese foi criado esse ministério desenvolver essas regiões menos favorecidas até então, com problemas socioeconômicos, mas o que se vê e pouca efetividade por hora.

PRESIDENTE DO COREDE -no Governo Lula começou essa discussão e com a Presidenta Dilma, nós trabalhamos, olha quando digo nós não somente o Rio Grande do Sul e sim conseguimos trabalhar o Estado do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, numa conferência nacional, que aconteceram as conferências regionais, macrorregionais e depois a nacional. Aconteceu em Brasília, nós conseguimos trabalhar, porque gente pegava o orçamento e via, assim, o Nordeste, dinheiro, fundos aos montes para eles, para região Sul nada, então não conseguimos trabalhar, infelizmente a casa civil na época ficou muito tempo parada e aí quando o Ministro saiu, ele pegou o projeto prontinho e apresentou ele no Senado, aí infelizmente isso parou, quando era a sociedade e a casa civil estava mandando, tanto é que uma das justificativas era a sociedade que tinha construído o projeto, não era o Governo nem o Governo federal tinha apresentado como dele, assim que a gente tem visto, para nós 5% do recurso que estava destinado à para questão do desenvolvimento regional, “nós iria fazer até chover” com os recursos que tinham ;infelizmente, hoje isto está parado, a gente tem alguns contatos com alguns funcionários de carreira do Ministério, a coisa não tem andado ,infelizmente, o próprio Governo do Estado também não, é porque assim, nessa jogada, o Governo do Estado também teria que ter um fundo estadual, não era só assim, todos os entes teriam que estar participando, não só aquela história, pego dinheiro e depois não tenho preocupação, o município tinha que ter um pequeno fundo, o Estado um fundo estadual e está na constituição do Estado, meio por cento do orçamento para questão do desenvolvimento regional que nunca foi implementado, nenhum, isso é uma crítica geral para os governos , não para o atual governo tão somente, e com o governo federal, isso não avançou, no Governo Tarso a gente teve a parceria para discussão, mas não teve nada implementado, tanto que a gente conseguiu trabalhar isso até nível federal e foi

unanimidade dos delegados, nós éramos lá em torno de uns 500 delegados do Brasil todo, de ter aprovado essa política nacional do desenvolvimento regional que é isso que eu falava antes, que se 5% daquilo fosse implementado para o Rio Grande do Sul, nós teríamos uma enormidade de projetos aí nas 28 regiões sendo implementados eles fazem coisas estanque, tanto é que a transposição do rio São Francisco quantos anos teme vem fazendo e cada um fez, então, nossa pressão não tem surtido efeito.

LEONARDO – E, por exemplo, aqui, voltando na questão do Conselho, na Fronteira Oeste, agora que estamos vivenciando está Pandemia, percebe-se que o sistema eletrônico tem sido muito usual, mas temos muitos problemas no interior, tendo em vista que nossa base é do interior, quem tem acesso à internet, tem que ter muito dinheiro, essa questão vem nas discussões do próprio Conselho, o próprio COREDE eles não tem um estudo neste sentido, porque o que podemos pesquisar existe em andamento pelo Governo Federal um projeto para internet rural mas essa questão no Estado se vê esforços?

PRESIDENTE DO COREDE- As cartas nossas de avaliação de planejamento, anualmente a gente faz isso, a gente tem cobrado essa questão, mas o Governo do Estado tem colocado sempre para nós que isso é obrigação da União, claro que o Estado tem buscado a parceria para que ele seja nosso parceiro nosso, para exigir, porque infelizmente a fronteira oeste a questão da comunicação, a Unipampa inclusive houve pressão por parte do Governo Federal, os vizinhos da Unipampa e do IFF não tem internet que eles se utilizam, não é internet de todos, bendizer privada para a Universidade e Institutos Federais que a fronteira oeste tem é um problema para a questão do desenvolvimento.

LEONARDO – estão pensando, enquanto COREDE's de fazer as assembleias tudo online para diversificar nesse momento?

PRESIDENTE DO COREDE - Isso, tanto a regional tanto, vamos dizer aqui na fronteira oeste são 13 municípios a gente faz 2 assembleias regionais iniciais, e 13 municipais a ideia é de que todas elas sejam online.

LEONARDO – problemas de distâncias, logísticas, nosso problema também é extensão grande?

PRESIDENTE DO COREDE – a nossa ideia é fazer os 13 municípios, são 5 mil quilômetros, e outra vai ser o tempo né, setembro o Governo vai estar apresentando a proposta do orçamento na assembleia e nós ainda vamos estar discutindo o

orçamento, mas já tem garantias do próprio Estado que vai ficar gravado o recurso, em uma secretaria, para depois ser feita a distribuição.

LEONARDO -a questão das universidades, por exemplo, nossos municípios limítrofes, Maçambará, Itacurubi, Garruchos, o que pensa com o papel da universidade, ela tem que se inserir mais neste processo, pois aqui tem o curso de comunicação, se esse se envolvesse mais no processo, para abrir essas informações e enfrentar a dificuldade de internet?

PRESIDENTE DO COREDE– tanto assim que a Universidade que nos ajudou a construir o PED, mas ela não foi unanimidade nem todo o município dos 13 que a gente chegou a Universidade estava no processo, principalmente onde tem os seus campus,não estava lá trabalhando né e com certeza o envolvimento dela e dos IFF's vai nos ajudam essa questão da cultura e ajudar o próprio funcionamento, é super importante temos a UFRGS também, a ideia que se estava trabalhando e a pandemia veio era de que UERGS e UNIPAMPA para a gente estar trabalhando estas questões ,professor Muriel e Ramadam, e ao Alex, a gente estava trabalhando até para estar fazendo isto. Com a pandemia deu uma freada, trabalhar um escritório, junto com Unipampa, IFF e UFRGS.

LEONARDO - a UERGS já havia disponibilizado espaço físico para esse assessoramento, tendo em vista que a UNIPAMPA carece de espaços físicos vagos, em vários cursos que poderiam se inserir, Comunicação, Ciência Política, tem o Direito e Mestrado em Políticas Públicas, aproveitar o capital intelectual nestes processos.

PRESIDENTE DO COREDE– para se ter uma ideia, pois isso acaba se fazendo uma rede, não dá para acontecer o que aconteceu no passado, projetos que foram apresentados a gente conseguiu disputar com outras regiões, conseguimos dois milhões de reais para ovinocultura e um milhão e meio para a questão apicultura e depois acabamos devolvendo o recurso porque por disputas de “beleza”, que era para questão da região. Assim o projeto da ovinocultura era um projeto, a contrapartida era quatro vezes mais o valor que a gente tinha recebido, e estavam trabalhando com os valores que foram devolvidos, que pra região isto é um atraso de um bom período, enquanto isto tinham empresas que correndo atrás para tentar patentear o trabalho já feito na Região. Nós poderíamos estar trabalhando melhoria na genética da ovinocultura sem custo para a região, com coisas bem simples, e nós acabamos colocando fora um recurso, eram os projetos das incubadoras, nosso próprio polo tecnológico hoje ele está parado.

LEONARDO– o exemplo do Pampatec de Alegrete, eu estive lá, para entender como era o funcionamento, existe uma resistência muito grande, tem o Pampatec mas meio que separado do processo da Universidade?

PRESIDENTE DO COREDE– isso o professor, quando era a PUC que coordenava, o nosso polo tecnológico, o professor dizia isto, assim quem mais tem usado nossos recursos aqui para conhecimento são os pequenos municípios, os grandes eles não se vem, quando na realidade o pessoal que ia lá fazer os estudos, via que não, tanto é que agora felizmente depois de toda essa discussão aqui em São Borja está na contramão do que todo o Estado e o País estava fazendo, criando a indústria leiteira a contramão no bom sentido, são grandes indústrias,. O Professor Douglas, que era da PUC, cuidava antes dela fechar o campus em Uruguaiana , nós tínhamos na questão da ovinocultura, o gado leiteiro e plasticultura um dos melhores treinamentos que tinha para os alunos e para região, era o que a fronteira oeste oferecia, que o pessoal muitas vezes não usou e agora estão se dando conta. Barra do Quaraí hoje exporta tomate e pimentão para Porto Alegre, Zaffari e grandes supermercados, um pequeno município, investiram nisso, trazem trabalhadores às vezes do Uruguai, vizinho para poder trabalharem ali para não serem suficientes, ainda que ali são bem inseridos no processo de desenvolvimento com o PED na bacia do Rio Uruguai, pensamento junto com universidades do Uruguai, públicas e as do Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O COREDE-FO abarca uma região de longas distâncias; logo, a logística de todos os processos fica um pouco difusa e com gargalos a serem estruturados e trabalhados. A verificação socioeconômica da fronteira oeste é outro destaque e há necessidade de aplicabilidade de maneira mais efetiva no que diz respeito às políticas públicas. Os índices socioeconômicos e culturais claramente refletem na governança, justamente isso que os COREDE's buscam ser multiplicadores no que se refere à disparidade dos municípios e regiões.

O que se vê são grandes esforços por meio de algumas Prefeituras e administrações e dos COREDE's, formadores de redes institucionais, visando à busca de qualidade de vida, reforçando os direitos das comunidades; ademais, a preocupação com a dimensão desta qualidade de vida das pessoas, a fim de se ter um grau máximo e efetivo na pesquisa sobre a realidade vivida, o COREDE – FO tem dimensões geográficas enormes e por consequência se tem distintas necessidades, não tão somente por perfis socioeconômicos, mas sim pelo prisma de outras adversidades.

É a vantagem de todo esse processo que é um processo de aprendizagem e que tu está ano a ano, modificando ele, tentando aperfeiçoar, mas assim é uma cultura que o Rio Grande do Sul, dificilmente vai mudar até porque já está arraigado, tem pessoas que já está nesse processo, claro que se tem dificuldades, este ano mesmo a gente está se debatendo por conta da pandemia se vão fazer ou não vão fazer, está sacramentado que a gente vai fazer. Até porque tem alguns que entendem que se não fizer o processo é esquecido, eu não, sou um dos que não comungam com essa ideia, mas acredito que a gente vá, é cultura, tanto é que esse ano a ideia faça a consulta e se ela for sacramentada em torno de 7 dias, online, e essa é uma novidade que a gente vai trabalhar que inclusive até as assembleias vão ser online, a gente está tentando trabalhar para nós na Fronteira Oeste é mais complicado ainda, porque as pessoas não tem, uma que é a comunicação é bastante complicada na região da fronteira, déficit de internet e não é cultural (PRESIDENTE DO COREDE FO).

A própria Constituição do Brasil, promulgada em 1988, é considerada uma das maiores conquistas sociais dos últimos tempos. Com efeito, resultante que foi de um amplo processo de mobilização popular que pôs fim a mais de vinte anos de ditadura militar, garantiu direitos individuais e acesso inédito da população a políticas públicas e sociais.

Logo, a atuação do Conselho de Desenvolvimento da Fronteira Oeste – COREDE FO, no que tange ao envolvimento e engajamento nos processos correlatos, bem como a importância deste conselho no desenvolvimento desta Região, como citamos, Região está de grande envergadura como vimos na logística da mesma, é bem valorizada, é evidente a

falta de estrutura do Conselho em si, quase que se é um trabalho de mão em mão, mas que traz benefícios sem precedentes no desenvolvimento dos 13 (treze) Municípios integrantes. Viu-se uma grande falta de integração por vários motivos, ainda que há a necessidade imposta pelo Governo do Estado com a vinculação do PED (Plano Estratégico de Desenvolvimento) alterando um pouco esse contexto, mas não assegura que este seja utilizado como ferramenta de gestão a curto, médio e principalmente a longo prazo, sem o envolvimento da camada intelectual, como a inserção das Universidades, como provedoras de desenvolvimento regional, auxiliando os Municípios nos processos de desenvolvimento.

Tanto assim que a Universidade que nos ajudou a construir PED, mas ela não foi unanimidade nem todo o município dos 13 que a gente chegou. A Universidade estava no processo, principalmente onde tem os seus campus, estava lá trabalhando né e com certeza o envolvimento dela e dos IFF's vai nos ajudar nessa questão da cultura ajudar o próprio funcionamento, é super importante temos a UFRGS também, a ideia que se estava trabalhando e a pandemia veio era de que UERGS e UNIPAMPA para a gente estar trabalhando estas questões, professor Muriel e Ramadam, e ao Alex, a gente estava trabalhando até para estar fazendo isto.com a pandemia deu uma freada, trabalhar um escritório, junto com Unipampa, IFF e UFRGS (PRESIDENTE COREDE FO).

Os conselhos funcionam atualmente de maneira que necessita mais atenção do Poder Público, relacionado a Governos municipais participativos e integralizadores. Se houvesse talvez uma rubrica no orçamento de cada Cidade, poder-se-ia falar de uma estrutura mais organizada e com potencial para apresentação e acompanhamento de projetos viáveis de autodesenvolvimento, subsidiando a busca dessas demandas mais caras às pessoas que vivem nesse território.

Há de ser observada a consistência da participação dos conselhos municipais no processo, os COMUDES, por exemplo; por vezes se param distante dos processos metodológicos dos conselhos de desenvolvimento, tanto também pelo que se prevê no PED. Essa participação seria fundamental na sedimentação dos processos em funcionamento, haja vista que teriam que observar os novos processos de governança na gestão pública. Há uma carência explícita de vários fatores, dentre eles da operacionalidade correta dos COMUDES nas respectivas cidades.

Deve-se frisar as questões dos recursos destinados à própria consulta, que ao longo dos anos vem se esvaindo; e também não somente isto, a baixa regularidade do cumprimento por parte do Governo do Estado. Quando se fala no cumprimento das demandas já decididas, em determinados Governos, houve uma esquecida momentânea no cumprimento desse orçamento, gerando passivos que funcionaram como fatores

desmotivadores de participação social e política. A importância da participação popular é crucial e quando se fala em participação não necessariamente necessita-se de quantidade e sim de qualidade desta participação, como bem se observou na pesquisa. Assim, o que deve sim ser instrumento de exploração de potencialidades é a formulação de políticas públicas como o cerne principal nos objetivos da Região, na construção de uma Região que, vencendo os problemas de logística, de telecomunicações, em virtude da internet e os canais mais usuais não chegar a todos os Municípios da Fronteira Oeste de maneira plena. Isso é um problema a ser enfrentado pelo Estado ou pela União ou em conjunto, mas que tem que de maneira urgente ser tratado como prioridade, como alavanca de crescimento e abertura de tecnologias novas e modernas.

Com certeza, principalmente a questão de recursos, e dos órgãos estarem “lincados”, porque digo nós, e quando digo nós ME refiro as 28 regiões, tem feito esse debate de não esquecer o que está no planejamento estratégico - PED, e muitas vezes o que que acontece, os Governos assumem e querem implementar a sua política, e esquecendo que tem todo um processo de discussão e que pode ser implementado para nós isso é muito caro, nossos projetos, não são projetos de 4 anos, são projetos da região, e que as vezes é sonho mas não sonhar não consegue implementar e o grande problema nosso são a questão de recursos e que às vezes tem retrocessos, tem que voltar todo um processo de novo de discussão para buscar parceiros para continuar isso (PRESIDENTE COREDE FO).

Ainda que já supracitado que os Municípios da fronteira possuem uma larga extensão, somando em torno de 5 (cinco) mil quilômetros quadrados de extensão territorial, logo se vê que as realidades são diversas, as necessidades são distintas, mas ainda que com muitas dificuldades o Conselho de Desenvolvimento do COREDE-FO tem, o que se demonstra em um convívio amistoso entre os participantes, alguns Municípios com maiores interesses e participações e outros de maneira mais singela, nessa seara acredita-se que falte mais informações aos atores do processo do que se trata o conselho, das suas potencialidades, bem como o distanciamento dos Governos nesse processo, não obstante que é um processo popular que a política e o próprio processo político eleitoral fica pouco distante, ainda que supere eventuais diferenças políticas nos processos.

Também ao longo dos anos as demandas vêm mudando, com o advindo da modernidade, dos anseios das comunidades, que em uma análise bruta é essencialmente movida pela agricultura, logo hoje se sobressai também o turismo e educação, trazendo neste contexto uma movimentação deste arranjo de desenvolvimento regional, que antes destes tempos as demandas se viam pontuais. Com o próprio desenvolvimento na prática de processos modernos de participação, de gestão, como por exemplo, há a inserção dos

termos na prática de cultura política e de redes institucionais integradoras, atrelados a busca de resultados a curto, médio e em longo prazo, como é a base do PED 2015-2030.

Não obstante às carências da Região, acredita-se que a população não se inteira desses processos, até mesmo do PED, em virtude de que esse processo de deliberação muitas vezes não se torna interessante ao agente político partidário, visto que sai muitas vezes das alçadas dos mesmos em virtude de ser um processo popular, em que várias mãos estão divergindo e convergindo em benefícios futuros e do desenvolvimento da regional. Também neste mesmo processo abrem-se caminhos para corporações grupos organizados interferir nos processos de escolhas de prioridades/demandas, visto que já é hora de se repensar muitos processos da Consulta, no que se refere às prioridades. Constata-se também que áreas como Educação, Saúde e Segurança dominam essas prioridades; logo, isso já é dever do Estado previsto na Constituição Estadual . Analisado por este prisma os grupos carentes de apoio tecnológico, de matéria prima, de consumo, se organizam, a exemplo da Brigada Militar e Escolas Estaduais, já que se tem um sucateamento e carecem de estruturas mais organizadas e decentes para um bom andamento de trabalho.

Na realidade, ultimamente eu tenho visto a preocupação com o desenvolvimento regional. Antes, a disputa era pelo período da consulta e eu acho que isso mudou um pouco quando a gente conseguiu trabalhar o último PED e ele estava "lincado" com a Consulta Popular, fez com que se pensasse a longo prazo -Na realidade tu não participou, como por exemplo, a segurança e a educação da discussão do PED, isso fez com que depois esses viessem, tanto é que eles ficaram dois anos fora da discussão, eles vinham querendo participar isoladamente e aí tiveram que fazer o dever de casa; foi sem dúvidas uma "jogada boa" que se teve. O PED conseguiu o recurso no Governo Tarso e implementou no Governo Sartori e conseguiu "lincar" isso de que não era só fazer o PED, era ter um processo de obrigação, pois se viu não somente em nossa região e sim em outras regiões, órgãos de governo só participavam da discussão do COREDE na questão do desenvolvimento quando tinha discussão de recursos para o orçamento. Então isso agora para nós tem melhorado, não é o ideal, mas o pessoal está vindo, porque quando vai discutir a questão do orçamento tem que estar "lincado" com questão do desenvolvimento e o PED, com aquilo que a Região pensou para o período (PRESIDENTE COREDE FO).

Em análise sob a ótica das atas produzidas durante todo processo de construção do PED, viu-se que há muitas falhas, que é conhecedor do processo em si; sabe que é um momento de muita divergência, bem como da convergência em que ocorrem discussões gigantescas. O que se vê é sim atas corretas do ponto de vista de mostrar as demandas. A localização é muito precária no que tange o campo das discussões, sabe-se os resultados, ou seja, as demandas escolhidas, mas não se consegue mensurar o teor da discussão que culminou nas decisões ali vistas das demandas prioritárias escolhidas. Creio que se chegou à questão que se comentou, que a falta de estrutura dos conselhos insurge de maneira muito forte no resultado do processo todo, e reafirma que o COREDE-FO cumpre sua missão, de forma que enfrenta muitas adversidades técnicas no que se refere a orçamento, visto que o

orçamento destinado está cada vez menor, passando por um verdadeiro teste de representação cívica e de cidadania, estimulando as redes institucionais e reafirmando a participação popular.

Logo, se vê a necessidade da presença do Governo do Estado em uma região de extrema importância histórica e econômica, estimulando o desenvolvimento regional de uma parte que sofre com muitas intempéries; falta, ainda, envolvimento das Universidades da Região por meio de parcerias com os Conselhos que é um braço do Estado na fronteira, na Região, o que se mostra é um capital humano e intelectual que se esvai da própria fronteira, haja vista que não vislumbram o futuro esperado e não são inseridos nos processos de crescimento e participação.

No que tange à comunicação, os acessos das Prefeituras, bem como agentes políticos, atores do processo, verificaram-se restrições no que é chamado hoje de redes institucionais, que nada mais são que articulações que se podem construir em prol do desenvolvimento da Região e/ou cidade em questão, refletem importância que essas dão ao COREDE-FO, mas ao mesmo tempo viu-se que de apoio a estrutura ou até mesmo aporte financeiro nenhuma se dispôs até a referente pesquisa a de fato contribuir. Também se observa que sempre recai problemas de logística, distância e afins e sem dúvidas o ora criado Ministério do Desenvolvimento Regional é referido como órgão importante para a Região, assim como os acessos à Secretaria da Agricultura e Pecuária do Estado.

E a Região da fronteira oeste mais uma vez na pesquisa explicita a realidade até mesmo de seus índices socioeconômicos, problemas de distâncias e da falta de interesse dos gestores de qualificar pessoas para participar do processo, haja vista que, em geral, quem participa é um cargo comissionado, muitas das vezes sem correlação alguma com o tema e deixa-se assim de prestigiar pessoas realmente engajadas no processo ou até mesmo pessoas que pudessem realmente postergar as agendas ali decididas. Como crítica, tem-se a questão desse orçamento ser uma rubrica sem alcance eleitoral, talvez aí esteja o cerne de umas das questões no que se refere à participação dos atores no processo do PED e seus reflexos nos procedimentos adotados, bem como ainda que atrelado a Consulta, o desconhecimento do que é o PED é um fator preocupante, porque afeta diretamente o desenvolvimento da Região, dado um instrumento rico em conhecimento ser deixado de lado no processo de construção de uma gestão de futuro, por exemplo. Esse deveria ser o papel de “escola” dos conselhos, dos atores envolvidos, gestores e do poder intelectual conjugado os interesses regionais, como bem exemplifica Freire (1979, p. 93)

De teoria, na verdade, precisamos nós. De teoria que implica uma inserção na realidade, num contato analítico com o existente, para comprová-lo para vivê-lo e vivê-lo plenamente, praticamente. Neste sentido é que teorizar é contemplar. Não no sentido distorcido que damos, de oposição à realidade [...].

Registra-se ainda a importância dos conselhos de desenvolvimento conjugando trabalhos com os conselhos de desenvolvimento municipais, pois eles são molas propulsoras dos processos de governança. Deve-se fomentá-los, seja com engajamento popular que é fundamental no processo, pela inserção de parcerias entre Estado e Universidades regionais aliando o capital intelectual com a realidade vivida. Deve haver uma espécie de banco de projetos, que vir à tona por meio de estudos e experiência as potencialidades de cada município. São treze municípios cobertos seja por poucos quilômetros ou uns mais longínquos, mas que a Universidade, juntamente com um COREDE estruturado, poderia resultar em projetos de fomentos que visem de fato a realidade, as necessidades daquelas localidades, não tão somente discussões em processos que não saem do papel ou quando saem, pela diversidade existente na Região, não têm o impacto esperado e desejado pela população.

Ademais, verificou-se que as demandas vêm mudando, que o mundo passou a enfrentar uma pandemia. Quando se fala em novas realidades, isso é algo que está aí; logo, deve-se buscar engajamento dos representantes políticos, da camada intelectual da Região, como das Universidades, para importância desses processos populares de grande monta. Caso contrário, ocorrerá essa desqualificação dos atores que deveriam colocar o Plano em ação e essa não permanência do corpo intelectual pós-plano ocasiona o que se viu, o desconhecimento do mesmo, o deixar de lado nas decisões ou nos planos estruturantes que vem sendo pensado ou até mesmo já conduzidos. Observou-se uma série de arranjos que hoje não mais funcionam, que precisam estar juntos com os próprios novos conceitos de gestão, estruturas organizacionais, redes institucionais, cultura política e de governança pública, abrindo novos caminhos, de progresso, de renovação de autoestima da regionalidade, de encontro com suas identidades e aí sim, buscar o desenvolvimento regional como um todo. Nesta esteira, deixa-se registrado na trajetória acadêmica deste mestrando que, além de uma contribuição cidadã e institucional, o estudo também corroborou na trajetória profissional, dado que atualmente ocupa cargo na área do desenvolvimento regional no Governo do Estado.

REFERÊNCIAS

ACKOFF, R L. **The design of social: planejamento de pesquisa social**. Tradução por Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira de Mota.

BAQUERO, Marcello S. Construindo uma sociedade no Brasil: o papel do capital social na estruturação de uma cultura política participativa. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p. 83-108, nov. 2003.

BAQUERO, M. A situação das Américas: democracia, capital social e empoderamento. **Revista Debates “Dossiê Comemorativo”**, Porto Alegre, v. 6, 14-36, 2012.

BECK, Ivan. Reflexões sobre estratégias de governança local. **Revista Eletrônica Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 23-47, jan./jan. 2009.

BEHRING, E. R. **Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania: capacitação em serviço social e política social**. Módulo 3. Brasília: UNB, 2000.

BEVIR, M. Governance as theory, practice and dilemma. In: BEVIR, M. (Ed). **The sage handbook of governance**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Câmara de Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho de Estado**. Brasília, MARE, 1995.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais n os 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas emendas Constitucionais de Revisão n os 1 a 6/1994. 35ª. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Portaria n.º 125, de 21 de março de 2014: estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Seção 1. **Diário Oficial da União**, 24 mar. 2014.

BRASIL. Estado do Rio Grande do Sul. **Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Rio Grande do Sul – PDIF/RS**. Porto Alegre. 2012.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BONAVIDES, P. A democracia participativa como alternativa constitucional ao presidencialismo e ao parlamentarismo. **Revista ESMAFE – Escola da Magistratura Federal da 5 Região**, v.3, n. 1, 35-64, 2017.

BRITTO, C. A. Distinção entre “controle social do poder” e “participação popular”. **Revista de Direito Administrativo**, v. 189, 25-36, 1992.

BROWN, A.; DOWLING, P, D. **Research/reading research: a mode of interrogation for teaching**. Londres: Routledgefalmer. 2001

BUCCI, M. P. D. (Org). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUCCI, M. P. D. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CAMPOS, G. W. **Saúde Paidéia**. São Paulo: Huceitec, 2003.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formação de políticas públicas. **Políticas Públicas no Brasil**, Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 87-122. 2007.

CARGNIN, A. P. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais**. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2014.

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory cambridge**: Havard University Press, 1990.

COMPARATO, F. K. **Para viver a democracia**. São Paulo: Brasiliense. 1989.

COREDE FO. **Plano estratégico de desenvolvimento da região Fronteira Oeste (2010-2020)**. Passo Fundo: Passografic, 2010.

COSTA, J. R. P. F. et al. **O desenvolvimento social e econômico sustentável: o caso de cinco comunidades do Município de São José de Ubá**. Disponível em: http://ich.ufpel.edu.br/economia/professores/xavier/desen_sust_econ_RJ.pdf Acesso em: 10 out de 2020.

DALLABRIDA, V. R; BECKER, D. F. Governança territorial. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, ano 1, n. 2, p. 73-97, jul./dez. 2003.

DALLARI, D. A. **O que é participação política?** São Paulo: ED. Brasiliense, 1984.

DI PIETRO, M. S. Z. Participação Popular na Administração Pública. **Revista de Direito Administrativo**, v. 191, p. 26-39. 1993.

FARAH, M. F. S. Temas emergentes em gestão e políticas públicas: tendências gerais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 48, p. 43-66. 2006.

FURTADO, R. S. As fronteiras no âmbito do Mercosul: apontamentos sobre a formação da agenda política de integração fronteiriça. **Univ. Rel. Int., Brasília**, v. 9, n. 1, p. 371-381, jan.-jun. 2011.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

GARCIA, D. LUIZ. **Planejamento estratégico, teoria e prática**. 1º Ed. Imprensa livre. 232 p. 2013.

JACOBI, P. **Descentralização municipal e a participação dos cidadãos: apontamentos para o debate**. Revista Lua Nova, volume 2, p. 25-50, 1990.

JACOBI, P. **Ampliação da cidadania e participação**: desafios da democratização da relação poder público/sociedade civil no Brasil. Tese (Livre Docência), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

JACOBI, P.; PINHO, J. A. (Org.). **Inovação no campo da gestão pública local**: novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

JARDIM, M. L. Dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul. In: FLIGENSPAN, F. (Coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

LOPES, C. T. G. **Planejamento, Estado e crescimento**. São Paulo: Pioneira, 1990.

MARINHO, A.; FAÇANHA, **Programas sociais**: afetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação. IPEA, 2000.

MATUS, C. **Política, planejamento e governo**. Brasília: IPEA, Tomos I e II, 1993.

MICELI, S. **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré; Brasília, DF: CAPES: ANPOCS, 1999.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro, MEC/IESB, 2010.

MUÑOZ, Amato P. **Introdução à administração pública**. São Paulo: FGV, 1958.

NINO, C. **La constitución de la democracia deliberativa**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1997.

OLIVEIRA, N.; BARCELLOS, T. M. As áreas de fronteira na perspectiva da globalização: reflexões a partir do caso Rio Grande do Sul/Corrientes. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, 1998.

PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasil. p.25.37.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2000.

RICHARDSON, H.W. **Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional.** Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

SANTIAGO NINO, C. **La constitución de la democracia deliberativa.** Barcelona: Editorial Gedisa, 1997.

SANTOS, M. **A cidade nos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1965.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo.** São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.(Orgs.). **A construção do espaço.** São Paulo: Nobel, 1986.

SIEDENBERG, R. **Fundamentos e técnicas de planejamento local/regional.** Santa Cruz do Sul, EDUNISC. 2010.

SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo.** São Paulo: Malheiros, 2006.

SOUZA, C. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas: políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz. p. 65-86, 2007.

SPEER. J. **Participatory governancereform: a goodstrategy for increasinggovernmentresponsivenessanddecisions públicas.** Barcelona: Ariel, 2001.

TATAGIBA, L. **Democracia sociedades civil e democracia.** São Paulo: ARGOS, 2003.

TIGRE, P.B. **Gestão de inovação: a economia de tecnologia do Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

TONELLA, C. **Poder local e políticas públicas.** Maringá: EDUEM, 2006.

THIOLLENT, M. CASAGRANDE PASCOAL, M. PICHETHFERNANDES.S. **Analisando à pesquisa-ação a luz dos princípios intervencionistas: um olhar comparativo.**V.39, n. esp. (supl.), s3-s13, dez, 2016.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 14.ed. aumentada. São Paulo: Cortez, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

THIOLLENT, M. SILVA OLIVEIRA, G. Metodologia da pesquisa-ação na área de problemas ambientais. Reccis, Rio de Janeiro, v 1, m 1, pg 93-100 – jan – jun, 2007.

TRIPP, David. **Pesquisa ação: uma introdução metodológica.** São Paulo, 2005.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>

VEIGA, J. E. Viscissitudes da governança cidadã: os conselhos regionais gaúchos (COREDE). **RDE- Revista de Desenvolvimento Economico**, v. 8, n. 13. 19-27, jan. 2006.

_____ **DESENVOLVIMENTO E CULTURA POLÍTICA**, Hemerson Luiz Pase. Anais do círculo de debates acadêmicos. p. 5. IPEA. Code. 2011. Acesso em 26 dez. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area10/area10-artigo1.pdf>.

_____ **CULTURA POLÍTICA, INSTITUIÇÕES E EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA NO BRASIL**, Ednaldo Aparecido Ribeiro. Revista de sociologia e política nº 28: 205-2019. Jun. 2017. Acesso em 26 Dez. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n28/a13n28.pdf>.

_____ **PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS: APONTAMENTOS SOBRE AS LIMITAÇÕES EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO**. Andréia Fröhlich Justen. Mariângela Brum Frota. VIII Simpósio Iberoamericano em comércio internacional de desenvolvimento e integração regional. Acesso em 27 de dez. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/leonardogoulart/Downloads/PLANEJAMENTO%20E%20POL%C3%8DTICAS%20P%C3%9ABLICAS%20%20APONTAMENTOS%20SOBRE%20AS%20LIMITA%C3%87%C3%95ES%20EM%20PA%C3%8DSES%20EM%20DESENVOLVIMENTO.pdf>.

_____ **A SITUAÇÃO DAS AMÉRICAS: DEMOCRACIA, CAPITAL SOCIAL E EMPODERAMENTO. CAPITAL SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA**. Hemerson Luiz Pase. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.6, n.1, p. 35-59, jan.-abr. 2012. Acesso em 27 Dez, 2020. Disponível em <file:///C:/Users/leonardo-goulart/Downloads/25918-109715-1-PB.pdf>.

_____ **FATORES EXPLICATIVOS DO CAPITAL SOCIAL EM UMA CIDADE DA SERRA GAÚCHA: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO**. João Alberto Rubim Sarate, Janaina Macke. Acesso em 22 Dez, 2020. Disponível em http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/33/APS-C633.pdf.

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO A PREFEITOS (as), VICE-PREFEITOS (as) E SECRETÁRIOS (as) – COREDE-FO

- 1) Conhece o trabalho do COREDE-FO?
- 2) Na sua visão, como classifica a atuação do COREDE-FO como um órgão de assessoramento para desenvolvimento no âmbito municipal e regional?
- 3) O seu município e sua região têm se beneficiado pela atuação do COREDE-FO?
- 4) O apoio oferecido pelo COREDE-FO é satisfatório pensando em desenvolvimento municipal e regional?
- 5) As secretarias municipais participam das reuniões, assembleias do COREDE-FO?
- 6) Como na sua visão classifica a atuação dos conselheiros do COREDE-FO?
- 7) No que se refere a esfera Estadual, como vê a participação do Governo do Estado nestes processos?
- 8) Existem servidores (comissionados ou do quadro permanente) que cuidam dos processos referentes ao COREDE? Qual desses está destacado para essa função em sua gestão?
- 9) Nos últimos 4 (quatro) anos quais recursos captaram via COREDE-FO? Podem citar alguns?
- 10) A participação popular na formulação das demandas do COREDE, como você vê essa questão neste processo?
- 11) O COREDE-FO influencia na formulação de políticas públicas na sua região? O COREDE-FO auxilia o COMUDE em seu município?
- 12) Conhece o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2015-2030? Utiliza o mesmo no planejamento na sua gestão?
- 13) Quais as secretarias do Estado, bem como Ministérios que sua gestão tem mais interlocuções/diálogos?
- 14) Conhecem o Ministério do Desenvolvimento Regional? Possuem algum tipo de relação com este Ministério?

ANEXOS
ATAS DAS REUNIÕES DO COREDE - FO

Termo de Anexuras do Livro Atas

O presente Livro de Atas contém os registos das
Assembleias Municipais e Reguarens referente ao Planeamento
Estratégico Com de Fronteiras Oeste e Consultas Populares.
As atas e um dias do mês de Maio do ano
de dois mil e Reguarens.
Pavia do Quavi

Ata 01: Taeta Assembleia Municipal Barra do Quaraí
 Aos trinta e um dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezessete realizou-se no município de Barra do Quaraí a Assembleia municipal referente ao Planejamento Estratégico Conde Fronteira Oeste e Consulta Popular.

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental, 22 de Maio reuniram-se as seguintes autoridades e públicos distintos: Sr. Danilo Rodrigues, vice-prefeito de Barra do Quaraí, o sr. Fernando Ideles Filho Rodrigues, Dse. Secretário de Planejamento, Juarez Junior, a sr. Lúcia Sabião, representante do Associação Comunitária Quereá, Dse. Izaira Rodrigues dos Santos da Defesa Civil, Dse. Edelvaldo Soares Lopes, representante do Corpo de Bombeiros, sr. José Nelson Martins, do CMT 5ª GM, a Sra. Marcelle Kolim, Prefeita Municipal, a Sra. Zulma Kolim, Cônego Municipal de Barra do Quaraí, a Assembleia Pública Municipal de Consulta Popular contou com a participação de um júri leigo educacional composto pelos acadêmicos de 22 de Outubro e Escola de Ensino Municipal Nilza Corvo Pereira. Por ordem em anexo sem maiores requentes consta as seguintes representações: Lyziane Sines, Amari Junior, Mateus Lamas, Gefferson Cruz, Mateus Maydano, Mateus Falson, Cleber Nicolas, Pedro Castro, Eric de Silva, Leonardo Medeiros, Oscar de Silva, Air Berti, Lamas Medeiros, Anthony Rodrigues, Matheus Guilherme, Roger Martins, Ismael Lopes, Marelize Leivas, Maria Amália Comares, Maurício Espírito, Jales Soares, Stefano Rodrigues, Bruno Borziani, André, Juliano, Priscila dos Ramos Moraes, Fernando Martins, Eric de Carvalho, Márcio Freitas, et al. Durante a reunião foi aberto pela secretária de Barra do Quaraí logo em seguida, foi repassado a palestras pelo sr. senhor Hugo Chimento. A ordem foi exposta os pontos referentes a Consulta Popular.

A Assembleia de trabalho ficou dividida em três momentos: assim composto por apresentação de temáticas, esclarecimento dos pontos facultativos referentes ao modelo e por encargo o interesse de sindicalizar os delegados referentes ao fórum apresentados.

Feito as resoluções iniciais pelo representante da Consulta Popular pelo sr. Hugo Chimento foi repassada a palestras para o Prof. Mestre Alex Sandro Refinco. Este no âmbito de expostos fez referências a metodologias que serão cobradas em público no que tange a desenvolvimento referente ao Planejamento Estratégico Conde Fronteira.

Ata 02: Junta Assembleia Municipal do Arará

Ao primeiro dia do mês de Junho do ano de dois mil e
 dezesseis realizou-se no salão de Câmaras Municipais do Arará a
 Assembleia municipal referente ao Planejamento Estratégico Core de
 Fronteiras Oeste e Consulta popular. A Assembleia foi aberta
 pelo vereador do município, o sr. Claudio Bueno. Em seguida o sr. Presidente do
 Cade Fo, o sr. Hugo Ximenes fez uma breve explanação e logo em seguida
 continuou com uma breve instrução do sr. (João) Moisés também responsável e
 representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Logo em seguida
 foi repassado o uso da palavra para o professor Alex
 Retandes da sede ficou a parte a ser trabalhada que compozi
 o plano estratégico do Conselho Regional. Na oportunidade,
 reuniram-se as seguintes autoridades e famílias distintas:
 Silvana Coriá SMS, Mariângela Bonda SMS, Natiele Coriá SMS, Camis
 Nemes SMS, Suelen Fortiz SMS, Cláudia de Assis SMS, Fatima Gomes SMS,
 Maris de Rossi SMS, Rita Lopes SMS, Gislayne Martins SMS,
 Lilian Koch SMS, Cécilia Oliveira SMS, Sandra Silva SMS, Norma Araújo SMS,
 Nancy Melo SMS, Neri Silveira SMS, Julia Souza SMS, Cláudia Cruz SMS,
 Andrei Quevedo EMN, Thaise Coriá Câmaras, Simone Machado SMS,
 Celsa Guinez, Claudio Bueno, Carineuê Avelar.

Feito a exposição do prof. Alex Retandes, foi aberto para
 a plateia fazer questionamentos. Não havendo mais a ser passado a
 palavra para o sr. Presidente do Cade Fo Hugo Ximenes.
 A Assembleia Municipal escolheu por propostas eleitas: 01 Formas Contorno,
 02 Setel, 03 SEPI - Unidades Agrícolas, Pecúnia e Imóveis, 04 Sde,
 Escritório Estadual de Cultura.

Na oportunidade foi escolhido como delegado, membro titular
 (frestado ou maiores arrears) Rafael Reffatti (Não contendo mais nenhum)
 maior. Membro suplente Gislayne Martins. Não contendo mais nenhum restrito ou
 maiores arrears. eu Adilson Ferreira Marques encerro a presente reunião
 com os nomes que registrei; Cátia Simone Cabreira, Sônia Luíza de Souza,
 Absunção, Cláudia Glória, Julci Raquel Boston, Aulim P. Souza, Cláudia de Deus,
 Fatima Akl Coriá, Rita Coriá, Maria Gema de Souza Neri Silveira.

Sinar Correia, Mariana Alves Boneto, Mital Correia, Cassio Alves,
 Kallioemes, Paulo Palumbo, Estevão, Simone Alves,
 Valchady, João, Igor Perene,
 Gilvan Lantini, Paulo Roberto, COMP. JACASSA, José, Quinho,
 Flavio Lima, Sérgio, J. H. MONT, João, João

1
 2
 3
 4
 5
 6
 7
 8

Ata 03: Assembleia Municipal de Santa Margarida do Sul
 nos dois dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezasseis
 reuniram-se no Salo Paroquial Santa Teresinha e comitês que se
 de modo a realizar a Assembleia municipal referente ao Planeamento
 estratégico Cande Enteros Oeste e Condições Sociais. A Assembleia foi
 aberta pelo sr. Presidente do Cande, o sr. Hugo Xiboney. Em seguida foi repassado
 a palavra para o representante da SERRAS, Moises Fontoura. Na sequência
 disso, foi repassado o uso da palavra para o sr. Alex Relizinho.
 Este na condição de expositor fez referências directas ao Plano estratégico
 feitas as considerações em questão, tornando a oportunidade de maiores
 esclarecimentos à comunidade em geral. Na sequência, maiores agraças, a
 Assembleia escolheu por proposta eleitos: 01 SAREL - infraestrutura e Equipamentos
 mistos para o Bem estar. 02 SEAPI - Apoio a actividades recreativas do litoral e à prática de Golfe
 SDE, Apoio à Agricultura Familiar, OSSE, Apoio ao desenvolvimento Agrícola Familiar.
 Na oportunidade ainda, foram retiradas as seguintes delegações: Membro Titular
 o senhor José Luiz Sequeira Lopes. Como membro suplente decidiu-se
 pelo nome do senhor Vitorino de Leão Freitas.
 Não contendo mais nenhumas questões a salientar, a presente ata foi assinada
 por mim, Rodrigo Feneis Neves e demais presentes: *[assinaturas]*
[assinaturas] Rosângela Vaz, *[assinatura]* *[assinatura]*
[assinatura] *[assinatura]* *[assinatura]* *[assinatura]*
[assinatura] *[assinatura]* *[assinatura]*
 para o termo de 1 Julho de 2016. Ex. 10/16

Ata 04: Assembleia Municipal de São Gabriel

Aos dois dias do mês de Junho do ano de dois mil e (quinze) Quinze reuniram-se no salão de eventos do Centro Estadual XV de Novembro a comissão que segue de modo a redigir a estratégia referente ao Planejamento Estratégico Corede Fronteira Oeste e Consulta Popular. A Assembleia foi aberta pelo senhor Van Diez, Presidente do Comusec e Secretário de Planejamento e Projetos. Feitas a apresentação inicial a palavra foi repassada ao Presidente do Corede Fronteira Oeste, o senhor Hugo Dimenez. Logo em seguida foi repassada a palavra para o senhor Moisés Fontoura, representante do SEFRANS. Feitas as considerações iniciais, a palavra foi repassada ao senhor Alex Reiminger. Este no conteúdo de abertura fez referências diretas ao Plano Estratégico. Feitas as considerações em questão, foi aberto para a plateia a oportunidade para opiniões e esclarecimentos. Não houve nenhum questionamento a Assembleia seguiu em referências a Consulta Popular por esclarecimento do senhor Presidente do Corede Fronteira Oeste, Hugo Dimenez. Este fez alusão a metodologia a ser empregada. Em nome do executivo municipal o senhor Prefeito Roque Martins fez suas considerações no fim do evento em questão. No fechamento da Assembleia acolheu por propostas eleitas: 01 SES - Qualificação e financiamento da Rede de Atendimento, 02 Serc - infraestrutura e equipamentos turísticos para o litoral receptor, 03 SGR, Apoio e Implantação de infraestrutura rural, 04 SAPI - Cadeia Recuperadora e Manutenção do Solo, 05 Serc - formação continuada legitimando a política pedagógica. Como conselho de no público em evento, foram reeleitos os seguintes delegados: Titulares: José Carlos Bisognin, Carlos Alberto Xavier Garcia, Leion de Freitas Rodrigues, Cristóvão Gomes Barros, Luciane Teixeira, Marcos José de Almeida Rodrigues, Sílvio Siqueira Teixeira, Renato Sauthell, (Renato Sauthell). Como membro suplente

~~Amélia~~
 Beiresel, ~~Isabel~~ ~~Luiz~~ ~~Vant~~ ~~Antonia~~ ~~Henrieta~~
 Cynthia ~~Hilene~~ ~~Roberto~~ ~~Is~~ ~~Letícia~~ ~~S. S. Osterem~~
~~João~~ ~~Luiz~~ ~~Paulo~~ ~~Alcides~~ ~~Scates~~ ~~Ano~~ ~~Karen~~ ~~Marques~~ ~~Clara~~
 Mariagrabel N. de Castro, Bionda Gomes M. Dantas
~~Rudimar~~ ~~S. Leite~~ ~~Luiz~~ ~~Rodrigues~~, ~~Luiz~~ ~~Antônio~~ ~~Leites~~
 Cleina Maria Rodrigues, ~~Mar~~ ~~Porcar~~, ~~Jusule~~ ~~Pinheiro~~
 Claudia da Silva, ~~Paula~~ ~~Lopes~~ ~~Xavier~~
 Joice Prestes - ~~Kep~~ ~~no~~ ~~nom~~ ~~das~~, ~~Hardant~~ ~~Reynold~~
 & Fabiana Serra de Avelas, ~~Gaudencio~~ ~~Almeida~~ ~~Correia~~ ~~Correia~~
 Clotilde da Silva, ~~Fernando~~ ~~Tejedor~~
 Dyrina ~~Bedelha~~ ~~Almeida~~ ~~Gomes~~
~~Thales~~ ~~Nunes~~ ~~Freitas~~, ~~Fernanda~~ ~~Bandeira~~
~~Conceição~~ ~~Almeida~~ ~~So~~ ~~João~~ ~~Amado~~ ~~Marcel~~
 Regiane ~~Teixeira~~ - ~~João~~ ~~Sing~~ ~~de~~ ~~Marcel~~ ~~Almeida~~
 Ana ~~Christiane~~ ~~Alves~~ ~~Luciana~~ ~~da~~ ~~Silva~~ ~~Wolffmann~~, ~~Ana~~ ~~Letícia~~
 D. Umpierre ~~Yaderson~~ ~~V. de~~ ~~Henrique~~ ~~Silva~~ ~~Wolffmann~~
 copante ~~Ademir~~ ~~Marcelo~~ ~~de~~ ~~Angela~~ ~~Silva~~ ~~Reizes~~
 Sandra ~~Arissui~~ ~~Valério~~ ~~A. S. S.~~, ~~Angela~~ ~~de~~ ~~Luiz~~ ~~Almeida~~
 Letícia ~~Marzante~~ ~~Bruno~~ ~~Nogueira~~ ~~Pamela~~ ~~Saravali~~
 & ~~Clara~~ ~~Borges~~, ~~Adriana~~ ~~de~~ ~~Luiz~~ ~~Almeida~~
~~Luiz~~ ~~Almeida~~ ~~Luiz~~ ~~Almeida~~ ~~Luiz~~ ~~Almeida~~
~~Luiz~~ ~~Almeida~~ ~~Luiz~~ ~~Almeida~~ ~~Luiz~~ ~~Almeida~~
~~Luiz~~ ~~Almeida~~ ~~Luiz~~ ~~Almeida~~ ~~Luiz~~ ~~Almeida~~
 Estina de Freitas, ~~Luiz~~ ~~Almeida~~ ~~Luiz~~ ~~Almeida~~ ~~Luiz~~ ~~Almeida~~
 Franciele F. de Souza, ~~Daniel~~ ~~Padilha~~, ~~Luiz~~ ~~Almeida~~, ~~Luiz~~ ~~Almeida~~
 Jayme ~~Suchard~~ ~~Marcelo~~, ~~Luiz~~ ~~Almeida~~, ~~Luiz~~ ~~Almeida~~
 Jeteio ~~João~~ ~~Vieira~~, ~~Luiz~~ ~~Almeida~~, ~~Raquel~~ ~~Medeiros~~, ~~Suzela~~ ~~Rodrigues~~
 Sandy ~~Almeida~~ ~~de~~ ~~Silva~~, ~~Somente~~ ~~Henrique~~, ~~João~~ ~~Carlos~~ ~~Jr.~~ ~~Carlos~~ ~~Jr.~~
~~Luiz~~ ~~Almeida~~ ~~Luiz~~ ~~Almeida~~ ~~Luiz~~ ~~Almeida~~
 Priscila B. Rodrigues, ~~Luiz~~ ~~Almeida~~ ~~Luiz~~ ~~Almeida~~ ~~Luiz~~ ~~Almeida~~
 William ~~Alba~~ ~~Mendes~~, ~~Luiz~~ ~~Almeida~~, ~~Luiz~~ ~~Almeida~~
 Casuarina, ~~Luiz~~ ~~Almeida~~ ~~Luiz~~ ~~Almeida~~ ~~Luiz~~ ~~Almeida~~

Luiz Fernando Santana Junior, Diomedes Proença Moura,
 Thales Augusto dos Santos Alves, Nathan Pires Siqueira, William de Godim Santos
 e Edsonaldo Djalma de S. Silva, CLAUDIA RODRIGUES ALVES

Ata 05: Assembleia Municipal de Cruzqueiros

As três dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezessete reuniram-se no salão principal do (Conos de Vereadores) da localidade e com o que segue de modo a redigir-se a estratégia referente ao Planejamento Estratégico Cade Fronteira Oeste e Conselho popular. A Assembleia contou com a presença de algumas autoridades locais como o prefeito em exercício o senhor Luis Augusto Schinader e o presidente do Conselho Legislativo irani Coelho, o Presidente do Conselho Jorge Bretes Lopes e o vice-prefeito da localidade o senhor Kéris Kaufman. Além disso foi aberto pelo senhor presidente do Conselho Fronteira Oeste o senhor Hugo Diniz. Logo em seguida foi feita a explanação referente ao Plano Estratégico, assim o feito pelo senhor Alex Refino. Este no âmbito de expostos fez algumas referências ao planejamento e as metodologias no que compete ao uso e futuro aproveitamento. Feitas as considerações em questão, foi aberto para a plateia a oportunidade para diversos esclarecimentos. Não havendo a Assembleia passou a analisar as seguintes secretarias: 01. SESP, Melhoramento de Estradas Várias, 02. SESP, Apoio a cadeias produtivas do leite e de derivados de leite, 03. SESP, Qualidade e financiamento da rede de água - Contribuindo a regularização de saneamento, 04. SESP - Qualificação Profissional e Emprego do Juazeiro, 05. SESP - Infraestrutura e equipamentos. Logo em seguida, o público tirou por delegados as seguintes respectivas: T. Palares, Vilmar Baum Carlsfeld, Eugenio Fernandes de Cunha, Fernando Martins de Menezes, Maria Adelaide R. de Freitas, Miguel Fernandes de Almeida Lemos, Madlene Jesus Vargas, Luis Claudio da Rosa, Vander Manoel Freitas Lima, Saranara Marques, Rene Picelli, Márcia Soares, Maria-Fernanda Diego Roque. Como membros suplentes os nomes - Paulo da Rosa Voltes, Olívia Ona Escalante, Ismael Junior, Maria Vieira, Renata Lima, Taciara Maciel Sapubay, Felisberto Soares. Ao total 394 pessoas se fizeram presentes. Não havendo nenhum contralido aos nomes e nem mais nada a acrescentar, a presente ata assinada por mim, Rodrigo Fereira Alves e demais presentes, Assinatura, Assinatura, Assinatura, Assinatura.

Fernando Masaff, ~~Isabel Cristina Viana~~ ~~Isabela~~
 Carmel Alexandre, ~~Isabel Cristina Viana~~ ~~Isabela~~
 Kuzil Aucto ~~Isabel Cristina Viana~~ ~~Isabela~~
 Rosalia Rodriguez, ~~Isabel Cristina Viana~~ ~~Isabela~~
 Galois ~~Isabel Cristina Viana~~ ~~Isabela~~
 Paulo Roberto ~~Isabel Cristina Viana~~ ~~Isabela~~
 Jomael J. S. ~~Isabel Cristina Viana~~ ~~Isabela~~
~~Isabel Cristina Viana~~ ~~Isabela~~
 Carmem Joute ~~Isabel Cristina Viana~~ ~~Isabela~~
 Namptey ~~Isabel Cristina Viana~~ ~~Isabela~~
 Alton J. ~~Isabel Cristina Viana~~ ~~Isabela~~
 Rosa Maria ~~Isabel Cristina Viana~~ ~~Isabela~~
~~Isabel Cristina Viana~~ ~~Isabela~~
 Marlene ~~Isabel Cristina Viana~~ ~~Isabela~~
 Felicit ~~Isabel Cristina Viana~~ ~~Isabela~~
 Maria Adelaide ~~Isabel Cristina Viana~~ ~~Isabela~~
 Renato ~~Isabel Cristina Viana~~ ~~Isabela~~

Ata 07 - Assembleia Municipal de Niquandara

Aos seis dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezessete reuniram-se no Centro Administrativo Municipal a Comissão e público distinto com vistas a ratificar a metodologia do Conselho Popular e o Planejamento Estratégico Coletivo Fronteira Oeste. A Assembleia contou com a participação de algumas autoridades locais dentre as quais o senhor (Presidente) Prefeito Municipal Aldenice Copati, Vice Prefeita Adriane Schramm, Representante do Emater, o senhor Leonardo Vieira, a senhora Secretária de Agricultura Davlei Talhferre, (Secretária) Representante do Câmara de Vereadores Amândeo Bonarino, Vereadores Arnaldo Kuyven, Vereadores Iedir Maty, Vereadores Claudio Martins e Presidente do COMDE, Juliano.

A Assembleia contou com a presença de 100 eleitores, dentre os delegados titulares e 02 suplentes e cinco propostas, que vão levar as paróquias a discussão na Assembleia do Fórum Regional no dia 15 de Junho na cidade de Janguarussu.

A Assembleia foi aberta pelo senhor Presidente do COMDE, o senhor Juliano de Souza Silva. Em seguida a palavra foi dada a senhora Vice-Prefeita Adriane Schramm. Feitas as suas explicações foi repassada a vez da palavra ao senhor Presidente em atividade, o senhor Hugo Arimenez. A sequência foi concedida a oportunidade ao senhor Alex Betsonzo. Este na condição de opositor foi exposta a metodologia que será aplicada no que tange ao Planejamento Estratégico Coletivo Fronteira Oeste. Feitas as explicações em destaque foi aberta a palavra a oportunidade por cinco questionamentos. Não havendo nenhum questionamento o público passou a escolher as secretarias a serem contempladas na Assembleia. 01 SEAPI - Apoio a cadeia Produtiva, 02 SDE - Apoio ao desenvolvimento de produtos leiteiros e de Pequena Família, 03 SDE, Apoio a Agricultura familiar, 04 SEAPI. Apoio a cadeia Produtiva de Fruticultura, 05 SESAC - Programa Coletivo Rede Intermunicipal de Cultura. Logo em seguida o público escolheu por delegados o seguinte respectivamente: titulares: Etizungels Ristau Fernandes, o senhor Douglas

✓ Souza de Silos, e Marcia Claudia Silos Martins, como membros
seplementes, a seculares Samandis Birger, e Leo Fairlander Flores.

Nada mais havendo, encerrando a reunião a ts por mim assinada
e demais presentes, Rodrigo Mauer, ~~Conjugal~~, Emerson, Wiltonia
Jaqueline, Maira, Simão, Aníbal, Rêlica, Marília da S. F.,
Shirley Fehndrich, Lammia, Pates, Kelen Farias, Janessa Fortado
Eric L. da Rosa ~~Simão~~, Francisco Santos. F.

Samandra K. Birger, Estéfani Ayres Cardoso, Valéria de Almeida de Lencastre
Chermandis, Joceline M. Leiria Brand, Roxane Maria Lourenço
de Oliveira Andrade, ~~Josele~~, ~~Amorino~~

~~B. Nepf, CPD~~, ~~Roberto~~ Roberto Melo da Costa, Jéssica Daniela Farias
~~Clay~~ J.S. Muleritz, Leo R. FLORES Amora

Ata 10: Assembleia Municipal de São Borja

Aos sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezasseis à 19:00 horas reuniram-se na Câmara dos Vereadores da localidade a comissão do Cade Fronteiras Oeste e público distinto. Com vistas à expor a Consulta Popular e Planejamento Estratégico Desenvolvimento Regional Fronteiras Oeste. A plenária contou com a presença do senhor Presidente do Cade Fronteiras Oeste, do Prefeito da localidade, o senhor Antonio Carlos' Rocha, o senhor Presidente da Câmara de Vereadores, o senhor Figueira Cidó, do vereador Roque Feltrin, do senhor Diretor de Imprensa, campus de São Borja, o professor Ronaldo Castro, e demais pleiteantes distintos, também compostos pelo secretário municipal. Feitas as demais iniciais a palavra foi passada ao senhor Alex Detmann. Este no condão de expositor fez esclarecimentos referentes ao Planejamento Estratégico Cade Fronteiras. Feitas as ressalvas pertinentes foi aberto ao público a oportunidade de manifestar pontos duvidosos. Não havendo nenhum questionamento em referência ao exposto, a plenária seguiu a exposição de Hugo Chimento referente a metodologia da Consulta Popular. Em seguida a plenária passou a escolher as demandas a serem defendidas na Assembleia Regional do dia 15 de Junho em Uruçuiva. Ficaram definidas as seguintes secretarias: 01 SDR - Apoio ao desenvolvimento da produção leiteira e de laticínios familiares, 02 SDR - Apoio à Agroindústria familiar, 03 SETEL - Infraestrutura e equipamentos turísticos para o Sem recessos, 04 SEAVI - Formação Continuada - Ressignificando a prática pedagógica da Rede Pública Estadual, 05 SES - Qualificação e financiamento da Rede de Atenção Consolidando e Regionalização da saúde. Logo em seguida a plenária fez a escolha dos seus delegados. Na sequência foram escolhidos os nomes de Claudio Fernando Mendes Gomes, Claudio Gabriel Soares Araujo, Floriano Silva Fontoura, Adilce Wicniechowski, Alex Fabiano

~~Cláudio Gomes~~ Suelen SILVA, ~~André~~
 Who A ~~com~~ ~~de~~
 (oulo ~~new~~.
 Joséilton ~~de~~ ~~Paulo~~ ~~Leopoldo~~, ~~André~~
 Andrade ~~de~~ ~~Maria~~ ~~de~~ ~~Paula~~ ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~de~~ ~~Francisco~~ ~~de~~ ~~Carvalho~~

Ata 11: Assembleia Municipal de (São Bojys) Manuel Viana
 Aos dez dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezessete às 15 horas reuniram-se na Câmara de Vereadores de Manuel Viana a Comissão do Conselho Fronteira Oeste e Pública distinta. Com vistas à exposição a Consulta Popular e o Planejamento Estratégico do desenvolvimento Regional Fronteira Oeste. A Assembleia contou com a presença do Super Presidente da Câmara de Vereadores, Luiz Samara R. Soares. Por seu vez a Assembleia foi aberta pelo sub- Presidente do Conselho Fronteira Oeste. Feitas as verificações pertinentes a Assembleia passou a ser discutida por intermédio do sub- Alex Rebinhas. Este na condição de expositor fez esclarecimentos referentes ao Planejamento Estratégico Conselho Fronteira Oeste. Feitas as verificações pertinentes foi aberto ao público a oportunidade de manifestar opiniões, questionamentos em referência ao exposto. Não havendo mais a tratar, a plenária voltou a ser conduzida pelo sub- Presidente do Conselho Fronteira Oeste. Ao esclarecer a metodologia da Consulta Popular, passou-se por a comunidade a oportunidade de escolher as secretarias a serem contempladas. Em lista foram: 01 - Apoio a organizações Familiares, 02 - Sesi, Melhoria de escolas rurais, 03 - SSB - Apoio ao desenvolvimento da produção leiteira e da produção familiar, 04 - Sesi - melhoria, capacitação e manutenção das ruas em regular a planície fez a escolha dos seus delegados. Na sequência foram escolhidos os nomes de titulares: Joelmar Lopes de Araújo, Luiza Andreia Neus dos Santos. Como membros suplentes Leandro Felipe Bezzi, Rafael Assumpção Crescêncio. Naquele momento encerra a presente ata com os presentes amímbis, Rodrigo Moura, Romário, Kacilda dos Santos, Horacildo, Dorivaldo, Daniel, o tipo do do corte, Miguel, Tereza, Freitas do Passado, Felício, O. Garcia, J. Ta Paulo do Vigorant, Daniele B. Cicero, Zilmar, Daniel do corte, Joelmar Lopes do Baixo, Tullio, Merente, Maria Anta, Cecília, Alvaro.

Ata 12: Assembleia Pública Municipal da Consultoria Popular
- 2016 - Orçamento 2017 e o Seminário Municipal de
Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Regional
2016-2030 - Assembleia Alegrete

Após dez dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezessete às 19 horas reuniram-se no salão da Universidade de Região de Campana a comissão da Consultoria Popular e do Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Regional Fronteira Oeste. A Assembleia foi aberta pelo Sub-Presidente do Conselho Municipal Rizzatti e no momento fizeram presentes o senhor Maria Mulozani a Vice-Prefeito de localidade a senhor (Pete) o representante do Conselho de Senhores o senhor Marcos Amaral o Presidente do Conselho Fronteira Oeste, o senhor Hugo Chimeres. Feitas as apresentações iniciais, a Assembleia seguiu com a exposição do senhor Hugo Chimeres. Este no cargo de Presidente do Conselho Fronteira Oeste fez referências referentes a medalhas estabelecidas no Conselho Popular. A senhor vice-prefeito fez uma explanação breve e estendeu no sentido de fazer referências diretas para com o Planejamento em questão. A palavra voltou a ser retomada por Hugo Chimeres. Na sequência do mesmo, foi repassado o uso de palavras ao senhor Alex Retimoso. Este no cargo de expositor fez referências a medalhas a ser empregadas ao Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Regional 2016-2030. Feita a exposição e assembleia repassou a oportunidade da comunidade para possíveis dúvidas. Não havendo a Assembleia passou a tratar as demandas de interesse da localidade.

As mesmas reuniões: 01 SES - Qualificação e financiamento da rede de atenção - Consolidando a regionalização da saúde, 02 SES 02 Qualificação e financiamento da Rede de Atenção - Consolidando a regionalização da saúde, 03 SETEL - Infraestrutura e Equipamentos TICS para o bem receber, 04 SOR - Apoio ao desenvolvimento da produção leiteira e da pecuária familiar, 05 SEAPI - Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação - Melhoramento de estradas municipais. Feitas as exatões a Assembleia passou a eleger os seus delegados como membros titulares: Gildei Almeida dos Santos Freitas, Lincoln Edgar Nunes Bastos

Jose Luis Castenaro, Maria Cristina Anello, Alberto Riberia Natcho Pires,
Fernando Escobar Kellano foi escolhido como membro suplente, assim como membros
de latim M. de Manes, Clect Nunes Bastiani, Sirlei Fatima Prado, Adeline Semesta
bino, Gláudio Soares Rodrigues e Jaqueline Albanio.

Não houve nenhuma restrição aos nomes ligados, e totalizando um
total de 139 participantes, encerro a presente lista no trabalho de
Alegrete, Rodolph Mauer com os devidos em disc.

Alfredo, Carlos, ...
Carmelinda, ...
Meknaton II. ...

3. no dia 12 de ...
Oge ...
JUST ...

Chacel ...
Salva, Maria ...
Releu ...

Temp ...
Cristina ...
Jaqueline ...

...
Alta ...
João ...

João ...
Michele ...
Márcia ...

Terceira ...
Luciane ...
Ally ...

Araci ...
Gabriela ...
Cristina ...

...
Cristina ...
...
...

Dr. J. S. Smith

Ata 13: Assembleia Pública Municipal do Conselho Popular - 2016 - Orçamento 2017 e o Seminário Municipal de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Regional 2016-2030 Assembleia Santana do Livramento.

Após onze dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezessete às 10:00 horas da manhã, reuniram-se no IFT de Santana do Livramento a Comissão de Conselho Popular e do Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Regional de Fronteira Oeste. A Assembleia foi aberta pelo senhor representante do Conselho, o senhor Carlos Evangelista R. Gonzalez. Na sequência as palavras passaram ao senhor Presidente do Conselho Fronteira Oeste, o senhor Hugo Chimento. Feitas as devidas marcações a plenária passou a ser conduzida pelo senhor Alex Rekmoss. O senhor Conselho de expositores esclareceu a metodologia que será utilizada no registro no que compete ao Planejamento em si.

Feita a exposição foi consultada a comunidade para passarem dúvidas, não havendo a Assembleia voltou e por condução pelo senhor Presidente do Conselho Fronteira Oeste. Na sequência a Plenária escolheu as prioridades prioritárias: 01 SES - Qualidade e Fortalecimento da rede de atenção, 02 SEDAC Programas Conexos Rede Intermunicipal de Cultura, 03 SEDUC - Aplicação de diretrizes executadas pela própria SEDUC - Formação Continuada - Resignificação e práticas pedagógicas de rede pública estadual, 04 SESP - Melhoramento de Estradas Vicinárias, 05 SOR - Apoio ao Agroindustrial Familiar. Na consideração do que foi avaliado e logo após a plenária passou a escolher seus delegados. Em nome e em lista: Membros Titulares - Jussiane Maiz de Avila, Sarah Rivera, como membros suplentes, Vera Maria dos Reis Gonçalves e Gilaci de Barros.

Feitas as marcações e sem mais considerações a presente ato vai por mim, Rodrigo Klewer, amirado e representado pela lista distinto que segue, assinado: ~~_____~~ / 10/06/2017
 Membros Titulares: Dione de Fátima, Valdeir de Souza, Soraia Helen
 Victória S. Nunes, Maria Augusta Lima, Roger Nunes, Taylor Nunes
 Valéria B. Soares, Valdeir Paulo Biaza, Elton Lou, Maria de
 - Gláucia Feito, Natália Machado, Jozem Jacinto, Vera Reis, Soraia

Bor 17-1 Suriah of Candisua Indelak
 Flavia Kabetaman ~~Ami~~ ~~Mariyam~~ ~~QSA~~ Skitidamb
~~Opus~~ ~~fidus~~ ~~Parisa~~ ~~Yallo~~

Ata 14: Assembleia Regional Ampliada de Consulta Popular
2016 - Orçamento 2017 e do Planejamento Estratégico
Regional - Fases 3 e 4 Planejamento Estratégico.

Após quinze dias do mês Junho do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se na cidade de Uruçuí, a equipe do Cordele Fronteiras Oeste e do Planejamento Estratégico Regional e demais delegados, as respectivas representantes dos municípios que compõe o Cordele Fronteiras Oeste. Na oportunidade constatou-se a presença das seguintes autoridades senhor Hugo Chimeng, Presidente do Cordele Fronteiras Oeste, Coordenador Secretaria Planejamento do Rio Grande do Sul, Moisés Fontoura, senhor Prefeito de Uruguai, senhor Luiz Augusto Schneider, Jorge Probst Lopes - presidente do COMUS, vice Prefeito de Marabá, Admire Schavan, vice Prefeito de Alegrete, Maris de Fátima Mulassini, Jamlio Rodrigues.

O encontro foi realizado no salão da CDL, com a presença de 87 delegados. Dentre as principais ocorrências registrou-se primeiramente a temática referente ao Planejamento Estratégico Regional através do senhor Alex Sander Barcelos Retimoss. Na sequência de exposição a Assembleia passou a decidir em referência ao roteiro do Orçamento do ano de 2017 para a região de Fronteiras Oeste. Ficou decidido que o orçamento será dividido em 3 partes iguais do valor para as três demandas mais votadas, elegendo projetos que estarão na cédula de votação da Consulta Popular 2016 - Orçamento 2017. Conforme o que ficou decidido na Assembleia a distribuição dos projetos ficaram compostos pela seguinte disposição: para a área de Educação um projeto, para a área de Cultura um único projeto, na área do turismo ficou mantidos dois projetos, para área de Agricultura dois projetos, para a área do SDR dois projetos e finalmente para área de Saúde dois projetos (feita a distribuição dos projetos a Assembleia). Dos dez projetos serão tiradas para a cédula três projetos dos quais cada qual contemplará um terço de modo pontuário do valor. Logo após foram formados os grupos de trabalho de acordo com cada área onde

Ata 15: Assembleia Regional Ampliada de Consulta Popular 2016. Documentos 2017 e do Planejamento Estratégico Regional. Resumos abreviados os resultados da consulta popular 2016/2017 e debates, apresentações e validação dos itens que compõem o produto II do Planejamento Estratégico do Corde Fronteira Oeste 2015/2020.

Por doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se na cidade de Santana do Livramento, a equipe do Corde Fronteira Oeste e do Planejamento Estratégico Regional e demais delegados, os respectivos representantes dos municípios que compõem o Corde Fronteira Oeste.

O encontro foi realizado na Sala Cultural Professor Antenor Francisco P. Flores. Dentre as principais ocorrências registrou-se, primeiramente, o Presidente do Corde Fronteira Oeste, Hugo Chimeno, agradecer a presença e referindo as dificuldades de deslocamento dos participantes devido a região ser muito extensa, estamos hoje fazendo aqui os discussões para aplicação dos recursos do município para o ano que vem, estamos envolvendo com esta reunião as reuniões realizadas nos 12, onze e sete Corde's, conseguimos avançar em alguns aspectos.

Logo o representante do Estado, Plátono Baumgart, iniciou-se a sua explanação que hoje está envolvendo os discussões nos onze e sete Corde's após a fase de consulta popular teremos que tratar com estes os projetos, já que foi notado no programa hoje teremos transformar em projetos, por isso hoje está aqui o representante da Secretaria de Agricultura do Estado já temos três grupos regionais, saúde, educação e agricultura.

Associação dos Municípios da Fronteira Oeste, fez quantos mil votos online e dezentos e vinte e três votos por sms e mil dezentos e setenta e seis votos, sendo a região com os maiores votos mltos.

Os recursos e como estes devem ser aplicados e foi decidido em conjunto em dois grupos, dividido em agricultura e saúde, sendo estes ficam decididos a aplicação fundo à fundo e na área de educação já que não têm municípios contemplados ficou decidido que estes devem trazer o projeto de aplicação em conselho de assembleia se houver algum desse recursos deve decidir decidido a sua forma de aplicação da eventual falta de recurso.

Posteriormente, o senhor Alex Pietomero, falou nas dificuldades enfrentadas pela falta de participação dos municípios, em fornecer dados, para o planejamento

Estratègic de Conec Esportiu (Pasta) Jhon Riquelme
 FOT Walter
 TAMARA SPARE, Francisco
 Paula Neiva, Hector
 Magdo Jato, Celine Reyes
 Ewell Carral, Alfonso
Luis de Jesus